



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

“Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento”

Hipamaalhe

Brasília – DF

2022

“Indígenas Mulheres: Corpo Território em Movimento”

Braulina Aurora

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sílvia Guimarães

Co - Orientador: Prof. Dr. Luís Cayon

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sílvia Guimarães ( PPGAS/UnB)

Prof. Dr. Felipe Souto Maior Tuxá ( PPGAS- UFBA)

Prof. Dr. Ana Lúcia Ponte ( FioCruz – RJ)



## RELATÓRIO DE DEFESA DE PÓS-GRADUAÇÃO

### GRADUATE PROGRAM DEFENSE REPORT

<b>1. INFORMAÇÕES DO CURSO/ PROGRAM DATA</b>	
MESTRADO/ MASTER'S ( <input checked="" type="checkbox"/> )	DOUTORADO/ DOCTORAL ( <input type="checkbox"/> )
Cotutela/ Cotutelle: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não/ No ( <input type="checkbox"/> ) Sim, instituição estrangeira/ Yes, partner institution:	

<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)/ STUDENT INFORMATION</b>		
Nome/ Name: Braulina Aurora	Matrícula/ 19/0060301	Registration Number:
Curso/ Program: Antropologia		
Área de Concentração/ Field of Study: Antropologia Social	Código/ Code: 3671	Departamento/ Department: DAN

<b>3. SESSÃO DE DEFESA/ DEFENSE SESSION</b>
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Dissertação/ Master's Dissertation ( <input type="checkbox"/> ) Tese/ Doctoral Thesis
Título/ Title: "Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento"

<b>4. PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA/ CHAIR OF THE EXAMINING BOARD</b>
Nome/ Name: Silvia Maria Ferreira Guimarães Titulação/ Education Level: Doutora Unidade Acadêmica/ Academic Unity: DAN

<b>5. COMISSÃO EXAMINADORA/ EXAMINING BOARD</b>		
Nome(Titulação)/ Name (Educational Level)	Função/Instituição -	Membro por

	Role/Institution	videoconferência (sim/não) Video-conference member (yes/no)
Ana Lucia de Moura Pontes (Doutora)	Membro externo à UnB/ FIOCRUZ	Sim
Felipe Sotto Maior Cruz (Doutor)	Membro externo à UnB/ Universidade Federal da Bahia	Sim
Elaine Moreira (Doutora)	Suplente- Membro externo ao Programa/ Departamento de Sociologia	

## 6. RESULTADO/ RESULT

A Comissão Examinadora, em 24/10/2022 após exame da Defesa e arguição do(a) candidato(a), decidiu /  
The Examining Board, on 24/10/2022, after examining the Defense and inquiry of the candidate has decided to:

( X ) Pela aprovação do trabalho/ approve the work.

( ) Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado/ approve the work, pending formal review, assigning up to 30 days for the final delivery of the reviewed work.

( ) Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de 180 dias para nova versão/ request the reformulation of the work, assigning 180 days for the new version.

( ) Pela reprovação do trabalho/ not approve the work.

**Este relatório não é conclusivo e não tem efeitos legais sem a homologação do Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília/ This reporte is not conclusive and has no legal effects prior to validation by the Dean of Graduate Programs of the University of Brasilia.**

Em caso de revisão de forma, a homologação ficará condicionada à entrega definitiva do trabalho revisado à Coordenação do Programa, devendo este Relatório de Defesa ser acompanhado pelo Despacho do(a) coordenador(a) do programa que informará um dos seguintes resultados/ In case of formal review, the validation will be conditioned to the final delivery of the reviewed work to the Coordination of the Program. In such cases, this Defense Report must be supplemented with a notice by the coordinator with one of the following indications:

1. O (A) discente apresentou a revisão de forma e o trabalho foi aprovado/ The student presented the formal review and the work has been approved.
2. O (A) discente apresentou a revisão de forma e o trabalho foi reprovado/ The student presented the formal review and the work has not been approved.
3. O (A) discente não apresentou a revisão de forma/ The student did not present the formal review.

Declaro aceitação dos termos e condições que regem o acesso como usuário externo na Universidade de Brasília, conforme normas estabelecidas pela Universidade e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica por usuário e senha. É minha responsabilidade exclusiva o sigilo da senha de acesso ao sistema e o teor dos documentos e informações prestadas por mim. Comprometo-me a apresentar documentos originais inseridos por mim no sistema, que venham a ser solicitados pela Universidade de Brasília. Declaro estar ciente de que em caso de petições eletrônicas, esses, somente poderão ser realizados entre 3 horas e 23 horas e 59 minutos e 59 segundos, horário de Brasília. Estou ciente de que o acompanhamento de solicitações poderá ser realizado no ambiente de usuário externo do SEI-UnB.

I hereby declare that I accept the terms and conditions established for access as an external user of the University of Brasilia, according to the rules set forth by the University and all other applicable rules. I also accept as valid the electronic signature by user and password. It is my sole responsibility the secrecy of the password for accessing the system and the content of the documents and information provided by me. I commit to present the original documents inserted into the system by me should they be requested by the University of Brasilia. I declare to be aware electronic demands can only be send between 3:00 and 23:59, Brasilia official time. I am aware I can track the status of requests via the External User environment of SEI-UnB.

### Informações/ Attention:

Documento deverá ser assinado por/ This document must be signed by:

- Presidente da Comissão Examinadora/ The Chair of the Examining Board
- Membros participantes da Comissão Examinadora/ Members of the Examining Board
- Coordenador(a) do Curso/ Coordinator of the Program
- Discente/ Student



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Moura Pontes, Usuário Externo**, em 24/10/2022, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Maria Ferreira Guimaraes, Professor(a) de Magistério Superior do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais**, em 24/10/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Sotto Maior Cruz, Usuário Externo**, em 24/10/2022, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Braulina Aurora, Usuário Externo**, em 24/10/2022, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Jose da Silva e Sa, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais**, em 24/10/2022, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8862625** e o código CRC **F46DD5D8**.

## Agradecimentos

Multiplicar saberes e vozes de indígenas mulheres que vem da oralidade, ser neta das mulheres que salvaguardam uma culinária milenar de cuidar o corpo, me mantiveram com a esperança, de um dia me tornar mestre, a presença de corpo território Baniwa nesse lugar, foram forças fundamentais para querer continuar e realizar esse sonho que cada semestre parecia impossível.

Sou grata à muitas pessoas, associações e instituições, por diversidade de extensão de apoio, nesse tempo de mestrado. Em primeiro lugar, sobre o partilhar e compartilhar saberes, me foi ensinada pelos meus pais, e sou parte dessa vivência e história. Em especial agradeço a companhia dos meus dois filhos (Beatriz e Brunno), amigos indígenas e não indígenas. Estendo o meu agradecimento às mulheres que me ajudaram nesse processo de construção, com suas entrevistas, as lideranças femininas e mulheres terra da *Anmiga* do Brasil.

Gratidão ao investimento público feito na minha formação acadêmica e no trabalho de pesquisa, bolsista da CAPES desde início, na qual sou grata à instituto de Ciência Sociais, desde a graduação. Especialmente aos professores e funcionários do departamento de antropologia, ao coordenador da Pós-Graduação pela oportunidade para seguir no mestrado.

Essa dissertação não seria possível concluir, sem esse diálogo e construções voltada a questões indígenas no ensino superior, com os colegas de grupo raciais como somos conhecidos pela sociedade brasileira, fazer parte foi muito importante.

Não posso deixar de agradecer as mulheres de dois projetos, onde sou do conselho editorial, equipe composta somente por indígenas mulheres intelectuais, ao longo desses dois anos, deixaram marca de resiliência, força, para me reencontrar no momento de dúvidas e crise na escrita, nossos encontros e as reuniões me proporcionaram conhecimentos, além de ler textos de antropologia.

A minha orientadora Doutora Sílvia Guimarães, que me acolheu e me acompanhou durante esse tempo, e por ter aceitado ser minha orientadora, e meu co-orientador Luis Cayón, pelas palavras de incentivo, indicações de livros, textos, minha

gratidão, a esses dois que tomaram para si a tentativa acompanhar e tentaram me orientar durante esse processo desde a graduação.

E não poderia deixar de lado, a meus maiores incentivadores, a minha família pelo apoio incondicional, meus irmãos, sobrinhas, sobrinhos, meus pais pelas orações e cuidado com a minha saúde e por aceitar a minha decisão de ser essas pessoas que sou. Por fim aos meus amigos e amigas por me proporcionar inestimável apoio nesse longo dois anos, ano pandêmico, sou grata ainda por estar viva.

Em especial a Adriana Ramos (ISA), Ana Lúcia (Fio Cruz- Projeto Vozes), Inara Nascimento (Diáspora Indígena), Marcelo Zelic (Armazém Memória), Viviane Rezende ( Pensadoras) e o Iury Tikuna ( filho Tikuna) minha dupla de mestrado, por sempre estarem com palavras de apoio em tudo o processo, acreditando na possibilidade de ter essa conquista e por oportunizar sonhar com esse projeto de escrita. E a Debora Tupinikim ( filha Tupinikim) pela sua amizade e dividir a casa nesses 2 anos seu apoio incondicional, Jessica Gillian e Claudia Renault ( família Brasília) para além de me acompanhar como aluna, mas como amigas que sempre me acolheram e cuidaram de mim para chegar a finalizar isso. Alisson Pankararu, Felipe Tuxá, Tarisson Nawa por me acompanharem sempre nas minhas crises com palavra de incentivo e ombro amigo, Keila Pataxó nas partilhas e desafios de escrever sobre indígenas mulheres, por orações e me ajudar me reerguer na fé espiritual quando parecia impossível, muitos áudios de acolhimento. A minhas meninas de diferentes povos, as minhas conterrâneas e de outros biomas, a Rosane Piratapuia e Gilmara Andrade, Jozileia Kaingang, Diadiney Pataxó e Sonia Guajajara, para além de amigas, me oportunizaram dividir muitos sonhos na escrita desse trabalho e dividir aprovações. Com as palavras de amizades esse processo foi menos doloroso e me inspiraram a querer chegar a finalizar isso. Dentre tantas mulheres, raízes, semestres, arvores, fogos, rios e terras ao longo desse diálogo e encontros de partilhas.

## Litsokanaa

Lhia idenhikhettika lhiehe lidoromeka phiome kadzo pemakaadzo pakapakaadzo lhipa peemakadzo pha maakottadoa pharhipaite nako , kadzo panhekapedzo padzekatakaadzo pakaitekapidzo tsakha “parhipaite nako pakoakatsa” liphomittetsa peemakawa nhethe likaitekanaa nako.manope pakapanipe,likaitenaa nako liodzawaka lhiehe, tapenai nako, phepaite nako ikoemakhetti nakadzo nhaha makottadoanipe.Lhiehe idenhikhetti likaitepe pemakaa nako koame panhekaro pamatsiataka lhiehe pemakapani pakoakatsa hiidzakotti nako,padzekatanida nhethe pawanida padekadanako lhiehe ikapakaatti maakonaidzo. Linakhitte lhiehe idenhikhetti liñhaata pakapa pha makottadoa, kadzo nonakhitte nokapakapedzo liñhaata likanakaika kadzo nakapakapedzo nhaha iinanai .pattaitakaro pakaiteka linakoapaninaa lhiehe liodzawaka “phepaitedzo makottadoanaipe” hidzakottinako,linakhitte tsakha lhiehe liñhatakanaa limatsiamikanaa pattaitakaro padanatakakawa pakoakatsa koamekaro panheeka padenhika lhiehe ianheketti phepaite nako, papakoatakaro lhiehe hidzakotti padeekaro lhiehe ianheketti pakoakatsa pakakodatakaro nanheeke nhaha iinanai. Pakathinaatakaro linakhitte kadzo Medzeniakonaidzo “phepaite nakhotte “pemakaa nako likaitekanako lhiehe ianheketti. Apada inokada panakhitte phepaite nako pemakawape riko, neenikawepe lhiehe likaitekanaa liodzawaka lhiehe likapakanaa likhottewaka pattaitakaro padzomhetakakawa liodza lhiehe liwhaina linakhitte kadzo iinanaidzo inakhitte littaiatkaro neenika nheedzako pakoakatsa. Kadzoxoopa walhio watsa lhiehe lidzekatakanaa likhottewaka neenikaro litañeetakanaa linako lhiehe hidzakotti pakoakatsa.

**Hiakottinai kanakaiperi:** liñhatakanaa, makodzo, makonaidzo, iakotti, phepaite.



## Resumo

Esse trabalho se faz no processo de reflexão da diáspora indígena, que envolvendo a geografia de indígena mulher no corpo território, no sentido de ser, do sentir, e fazer indígena de ter voz e fala, e o “corpo-território em movimento”. Seguida de uma geografia das ciências indígenas e suas narrativas, de muitas inspirações, caminhos e entendimento sobre as temáticas de gênero, saúde, território e violência contra as indígenas mulheres. A dissertação dialoga com o gestar das práticas de cuidado com o corpo coletivo e corpo em movimento, fazendo ou tentando trazer uma antropologia indígena de observação participante de análise e reflexão, através da voz e perspectivas de indígenas. O processo de demarcar a escrita desta pesquisa decorreu no olhar de indígena mulher, ao mesmo tempo seguida de dor que habita em mim provocada pela ausência de dados sobre a ciência indígena das mulheres. Para construir esse debate de gênero “corpo território”, indígenas mulheres na luta, através da antropologia, no viés da defesa dos direitos coletivos e formas de acessar conhecimentos e manejo territorial, fazendo aliança de luta pela preservação e valorização de saberes indígenas femininos. Desenhar a construção conceito a partir de ser uma *Medzeniako*, “corpo-território” do lugar cultural da significação e resignificação do saber e da formação. É um conceito que se origina com corpo território em movimento do saber nos espaços, no acesso e o fazer conhecer os direitos, para assim construir o debate e combate à violência indígena e discriminação de gênero, no que se refere ter voz e participação nos espaços de decisão, desde a memória histórica e nos dias atuais no movimento. Portanto teremos desde a construção do gênero, cuidados, implicações como resultado nesse caminhar do corpo em movimento.

**Palavras chaves:** antropologia indígena, indígenas mulheres, voz, corpo território

## Resumen

Este trabajo fue hecho dentro del proceso de reflexión de la diáspora indígena, el cual involucra a la geografía de la mujer indígena en el cuerpo territorio, en el sentido del ser, del sentir y del hacer indígena, del tener voz, lugar de enunciación y el “cuerpo-territorio en movimiento”, acompañada de una geografía de las ciencias indígenas y de sus narrativas, de muchas inspiraciones, caminos y entendimientos sobre las temáticas de género, salud, territorio y violencia contra las mujeres indígenas. La disertación dialoga con la gestación de prácticas de cuidado con el cuerpo colectivo y el cuerpo en movimiento, haciendo o intentando traer una antropología indígena de la observación participante, de análisis y reflexión, a través de la voz y perspectiva indígena. El proceso de demarcar la escritura de esta investigación se derivó de la mirada de indígena mujer, al mismo tiempo seguida del dolor que me habita, provocado por la ausencia de datos sobre la ciencia indígena de las mujeres. Para construir ese debate de género “cuerpo territorio” de indígenas mujeres en lucha por medio de la antropología, bajo el prisma de la defensa de los territorios colectivos y formas de acceso a conocimientos y manejo territorial, haciendo alianzas de lucha por la preservación y valorización de los saberes indígenas femeninos. Dibujar la construcción de este concepto a partir de ser una *Medzeniako*, “cuerpo-territorio” desde el lugar cultural de significación y re-significación del saber y la formación. Es un concepto que se origina en el cuerpo territorio en movimiento, del saber en los espacios, en el acceso y el dar a conocer los derechos, para construir así el debate y el combate a la violencia indígena y a la discriminación de género en lo concerniente a tener voz y participación en los espacios de decisión, desde la memoria histórica y en los días actuales del movimiento político. Por lo tanto, desde la construcción de género tendremos cuidados e implicaciones como resultado de ese caminar del cuerpo en movimiento.

**Palabras clave:** antropología indígena, indígenas mujeres, voz, cuerpo territorio

## **Listas de Palavras e significados – Produção Medzeniako**

**Antropologia indígena** – Não somos pesquisadores de fora, somos multiplicadores de saberes em duplo espaço, somos pertencentes de uma história;

**Ciência Indígena** – Não me caberia usar palavra cosmovisão ou cosmologia, seria continuar reproduzindo palavra dos não indígenas, como se referia aos nossos conhecimentos indígenas, somos produtores das nossas ciências;

**Corpo território** – É totalidade de um corpo coletivo de povo, não se trata apenas de ter povo ou nome, mas carregamos os conhecimentos milenares no nosso corpo, e essa construção é através do nosso povo e território de pertencimento;

**Corpo em movimento** – Estamos sempre na mobilização e articulações, não estamos na história, estamos no presente e queremos continuar no futuro com direitos respeitados;

**Corpo político** – Nascer indígena em ato político, importante destacar que nossa presença nos espaços é um ato político de existir como indígenas;

**Gestar** – Processo de produzir pensamento na antropologia indígenas, fazendo nascer conceitos próprios.

**Entre – lugar** – Somos pessoas em movimento, não ficamos parados estamos sempre em vários lugares e espaços, construindo e dialogando com os não indígenas;

**Geografia indígena** – Somos povos diversas, uma pesquisa não nos define como povo, cada povo tem sua geografia indígenas de ser indígena mulher;

**Indígena Mulher** - Nascemos indígenas dos nossos povos, devemos referenciar sempre nossa origem de pertencimento;

**Medzeniako** - Nossa autodeterminação enquanto povo no rio Içana, é mesmo que dizer povo Baniwa, Baniwa é nome que nos foi dado pelos não indígenas;

**Português Indígena** – Existe uma urgência em reconhecer que povos indígenas ainda são vivos no Brasil e que são mais 305 povos diferentes, aprendemos falar português, após nossas línguas indígenas, precisamos desse reconhecimento, para não passamos por violência de imposição de sempre os adequar nos padrões e não reconhecer a nossas diversidades enquanto povos indígenas;

## Sumário

GESTANDO A ESCRITA .....	13
CIÊNCIA DAS INDÍGENAS MULHERES?.....	13
A gestação da escrita e seus movimentos.....	16
Do silêncio ao protagonismo na escrita .....	21
Escrita indígena e referências.....	23
Partejo com as outras manas - Indígenas Mulheres .....	29
O gênero na narrativa de referência das não indígenas .....	37
Trajetória e desafios desse trabalho .....	38
Onde vivem os Medzeniako .....	43
Gestação no Mundo Medzeniako .....	45
Conselhos.....	51
Desobediências e consequências .....	53
Corpo Saudável.....	56
Corpo violado.....	57
Corpo território em movimento.....	78
Desafios voz e escrita memória.....	82
Incidência de corpo território nos espaços .....	84
Mobilização e articulação das mulheres .....	87
Demarcar o Processo de organização e lançamento da ANMIGA .....	91
Corpo em movimento.....	96
OS próximos passos: “Corpo território, como corpo político em movimento” .....	99

# **GESTANDO A ESCRITA**

**CIÊNCIA DAS INDÍGENAS MULHERES?**

Das minhas inspirações e o desafio, de falar de uma geografia o "corpo território" indígena mulher, ao longo e lento processo de gestar a escrita, o que estou fazendo aqui é sempre o questionamento que me faço, será esse é o meu caminho sempre colocar em cena as que ficaram na descontinuação.

*“A mata era nossa vida, nossa casa, o rio é nosso sangue. O território indígena foi destruído pelo branco, queimando a nossa terra, mataram as árvores. Inclusive onde estou, aqui está cheio de arrendamento, é muito triste, colocando gado no meio do nosso território. Eu quero denunciar a pessoa que fez isso, que não respeita o nosso direito, e que nunca foi respeitado. Porque a pessoa branca olha para nós como não ser humano, como se não existisse neste mundo. Mas nós somos raiz desta terra, nós somos mães desta terra. É nela que viveu e estamos voltando e o governo fecha o ouvido, o olho para nos enxergar, os indígenas do Brasil e do mundo inteiro.*

*Por que somos tratados assim? Porque será que não tem a nossa defesa como indígenas, nós somos seres humanos, lutamos pela nossa terra tradicional, nossos remédios tradicionais, pela s o b r e v i v ê n c i a d e n o s s a s c r i a originárias do Brasil, março de 2021).*

Muitos textos passaram na nossa frente desde a graduação, mas sempre me chamou atenção de não ter parentes (termo usado para se referir a um indígena) que não é da família, mas é indígena e outros alguns aspectos narrativos históricos e direitos conquistados me proporcionam escrever esta dissertação. O direito indígena e ações afirmativas (lei 12.711/2012 me colocaram neste lugar, ainda de forma tímida, esse corpo território segue em processo de formação/aprendizagem e demarcando espaço

nas páginas escritas com “português indígena”. Me inspiro em Lélia Gonzales (1984) quando trata do “pretuguês”, enfatizando a proposta de um português africanizado, que proporcionou uma virada linguística na língua portuguesa. De acordo com a autora, assumir o “português” permite apaziguar a violência da língua e isso tem a ver com essa oralidade que permitiu a persistência de uma história pela linguagem falada. Quando se afirmar que está errado, que não é o português correto cria-se o apagamento e ocultamento da história de contato e ausência de conhecimento da diversidade de línguas indígenas e assim, assumo aqui a escrita do “português indígena” que acredito que se inclui na proposta da autora.

A escrita em português também reflete a minha trajetória pessoal, por ser minha segunda língua, a primeira língua que aprendi falar é língua indígena “*Me d z e n i a k o*” (Baniwa, 2020). Essa construção textual na segunda língua me desafia, pois sou neta do povo da oralidade. Pertencço a oralidade que reafirma a todo momento, que faz um pensamento se expandir quando usa da repetição, que relaciona o novo com o conhecimento anterior, então, a repetição nesta escrita tem o tempo da oralidade na escrita.

Aqui a escrita é da partilha e resistência indígena. Essa tão falada luta pela visibilidade e pelos direitos territoriais no movimento indígena, é pautada no meio a muita discriminação racial pelo Estado no Brasil. O contato com o universo da escrita concretiza as nossas vozes enquanto indígenas mulheres, rompe com o silêncio sobre as ciências indígenas, nossas narrativas passam ter vidas nos repositórios das universidades (Aurora; Nascimento, 2020).

As inspirações de outras indígenas intelectuais que não são do meu povo, me fortaleceram a caminhar no universo da temática de gênero e ver que isso não é um debate isolado, mas sim sonho se concretizando nessas dissertações e artigos publicados por essas parentas.

Em tempos sombrios de perdas de direitos, me desafiei a escrever sobre as indígenas mulheres e corpo-território em movimento, dentro e fora do território, fazendo acontecer as novas histórias e defendendo a visibilidade de ser indígena mulher e que se movimenta e o corpo-território nos espaços e entre espaços. Somos do lugar onde nós estamos hoje, podendo ser de dentro de uma canoa, em uma roça ou ainda em uma sala de aula na universidade.



Foto: Ray Baniwa

### **A gestação da escrita e seus movimentos**

A pesquisa foi produzida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, sob orientação e coorientação de professores do programa, Sílvia Guimarães e Luís Cayon, pelos quais conheci a discussão no mundo da antropologia e suas teorias, linhas de pesquisas e debates, que foram indispensáveis para compreender os processos literários e debates sobre o gênero no caso das indígenas mulheres ou pelo menos tentei compreender.

Na minha monografia de graduação refleti sobre o desafio e a dualidade de conhecimento que aprendemos como Baniwa desde a infância e cuidados com o corpo da mulher (aurora (2018)). E o mesmo foi lido em algumas aulas de metodologia do próprio programa de pós-graduação, também, participei de algumas aulas. A proposta de mestrado desde o início foi falar de saúde e território sob ótica de mulheres Baniwa e de outros povos. Por isso, tomei como fio conduto deste trabalho produzir as narrativas sobre indígenas mulheres e corpo território em movimento, partindo dos seguintes objetivos:

- a) compreender a força feminina do meu povo, seus cuidados;
- b) entender a importância do diálogo com corpo território das mulheres na narrativa de reconhecimento e conquistas;
- c) Corpo território, como corpo político em movimento



d) refletir sobre minhas considerações na condição de indígena antropóloga, fazer a magia de enfatizar a ciência coletiva das indígenas mulheres que se faz carregada no seu corpo, seguindo pontuações a partir da minha trajetória como pesquisadora.

Meus argumentos passaram por várias mãos de indígenas mulheres, que chamo de mestras, que aparecerão ao longo deste trabalho. Parte da minha justificativa é que isso é resultado das minhas inquietações pessoais, na construção antropologia indígenas e questionamentos da caminhada.

A organização desta dissertação carrega a força da diversidade de ciência indígena com sua singularidade. Por isso, o primeiro capítulo discute a construção do corpo durante a gestação e os saberes, práticas e formas de se relacionar com o mundo medzeniako, “Iemakhetti matsia” (conhecimento para o bem ou viver bem), sobre os saberes centrais para o povo medzeniako e a prática do Bem Viver. Esses saberes, práticas e formas de se relacionar com o mundo, inicia-se no processo de cuidado da mãe em medzenaiko.<sup>1</sup>

Tratarei sobre o desafio de como o corpo é uma ciência que precisa de cuidado e, ao mesmo tempo, carrega saberes, por isso falaremos da construção da pessoa para o corpo coletivo. A partir de um discurso de relações horizontais, que não se limita apenas ao gestar o ser humano, mas criar vínculo de respeito e cuidado com o território.

O segundo capítulo é perpassado pela narrativa da primeira mulher “A MA Æ O” nossa origem como corpo indígena mulher medzeniako, traz a mitologia que está ligada a quem somos e de onde viemos. Refere-se a construção social do gênero, abordada pelos não indígenas, mas que aqui é colocada a partir da compreensão e valorização de saberes ciências indígenas na sua diversidade. Essa virada no argumento, me leva a pensar como as nossas histórias foram silenciadas, armadilhas da colonização que tentaram acabar com os nossos saberes e práticas, escrita no mundo da “tradicionalidade”.

O terceiro capítulo, segue no entendimento sobre entre-lugares do “corpo em movimento” para “corpo território em movimento”. Essa abordagem segue a linha do

---

<sup>1</sup> Nós o povo Baniwa nos autodenominamos, assim na nossa língua como Medzeniako

argumento das mulheres Baniwa, mas agora estarei em diálogo com mulheres de outros povos e no campo da representatividade nos espaços.

Este trabalho parte do fazer juntas e da partilha de conhecimento geracional entre indígenas mulheres. Me inspira escrever sobre mulheres, onde criam o poder de re-existir que está na história contada e escrita pelas mãos de indígenas mulheres. Está também no cuidar e caminhar juntas e juntes. Assim, este espaço não é da escrita por uma reparação histórica, mas sim da escrita para ecoar, inspirar e partilhas de conhecimentos milenares nas páginas carregadas de ancestralidades.

Portanto, acessarão em cada linha desta escrita as vivências, os enfrentamentos e a construção do corpo território indígena, contados por uma indígena, mulher, mãe e multiplicadora de saberes e conhecimentos indígenas e não indígenas, que passou por diversas transformações nos múltiplos lugares que esteve. Me defino como atuante e militante em defesas de nossos territórios, direitos indígenas e direitos de indígenas mulheres.

Esse corpo território é o das águas do rio Içana/Alto Rio Negro, que sempre estive com pés no chão do pertencimento e se desafiou colocar o corpo em movimento. O corpo território que se movimenta por vários lugares e percepções sobre o mundo e que luta pela visibilidade a diversidade que somos e a nossa presença enquanto produtoras de conhecimento, intelectuais com suas narrativas e pensamento que são teoria, que conjugam conhecimento e memória ancestral.

Para nós, indígenas mulheres, conhecemos e vivenciamos muitos modos de relação humano/não humano, cuidados com o nosso corpo cuidado com nosso território. Para tanto, produzimos formas de classificação que criam pertencimento e relações éticas com o mundo. Para além disso, nosso corpo é um território, cheio de ciências. Quando afirmo isso, estou enfatizando a construção de um corpo/pessoa que se faz, molda, a partir do conhecimento ancestral e produzindo conhecimento.

Para tratar desse corpo, é necessário falar também do processo histórico de contato no período colonial e ainda hoje. Trago diferentes interpretações do lugar da indígena mulher, nas narrativas literárias, ser “a índia”, a de corpo exótico, “de pele escura” ou de urucum, quantos nomes nos foi dado pelos não indígenas nesse processo de contato violento e cheias de violações com o nosso corpo território, não é mesmo?

Me centralizo de forma natural e com a liberdade de fazer essa reflexão inicial, constituída para localizar que os meus argumentos e posicionamento são minhas construções próprias sobre a antropologia e a ciência “ *m e d z e . Assim, o processo* de entendimento e debate sobre corpo território de indígenas mulheres sofrerá, ao longo deste texto, mudanças e consequências/ações coletivas que sofremos, por termos sido chamadas de índias pelas viajantes não indígenas nos territórios.

A pauta de gênero passa por um processo dialogado nesta escrita, onde há presença de indígenas que despertam alegria em compartilhar o debate sobre corpos territórios e ciências indígenas. Deve-se reconhecer que nos últimos 15 anos, a escrita das indígenas tem sido considerada um novo marco nas universidades e nos nossos movimentos.

Venho de uma região onde vivem 23 povos indígenas, onde está uma instituição que foi pioneiro em pautar a questão de gênero na sua estrutura institucional desde sua fundação e contou com uma indígena mulher defendendo nossas vozes. Enfatizo a trajetória da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (*AMARN*), que desde lá considero que todas as mulheres que me antecederam, como pessoas revolucionárias e inspiradoras, em especial as mulheres que constituíram a associação indígena. Por meio dessa associação, essas mulheres apresentaram a singularidade do debate de gênero no movimento indígena, quando ainda era uma posição ainda secundária, pois era entendido no mundo masculino indígena como uma associação de artesãs, não como associação de representatividade política, de voz. No entanto, elas romperam com essa visão e esse sistema masculino e nos ensinaram, ensinam sobre o diálogo e debate sobre gênero no Rio Negro, sobre participação na renda da família e outras políticas.

Muitas são as histórias que se passaram nessa narrativa sobre as indígenas mulheres, que segue do fazer acontecer e alcançar representatividade. Esse posicionamento das mulheres do Alto Rio Negro é o ponta pé inicial de interlocução, de inspiração, onde vi se configurar espaços de vozes e falas, elas não são ou eram apenas artesãs, mas pessoas que contribuíram diretamente nas articulações e mobilizações do fazer movimento no Rio Negro.

Nesse sentido, essas mulheres buscaram o caminho dos mesmos direitos de interação e de estarem inseridas em categorias de saberes milenares, assim saíram do

silêncio sobre a narrativa de subordinação das mulheres “como complementos masculinos” e passaram a se colocar como as detentoras de ciências próprias.

Este trabalho coloca em pauta argumentativa, as considerações iniciais na construção do corpo território partindo do seu lugar de origem e transformações ao longo do movimento entre-lugares, que podemos identificar nas falas da Célia Xacriabá, quando afirma nosso movimento “do corpo do chão da aldeia e corpo no chão do mundo”.

A proposta aqui é refletir sobre esse lugar das narrativas de indígenas e não indígenas, da construção de ser indígena mulher no debate da pesquisa. Para tanto, é importante problematizar o silêncio das pessoas que escrevem e falam sobre ciência e saberes milenares de mulheres. A intenção é contemplar as mulheres como produtoras de conhecimento seja no território ou nas universidades, como corpos que “perpassam no processo de cuidados”, “ausência do cuidado implica na saúde e consequências”, posteriormente articular o sentido desse cuidado, e as violências enfrentada por esse corpo território da mulher.

Valdelice Veron (2018) tratou sobre esse silenciamento das indígenas mulheres, quando escreveu:

“Os homens antropólogos que pesquisaram sobre nosso povo, não escreveram sobre esse assunto, sobre o modo de ser das mulheres Kaiowá e, quando o fizeram, foi distante, com um olhar não-indígena, regado pelo machismo e pela colonização. Eles não escutavam as mulheres, não as observavam, não sabiam que, quando estavam preparando alimento, também observávamos os visitantes, enquanto eles conversavam com os homens. Esses antropólogos não conseguiam captar os comentários que as mulheres faziam para ajudar nas respostas dos homens às perguntas deles. Vi isso acontecer várias vezes com pesquisadores e outros não-indígenas que iam conversar com os homens (2018:07)”.

O processo da minha escrita passa por diversidade de geografia das indígenas mulheres e suas ciências, criando possibilidades de saber, aprender, conhecer e discutir

sobre papel das mulheres, dentro do território e fora dela e corpo movimento em desenvolvimento na produção de conhecimento singular.

### **Do silêncio ao protagonismo na escrita**

A minha inquietação me levou a conhecer diferentes debates sobre indígenas mulheres, o silêncio me provocou a conhecer diferentes realidades, movida pelo afeto que nos uniu na academia até ver a ausência nas etnografias sobre nossas ciências enquanto indígenas mulheres. Temos nossos modos coletivos de formação geracional dentro dos nossos territórios.

Esse trabalho narra o pensamento de indígena pesquisadora, mãe e mulher e que reconhece a ausência e a dor de uma falta de referência indígena na memória escrita. O silêncio das indígenas mulheres me acompanha na caminhada do escrever e vejo o epistemicídio das “ *Me d z e*” *nsênkelkaate* ao que Sueli Carneiro (2005) apontou, inspirada em Boaventura de Sousa Santos, sobre o racismo com a população negra e que toma forma continuada na produção do conhecimento, quando nega o conhecimento do outro e o subjuga a viver uma radical e violenta mudança cultural. Quando os não indígenas adentram o nosso território e buscam as histórias do nosso povo, ouvem somente os homens indígenas. Os não indígenas transmitem seu mundo para o nosso e veem as mulheres como complemento dos homens, mas não veem a complementariedade no processo de criação do pensamento Baniwa.

Sermos colocadas como figuras de complemento de homens, como descritas por não indígenas, me fez caminhar até aqui. A certeza, tenho, sou a continuação por ser a neta delas (as mulheres que foram silenciadas nessas narrativas) e continuação dos saberes ancestrais, que por muito tempo ficou no passado, cristalizado e estático para quem escreve sobre os conhecimentos indígenas no Brasil.

A construção desse debate é sobre as nossas narrativas de indígenas mulheres, inicialmente. E há necessidade de colocar o meu lugar de referência, sou assim e o porquê de estar nesse lugar. Sou do clã *waliperedakenai*, carrego nome como *Hipamaale*, me desafio em vários sentidos a estar por espaços e temporalidades diversas. Infelizmente não tive oportunidade de vivenciar os cuidados dos meus avós paternos. A memória familiar que carrego é apenas com meus pais e minhas avós por parte de mãe, tias da minha mãe. Contudo, a minha vida foi receber conselhos dos mais

velhos e mais velhas da comunidade e respeitar espaços entre os gêneros, já que não somos iguais aos homens. Parte da minha vida, ouvi minha mãe dizer à minha irmã do meio que ela não podia viajar como homens, pois ela podia menstruar e trazer problemas ao longo da viagem. Minha memória é carregada de momentos felizes com irmãos, primos e tias, na comunidade de Areia Branca. Meus questionamentos junto ao fato de ser caçula de irmãos, me proporcionou conhecer debates políticos desde cedo. Mas estava nesses momentos apenas como ouvinte, irmãos homens sempre tiveram lugar de fala, lembranças de demandas me impulsionaram a romper algumas regras desde então com muito apoio de irmãos e meu pai.

Nesse sentido, este trabalho não se refere somente a falar e refletir sobre o conhecimento das indígenas mulheres, mas o modo como somos tratadas por pesquisadores não indígenas que passaram por nossas comunidades e rios, dentro dos territórios. Por um lado, carrega a minha caminhada e decisões de interesses em visibilizar vozes das mulheres, apresentada por uma neta que adentra no espaço não indígena que silenciou muitas indígenas mulheres, que, por séculos, anulou o conhecimento delas: “Minhas ancestrais mulheres”.

Ao mesmo tempo, trago o debate de como nós, indígenas mulheres intelectuais, falamos desses conhecimentos ou como estamos produzindo os nossos pensamentos na escrita e textos, no movimento da escrita indígenas mulheres. Escrita carregada de consciência do lugar de fala, reunindo escrita e voz. Por outro lado, escrever sobre é uma estratégia de dizer que os povos indígenas estão no presente, na contemporaneidade, disputando para serem as narradoras de suas próprias vozes. Penso esse espaço como diferente do discurso político de representatividade, mas tão importante quanto, pois a academia, também, nos trouxe dores e silenciamento. Mas a academia ainda é uma outra forma de fazer frente a resistência e luta de indígenas mulheres, assim, buscamos indigenizar esse espaço com sua diferença, questionando o lugar que nos colocaram de ser apenas complementos de homens.

Exposto isso, trago o corpo território em movimento, no sentido de colocar em cena, os corpos territórios, que se movimentam entre “o chão da aldeia e chão do mundo” (Xacriabá, 2021) e nos centros urbanos, centros acadêmicos. Lugares marcados pela narrativa violenta do contato histórico indígena, para com as indígenas mulheres.

Dando a descontinuidade da ideia de que só existe indígenas nas florestas, isso requer e nos faz querer correr e construir espaços, partindo do contar as nossas histórias. Essas histórias nos envolvem e estamos criando novas histórias em novos e antigos espaços.

Inicialmente para produzir diálogos com respeito e de como o nosso corpo território necessita desse respeito para não sofrer violências, violações e silenciamentos. Há uma necessidade urgente de consolidação do debate sobre a violência de gênero no mundo indígena, que está em construção, que cabe a nós as netas e filhas que estão no processo de escrever “mundo da escrita”. Nos desafiamos todos os dias para sermos filhas de um povo carregado de conhecimentos e as minhas discussões, partem do lugar e minha referência territorial e ancestral de pertencimento na vida como pessoa e ser medzeniako. E isso me permite abrir novos caminhos, viver novas histórias de mulheres indígenas em novos territórios.

### **Escrita indígena e referências**

Parto dos princípios que afloram dos saberes indígenas, como sujeitas de histórias e detentoras de conhecimentos singulares e que têm a importância no processo de formação, continuação do nosso povo e em cada povo indígena. Por isso, parto da escrita das indígenas mulheres.

As indígenas mulheres<sup>2</sup>, sejam elas do meu povo ou de povos indígenas, levantam a pauta do movimento de indígenas mulheres, o que não deve ser confundido com o feminismo não indígena. Estou apontando a diferença entre esses dois cenários distintos, com estratégias, práticas e reflexões distintas. Assim, considero que não podem ser tratados de forma igual, pois o feminismo não indígena se refere a espaços, lugares e temporalidades distantes das realidades indígenas. Por tanto, ao longo do meu trabalho, opto por usar e escrever, **indígenas mulheres**, com o substantivo indígena na frente, seguido de mulheres, essa última palavra deve ser um qualificativo da primeira,

---

<sup>2</sup> Nascemos indígenas com nomes próprios

especificando o significado de indígenas. Não me refiro a um feminismo indígena que é pautado por outras mulheres indígenas, o que não é este o caso.

Neste trabalho, partejo a escrita apresentando uma antropologia indígena, o que considero como uma reflexão e contribuição, colocando em cena as indígenas mulheres, como detentoras de saberes, em complementaridade aos homens. A etnografia, esse modo de fazer da antropologia, que, para mim, está relacionada com estar entre as pessoas, ouvir, dialogar, se posicionar politicamente, fazer escolhas políticas, conscientes e éticas. Nas mãos de uma indígena mulher, está marcada por rever temas que nos subordinaram e fizeram leituras divergentes do que pensamento como indígenas mulheres

As indígenas mulheres sempre foram mencionadas de forma menor ou como uma exceção por pesquisadores não indígenas, mesmo elas sendo sujeitas de conhecimento, com formações diferentes dos homens. Devo enfatizar que valorizamos os espaços e situações não acessadas pelas mulheres, espaços de formação dos homens, onde se forma e repassam conhecimento. Hoje, as indígenas mulheres trouxeram à tona este tema com sua produção de indígenas antropólogas e enfatizam a perspectiva de gênero como Sandra Benites (2018), quando esclarece sobre os espaços de produção de conhecimento de homens e mulheres, afirmando a complementaridade e não hierarquização que leva à subordinação e domínio de um gênero sobre outro:

“Diferentes narradores, com técnicas e conhecimentos distintos, produzem versões de uma mesma narrativa. O narrador, a partir do seu processo de formação, de sua aprendizagem e através da apropriação de certas técnicas, contará as suas narrativas. Logo, existem vários narradores e versões diferentes de uma mesma história, porque quem conta, narra a partir de sua perspectiva e dos seus conhecimentos. Fala e narrativas tem poder de construir e desconstruir o mundo, teko.” (op. cit: 92)

Portanto, dialogar com os espaços de fala e voz, de território e gênero, é saber do processo de luta e faz parte desse movimento com o Corpo. Considero que não seria adequado falar que estamos na luta por igualdade com os homens, mas sim valorizar a



importância do papel da mulher na continuação e preservação, transmissão de conhecimentos de seus povos. A questão de gênero é indiferente nos povos indígenas, somos pessoas coletivos e comunitários, mas com especificidades de formação e acesso aos conhecimentos que podem ser considerados, papéis e suas variações para cada gênero e idades dentro dos territórios.

A temática de território e gênero tem me acompanhado ao longo da minha vida acadêmica na graduação e em espaços de debates. Por isso, estou seguindo nesse percurso de falar e refletir sobre o corpo/território da mulher, que reúne corpo e território em sua pessoa, que é coletiva, corpo e território juntos. Essa interação na construção da pessoa dialoga com a ciência e bem viver, ao mesmo tempo enfrenta a violação dos direitos e violência nos espaços acessados por mulheres. Também, trago o debate para o contexto do contato violento com as religiões não indígenas, que desconhecem os saberes das mulheres e buscaram silenciar qualquer prática que revelasse essa ciência (Aurora - 2018),

Ao mesmo tempo e nos últimos 5 anos, quem acompanha as discussões sobre indígenas mulheres no campo da etnologia indígena, falar de indígenas mulheres tem ganhado destaque nas mãos de vários pesquisadores indígenas e não indígenas. Apresento e falo neste lugar de um corpo/ território *Medzeniako*<sup>3</sup>, assim como, mencionada pelas indígenas mulheres na 1ª Marcha das mulheres indígenas (2019). Essas mulheres trouxeram para o debate e ação política, o corpo identitário na luta, fortalecendo suas capacidades em defesas de seus corpos e dos territórios indígenas, assim escolherem como tema como “Território: Nosso corpo, Nosso espírito”.

Por ser indígena mulher, que cresceu nos territórios Medzeniako, sempre enfatizo que quando falo de ciência indígenas, quero afirmar e reafirmar sobre a diversidade de tarefas realizadas por indígenas mulheres, seu papel social no seu povo e isso é diferente do feminismo hegemônico, a sua carga de atividades de rotina diária cultural de fazer coletivo e partilha, é diferente de ter profissões específicas, de buscar o lugar no mercado de trabalho. Enfim, isso diferencia a luta, pois não é por igualdade de gênero, mas sim lutar pelo acesso a visibilidade de voz, fala e respeito no espaço de decisão no seu grupo de origem, segundo os pesquisadores não indígenas.

---

<sup>3</sup> Medzeniako é autodenominação do povo Baniwa do rio Içana e afluentes ( 2016)

No Alto Rio Negro, os textos escritos por pesquisadores não indígenas (referencia), nos mostram, a maioria dos 23 povos existente na região, como patrilineares, essa configuração é apresentada excluindo as mulheres das arenas de discussão. A marginalização e silenciamento de indígenas mulheres e seus conhecimentos, começa quando narram que as mulheres são somente para trocar, casar e cuidar da casa, o que dificulta a sua participação na política de organização do seu povo. Esquecem, por exemplo, do fato de que as minhas ancestrais mulheres foram donas das flautas sagradas que deram origem a conhecimentos milenares e no processamento de nossas bebidas que são usadas na formação dos homens e outros seres. Essa visão faz parte do processo de silenciamento e discriminação das indígenas mulheres, na narrativa de produção de conhecimento na antropologia.

Essa perspectiva me desafia e proponho rever essa forma de pensar e narrar as nossas expertises como detentoras/ciências indígenas das mulheres. Inspiro-me em Prumkwyj Krahô (2017), quando em sua dissertação de mestrado, deu uma centralidade às mulheres-cabaças, as primeiras pessoas que aprenderam com Sol, herói criador do povo Krahô, sobre os resguardos e, assim, esse saber foi sendo repassado de geração em geração, de mulheres para mulheres. De acordo com Prumkwyj, tudo aconteceu nesta primeira aldeia e este conhecimento estava, principalmente, com as mulheres-cabaças e elas o repassaram. As mulheres-cabaças ancestrais das mulheres Krahô de hoje, nunca tiveram uma centralidade nas pesquisas dos não-indígenas. Apresentar essa perspectiva significa abrir a socio-cosmologia para outros caminhos, significa expandir os cosmos. A vivência dos homens apresenta outra história como central, a vivência/narrativa das mulheres não nega a dos homens, mas se conjugam formando toda a complexidade cosmológica dos Krahô. Outro exemplo encontramos na dissertação de mestrado de Valdelice Veron (2018), quando ela traz a centralidade de Jekoakui, primeira divindade, mulher, uma Nhandesy, que fez esta terra, onde vivem os Kaiowá, e que inspira e faz com que hoje as mulheres Kaiowá lancem sua voz por “Terra, Vida, Justiça e Demarcação!”. A ancestral Jekoakui assim como as mulheres-cabaças passam a ter uma centralidade porque são referências para as vivências dessas mulheres indígenas.

Alinhado a essa perspectiva das mulheres indígenas, precisamos falar sobre o peso da colonização no corpo território das mulheres, onde o mundo ocidental faz essa

diferença de gênero que é marcada pela submissão e subordinação das mulheres e nas várias frentes colonizadoras que adentram o território indígena. Essas várias frentes de colonização são os grandes projetos desenvolvimentistas do governo, a mineração, as madeireiras, o agronegócio, as missões religiosas e todas as instâncias que invadem nosso território e buscam transformar nossas vidas para ocupá-las assim como nosso território.

Então, aqui estou em busca de partilhar o processo de indigenizar o discurso sobre nós e falar sobre os nossos conhecimentos enquanto indígenas mulheres. Trazer para o debate por meio dessa pesquisa e vivência na comunidade e na comunidade acadêmica.

Ao longo da formação em Antropologia e vivência na comunidade, me identifiquei com a temática sobre as indígenas mulheres. É um desejo individual de debater e seguir na produção acadêmica sobre esses saberes milenares, mas contados pelas mulheres, o nosso corpo em movimento é corpo político de fazer a diferenças, quem além de nós para saber sobre as nossas dores.

Ainda há o elemento da diversidade que movimenta as ciências indígenas das mulheres. São muitos os conhecimentos que as indígenas mulheres detêm, que ultrapassam o lugar de uma simples dona de casa, são as práticas e saberes diversos, carregadas de um conjunto de representatividade na frente de luta em diferentes espaços, no sentido de especificidade no cuidado, pertencimento e identidade nos espaços: ser mãe, benzedeira, parteira, formadora de pessoas, de roças, da mata e transformadora na partilha desses conhecimentos. Mantemos diálogo e participamos de processos formativos para outras gerações, desde o universo, de esposa, nora, mãe e sogra, esse papel dialoga com a proteção territorial e corpo território como ato político de gênero nos espaços.

Partejar a ideia da escrita, surgiu a partir de olhar de uma indígena que pensa e sonha na possibilidade de um dia as indígenas mulheres serem respeitadas, com suas especificidades e suas escolhas, saindo da ideia de naturalização do patriarcado “o mito patriarcado é apenas a ferramenta usada para conservar a mulher ligada a situação. Para libertá-la, necessitamos destruir o mito” P.252,( Banbergue... ano).

Aqui não é sobre tornar saberes de indígenas mulheres iguais a de outras mulheres e suas lutas, mas pensar em uma forma de sermos todas livres para transitar

nos espaços, acessar direitos e fazer respeitar seus conhecimentos, ter voz e poder de fala.

Para além de uma estudante indígena do meu povo, sou indígena mulher que pensa em contribuir com a visibilidade de conhecimentos das mulheres e ao mesmo tempo, com esse corpo em movimento nos diferentes lugares.

A minha geração de indígenas mulheres é parte das que são criadas para procriar, fazer com que a linhagem do marido continue, mas existe aquelas que rompem esse papel imposto e acessam outros espaços. Adentramos outros espaços de formação. Entre esses diversos saberes e formações, construí minhas referências, que me proporcionaram a oportunidade de ir à luta por outros conhecimentos, mas tendo como base este corpo indígena mulher, muitas vezes assumiu papel político necessário nos encontros e debates. E ter a formação dessa corporalidade indígena mulher me permitiu ter conhecimento e sabedoria para estar nessas arenas de debate. Esse corpo território também é carregado de conhecimento indígena e se tornou, pensante e crítico na construção e produzindo conhecimento na escrita. Semelhante ao que afirmou a Prumkwyj Krahô (2017), fazemos resguardos para moldar e cuidar do nosso corpo que contém nosso conhecimento e memória. Esse corpo de mulher indígena é cuidadosamente feito, construído em coletivo e guarda a memória e conhecimento de cada povo. Memória sobre as histórias, sobre os cantos, sobre como produzir alimento, sobre como gestar uma criança e cuidar do ritmo de uma comunidade.

Assim, ao longo da minha caminhada, carrego vivo em mim a memória e o conhecimento da minha comunidade e do povo a qual pertenço, isso me dá além da força, mas de continuar a caminhar, também me permite abordar questões de gênero a partir da minha realidade regional e local, com conceitos próprios e categorias de formação do corpo, que passo afirmar com autoridade de que mulheres têm papel fundamental nos povos indígenas e na continuação de saberes nas comunidades.

Mesmo que as nossas avós tenham sido violentadas e massacradas durante o processo histórico de contato colonial com os conhecimentos não indígenas, elas se mantiveram com a força de dentro, a energia que segue alimentada nas famílias, no corpo indígena que resistiu em continuar a ser feito e existe nos detalhes de som na música e nos sabores alimentar. Essas mulheres não foram derrotadas, passaram por transformações, nas comunidades e os nos corpos.

Estar nos espaços e com o corpo em movimento não é fácil, o desafio de dualidade de lidar com a dupla discriminação, como indígenas e como mulheres, nos acompanha no dia a dia. Precisamos derrotar essa visão colonial alimentada por alguns parentes que insistem em afirmar que se não está no território, não é mais parte da comunidade, violência imposta pelo colonialismo das igrejas. Estar na universidade também é realidade das indígenas mulheres e sofremos a exclusão dupla. Vivemos o problema de terem fixado nossas identidades, limitado a nossa existência uma categoria “*índia*”. Mas, isso tem mudado, de alguns anos para cá, estamos fazendo a entender de que esse espaço também é nosso.

Romper espaços com os nossos corpos territórios, buscando produzir conhecimentos, é afirmar que as nossas existências, conhecida até o momento como ciências da oralidade, conhecimentos ancestrais, permanece vivo até nas gerações atuais e ativo em qualquer espaço. Esses conhecimentos nos acompanham, quando transitamos, quando nos colocamos em movimento, nos permite saber o que comer, cuidar e conversar, produzindo saberes de nós, para nós e para outros. Permite conhecer e expor esse conhecimento, compartilhar, escrever sobre e não de ter somente os outros escrevendo sobre nós. Não se trata de uma rebeldia, mas de como corpo de indígenas mulheres podem se movimentar e movimentar conhecimento.

### **Partejo com as outras manas - Indígenas Mulheres**

O processo de colonização o Brasil não só violentou as nossas vozes e práticas ou matou os povos indígenas, como também, nos colocou como indígenas mulheres no lugar de marginalização, por muitos anos.

Pessoas nos silenciaram, prostituíram os nossos corpos, mataram nossas anciãs, as tirando do seu território. A afirmação famosa: “Minha avó foi pega no laço” naturaliza e normaliza o rapto e violência contra as mulheres indígenas, pois retrata o contato de apagamento mais violento e violação. Considerando e relacionando com acesso aos direitos humanos, várias violações foram e ainda estão sendo perpetradas, violação de

direitos esses que possibilitam estar nesse lugar de re-existência enquanto corpo indígena mulher na universidade.

Trago a reflexão sobre o corpo em movimento nos espaços, e não deixo de reconhecer as mulheres que estiveram antes de mim, isso é humanizar e solidariedade de conhecimento geracional, saber partilhar nossas conquistas coletivas, pois nós quando recebemos notícias, de que uma indígena mulher entrou uma universidade, e se formou, finalizou mestrado ou doutorado, vibramos juntas, pois sabemos que no cotidiano para finalizar esses ciclos.

Entre as diversas pesquisadoras indígenas, trago aqui as minhas referências de escrita e parentas que me ajudaram a construir a olhar e os saberes sobre a temática de gênero. Essa é uma questão social urgente de ser discutida e fazer entender nos processos de fazer parte no mundo da escrita a partir do seu povo, demarcando o novo olhar sobre a indígena mulher no contexto sociocultural e político no interior do grupo de pertencimento. Tentei buscar nelas a inspiração e buscando usar elas no debate na construção dessa escrita, por dentro de seus territórios mencionados, debatendo com foco a mulher enquanto pesquisadora e sujeito da pesquisa no âmbito da academia.

Os percursos dessas mulheres dialogam com a minha escrita e algumas delas se formaram na mesma universidade onde estou finalizando parte do meu mestrado. Portanto, nos referenciar como indígenas, também é um ato político de re-existência, pois somos postas a usar teoria não indígena na maioria das escritas dentro das roças não indígenas (universidades).

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Povo</b>	<b>Formação</b>
1	Creuza Krahó	Krahó	Mestra ( UnB)
2	Célia Xacriabá	Xacriabá	Mestra ( UnB)
3	Eliza Urbano	Pankararu	Mestra ( UFPE)
4	Jozileia Daniza	Kaingag	Mestra ( UFSC)
5	Francineia Fontes	Baniwa	Mestra ( UFRJ)
6	Maria Judite Baleiro	Guajajara	Mestra ( UnB)
7	Rosilene Fonseca	Piratapuia	Mestra ( UFAM)
8	Valdelice Veron	Guarani Kaiowá	Mestra ( UnB)
9	Melina Macuxi	Macuxi	Mestra ( UFRR)

10	Liliane Lizardo	Baré	Mestra (UFAM)
----	-----------------	------	---------------

Nesse processo de corpo em movimento entre os lugares com os nossos corpos tive o privilégio de ouvir elas falarem em vários lugares e construírem debate sobre o gênero e dividimos pensamentos partindo da nossa vivência. Isso me levou a fazer esse levantamento de indígenas intelectuais de que pudessem me ajudar, a debater o meu tema de pesquisa, já que no meu povo, ainda somos bem poucas, talvez daqui alguns anos, minhas netas, farão críticas sobre a minha escrita de hoje nesse trabalho.

Para iniciar o meu debate, me deparei com questões semelhantes às que a Elisa Pankararu enfrentou. Ela já estava com dissertação defendida, minha mestra, sobre o partejo de construir a escrita sobre o gênero, ela nos traz o seguinte:

*“Ao decidirmos discorrer sobre questões de gênero e mulheres indígenas, quando buscamos referências bibliográficas sobre o assunto, encontramos um acervo bem condizente, que abordavam as mais variadas situações. Mas queríamos tratar também sobre feminismo, nesse sentido que se aproximasse da essência indígena, no que se refere a seus modos de convivências. Porém um assunto pouco abordado, dado a sua complexidade de entendimento pelo movimento indígena e indigenista no Brasil. Então, na trajetória da nossa pesquisa, nos foi indicado referências sobre o feminismo comunitário, que devido sua gênese e discussão atual, ser a partir de pensadoras indígenas na América Latina, poderia ter relação com as características que buscávamos para a nossa produção”. ( pagina)*

*Mas não dialoga com o que queremos trazer na nossa escrita, às vezes, como referenciar nossas avós e tias, mas academia não reconhece isso, somos netas, filhas delas, carregamos conhecimentos, porém somos da oralidade, a dor e ausência caminha aí lado a lado. ( ano, pagina)*

A Valdelice Veron, indígena mulher do povo Kaiowá, Mestre em Desenvolvimento Sustentável, pela UnB, nos narra o modo de viver da mulher kaiowá. A pesquisadora nos inspira em suas falas, quando ela diz: *“Precisamos fazer o papel falar sobre nós*

*mulheres*”, admirar essa indígena que carrega força ancestral de luta, é ser pega no espaço de trânsito que não estamos sozinhas, quando falamos de silêncio e da dor que precisamos escrever sobre o que pensamos, para que outros nos enxerguem de outra forma. De acordo com Valdelice Veron:

*Sendo assim, cresci vinculada à divindade que veio do Xiru HyapuGwasúva e, com seis anos de idade, fui à cidade de Brasília junto com meu pai, na luta pela aprovação da Constituição Federal. Aos nove anos fui à primeira retomada, na terra indígena Pirakwa, município de Bela Vista. Nessa idade, não comia carne, açúcar e outras comidas não-indígenas. Estava sendo ensinada a ser maxuyprã. Com doze anos fiquei em reclusão por alguns dias, período da primeira menstruação, quando passei pelo rito de Kunhãkoty. Passada a reclusão, e foi permitido sair para o pátio, juntamente com as mulheres, rezando e cantando, com o corpo todo pintado de urucum. Fizeram a festada Xixa. As mais velhas me deram muitos conselhos para vida. (Veron, 2018. p, 12)*

Portando o corpo em trânsito, carregado de ciência indígena enfrenta a diversidade de processo de formação. Assim como eu e ela, para sobreviver na universidade, há necessidade de formação indígena, para que conseguir chegar a finalizar os estudos e como ela disse “fazer o papel falar”, que seria, outra pessoa ler o que produzimos, denunciar aos não indígenas a violência que eles mesmo fazem contra nós.

Ela nos mostra como somos corpo que carrega ciência nos nossos corpos, ela se define:

*“Sou uma guardiã das florestas, cuja única ambição e sonho é de assegurar para meus descendentes a existência, a preservação da natureza, da mata que guarda as marcas dos nossos antepassados. Uma mata com plantas, árvores, rios, animais e não com as marcas da destruição que a sociedade dominante, globalizada e predadora promove”. (ano, pg)*



Quando colocamos nossas escritas em debates, passamos a nos reunir, criar movimento, mostrando que não estamos sozinhas e que nossas vozes e escrita permanecerão depois de nós. Crio aqui espaço de diálogo com que Valdelice Veron diz, escreve, que deixar o legado de que esse saber precisa permanecer “verde” na prática por nova geração.

Isso me lembra que usar ela na minha referência é um ato político, pois essa escrita dela é força de muitas anciãs e mulheres extraordinária que são as kaiowá. O mundo genocida não indígena as atingiu de forma violenta, durante séculos, mas elas continuam brilhando nos seus afazeres e tornando possível sobreviver como mulher, no território, pois nesses lugares, as comunidades e os povos são memória e continuação daqueles que se foram.

A pergunta que sempre que temos que responder em vários lugares, contextos de debates é: “Existe feminismo indígena?”. Não, não temos discurso ou definição unificada sobre isso, como podemos ver nas minhas primeiras referências intelectuais indígenas mulheres. Isso é diferente, estamos no processo de debate de visibilizar as narrativas de quem somos e por que estamos nesses espaços, que sempre foram lugares distantes da nossa realidade de roça indígena, para roça não indígena de escrita.

Por isso somos corpo-território, como traz a nossa parenta Célia Xacriabá no seu trabalho. Esse termo aparece na dissertação de mestrado de Célia Xakriabá (Célia Nunes Correa, ano), na qual a noção de corpo-território se opõe diretamente à lógica ocidental, cartesiana, de ocupação territorial:

“Não dá para criar uma relação [com o mundo] impessoal ou sem espiritualidade, não dá para enxergar a natureza apenas como um bem a ser explorado, ou mesmo como um lugar que produz alimento. A sociedade carece de recuperar valores da relação com o espaço *corpo-território*. Precisa considerar o território como um importante elemento que nos alimenta e constitui o nosso ser pessoa no mundo, não sendo possível nos ver apartados do território, pois somos também parte indissociável dele, nosso próprio corpo” (CORREA XAKRIABÁ, 2018, p. 80, *italico no original*).

A noção também se contrapõe às formas educacionais e epistêmicas do colonialismo, como Célia Xakriabá bem demonstra: “Entendemos que, se o processo de colonização começou por nossas mentes, a indigenização tem que ser diferente, tem que partir das nossas mãos, práticas e de toda elaboração a partir do nosso corpo-território, até chegar em nossas mentes” (2018, p. 138).

A escrita das mulheres carrega não só uma reflexão da importância do significado e significação de terra para as mulheres, como a escrita pode fazer processo de sensibilização político com os não indígenas de que a luta precisa ser coletiva, para conseguir manter esse saber das mulheres e indígenas em suas comunidades. A relação natureza e povos indígenas é sim diferente no olhar de não indígena, nos distanciamentos dessa maneira de ver e se relacionar.

Historicamente por muitos séculos, memorizando o nosso lugar, como indígenas mulheres. Nosso corpo foi o que mais sofreu, foram vários tipos de violência e violação. Isso é para dizer que o processo de colonização com as mulheres, deixou de ser um contato humanizado com o nosso corpo, somos e fomos corpos discriminados e violentados. Essa dimensão é que estamos trabalhando para manter nossos saberes. Somos parte que pode transformar a narrativa dos nossos povos, o ambiente do discurso feminino está presente entre lugares, agora escrevendo também nos espaços masculinos.

E nesse sentido que esses corpos também não têm lugar para ser julgado no âmbito jurídico e cuidar no que diz respeito a direitos para com as indígenas mulheres. A minha parenta, Guajajara (Baleiro, 2019, neta de mulheres potentes nos traz no seu trabalho sobre ausência desse debate e releitura sobre a pauta de gênero e cárcere no Brasil.

“E mesmo gênero e etnia trabalhados como categorias separadas em si, as consequências de sua interação é que tatuamos como prioridade para esse momento da pesquisa. E o resultado reside no silêncio como resposta ao questionamento do que há de relação entre as desigualdades que afligem os povos indígenas com as desigualdades de gênero. O que tentamos buscar com a realocação do termo é justamente o que aponta Scott, ao afirmar que para “rejeitar o caráter fixo e

permanente da oposição binária, precisamos de uma historização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual” (1989, p.18). Trata-se da desconstrução da estrutura de categorias impostas, para assim resgatar um campo propício à afirmação da historicidade dos povos originários sobre o tema. O debate é alocado para analisar a mulher indígena em um contexto que revela como opera essa posição binária, entendida sob seu caráter de influência colonial. A pretensão reside em entendê-la como forma de contribuição para um início de autocritica da desconstrução hierárquica mantida de em âmbito étnico e perpetuado nas mulheres” ( Baleiro, 2019. p 53).

O que estamos tentando pautar, não é sobre a conquista dolorida de fazer papel falar como diz a nossa parenta Valdelice, mas que, em todo contexto, a dor da ausência de dados sobre nós, mostra a dor que carregamos por sermos apenas mulheres.

Porém há um crescente de vozes de mulheres na universidade, indigenizando páginas de histórias com suas próprias narrativas, trazendo dialogo e silenciando o corpo imaginários estereotipada por não indígenas na colonização. Não estamos aqui para decolonizar nada, sim indigenizar páginas com nossas especificidades, não queremos ser colocadas no mesmo vidro, somos corpos cheio de histórias e memórias de saberes que caminha conosco. Estamos aqui visibilizando nossas vozes e estamos em constante construção de conceitos para fazer outros nos ouvir, principalmente quebrar a violência que Estado impõe sobre nós, ter juristas indígenas mulheres é sonhar com esse diálogo que logo mais teremos direito indígena construída por nós que nos ampara em todos os lugares e contra violência, pois direitos construídos por não indígena não atente nossas especificidades como indígenas mulheres.

Para continuar o meu debate, “com as manas”, trago esse fenômeno de voz e escrita, que escreveu sobre seu povo, que traz percepção do diferencial, sobre o papel das mulheres do seu povo, no intervalo de memória, violência no processo de contato, e de como a incidência política com corpo feminino faz e está fazendo diferença no seu povo, mas que carrega outras heranças de colonização,

“Estudo a atuação dessas mulheres, considerando suas trajetórias, os seus caminhos e de suas famílias, bem como as

alianças entre as mulheres, as redes de parentesco e a preocupação com a nomeação kaingang dos filhos e netos, com sua influência na vida da pessoa” (nome, ano, pg)

A literatura das “manas mestras” é carregada de construção para influenciar outras gerações sobre suas escritas, não é sobre tradicionalidade e cultura, mas sim sobre atos políticos e argumentos científicos, porém singulares de que indígenas mulheres têm papel fundamental e importante em todos os espaços. Esse espaço de falar pode trazer outras respostas ou influenciar outras leituras sobre os povos indígenas e sobre indígenas mulheres. Por isso, insistirei na teoria de que não somos corpos para decolonizar nada, mas sim indigenizar páginas com as nossas histórias próprias escritas, estudadas e compartilhadas nas instituições por onde passamos e passaremos, essa construção também perpassa nas nossas instituições como movimento indígenas e nossas associações de base enquanto povo.

O nosso comprometimento é além de sermos netas e filhas, mas falar do fenômeno do que é ser mulheres que é de muitos lugares e dimensão na filosofia indígena na diversidade e corpo. Nossos corpos indígenas já foram muito violentados nas narrativas de muitos não indígenas, mas ajudou preservar algo para que pudéssemos estar com esse corpo aqui presente escrevendo esse trabalho.

O corpo território das indígenas mulheres estão para indigenizar outra narrativa, sobre essa violência como mencionada por uma mulher não indígena em 1992, sim existem outras histórias, pós contato, e estão nas mãos das mulheres para transformação e iniciativa dessa narrativa. As nossas escritas são para além de mitologia e cultura de nossos povos, estamos no lugar para expandir e falar de forma qualificada de que não estamos no passado ou na literatura violenta como fomos apresentadas por estado nas literaturas. Esse é um processo dolorido e árdua, mas apesar disso é através disso que crescemos no debate e na escrita.

Para finalizar essa parte do meu debate com minhas manas, reforço a voz da minha parenta Krahô, mulher que não acessar formação, pouco saberá sua importância, para nós todos os processos são marcantes desde o nosso nascimento e corpo que transita:

*“Nós somos **Mãkraré**, mas os brancos, não-indígenas, nos chamam de Krahô. E, para nós, a mulher nunca deixa sua família*

*assim, portanto, isso tudo que estou vivendo é muito difícil. Mas, ao mesmo tempo, como foi um incentivo do marido, uma pessoa especial, e das filhas, eu tive que sair para estudar, muitas vezes chorando de minha casa, porque eu não queria deixá-los. Eles sabiam que o estudo iria me permitir ter conhecimentos importantes e necessários sobre o*  
p19).

As demais manas aparecerão no texto, esse conjunto de experiência exposto por minhas parentas, demonstra que o que escrevemos é diferente do não indígenas, a nossa preocupação é coletiva e seguir nesse diálogo é pronunciado do corpo cheio de sentimentos e história rica de ser pautada, “nós por nós”.

### **O gênero na narrativa de referência das não indígenas**

Aqui trago como mulheres não indígenas nos descrevem nos seus trabalhos e nas suas escritas.

A transição de fazer antropologia também mudou, e está em constante mudança, lemos desde os clássicos sobre outros povos, sobre a troca e seus sentidos e importâncias culturais das sujeitas mulheres no processo de fazer etnografia, porém nessa escrita vou trazer as mulheres não indígenas antropólogas que durante o curso de graduação e mestrado passaram por mim, não consegui compreender de fato o que elas tentaram trazer, talvez o fato de eu não desse lugar de falar de outros, mas sim ser parte desse.

Neste sentido, sobre estudos de gênero, autoras que usarei em debate a parti de textos escolhido, como a de Rita Segato (1998), do DAN, para falar de indígenas mulheres em movimento, das minhas parentas intelectuais indígenas que colaboram na construção deste trabalho, partindo da agenda de ações afirmativas e construção de relações de gênero da Rita Segato, no sentido que abordagem de um tema, antes precisa acessar os tipos de direitos humanos, no caso direito das mulheres, que passaram por mudanças de entendimento com a tomada de frente de luta por mulheres, no fazer caminhar do movimento como todo, nesse sentido, vou construir a colaboração do corpo território em movimento que é minha referência de debate, construção.

Cristiane Lasmar (1999; 2005), que escreveu sobre mulheres do rio Negro, apesar de ela nos narrar sobre transformações de modo de vida usando a palavra “índio” se queria falar de mulheres porque não usar modo de vida das mulheres na cidade, considerando que o contato com os não indígenas sempre se deu de forma violenta, mas construções de novo formato de vida sociais, ganha mudança significativo quando se chega na cidade, talvez recorrer a construção de preconceito e discriminação de ser da comunidade e viver na cidade.

Mas cabe a nós saber usar as referências a nosso favor para construção desse corpo território em movimento, e sua invisibilidade e corpo em discriminação em seu trabalho destaco o olhar de gênero na seguinte frase *“Além de estar diretamente ligada ao problema mais geral da hegemonia da perspectiva masculina nas ciências sociais, a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, na visão do senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do N o v o M u n d o ”* ( L A S M A R , 1 9 9 9 , p .

Por fim a Cecilia McCallum (1999), por dialogar com a minhas construções de falar sobre mulheres, partindo da ideia da desconstrução do mundo masculino e Joanna Overing (ano) para debate no novo cotidiano das indígenas mulheres, na construção do pensamento, entendimento que elas não são complemento de homens, sim a guardiãs e mantenedoras de ciências indígenas do povo e famílias indígenas, no fazer ciência para além de serem artesãs e mães de famílias.

### **Trajetória e desafios desse trabalho**

A etnografia do presente trabalho se dedica a perseguir os caminhos pelos quais a discussão de gênero, passa na antropologia, em especial, sobre indígenas mulheres que ganha inserção no fazer antropologia e seus desafios, partindo de protagonismos, engajamentos e incidência de corpo território de diversas indígenas pesquisadores. Portanto fazer esse processo de escrita, requer abordagem e responsabilidade, de como as narrativas e ações em debates se constroem, sob olhar das indígenas e suas ciências.

Trabalhei de forma sistemática, primeiro reuni autoras indígenas, que escreveram sobre os conhecimentos indígenas e percursos de ser indígena na

universidade, que perpassa além de uma mestra Baniwa, a outras indígenas mulheres em movimento, território indígena e universidade.

Os registros orais me acompanharam nesse trabalho, antes mesmo de decidir escolher a antropologia, a metodologia de escuta nos acompanha desde o ventre de nossas mães, então colocar isso na escrita, me desafiou a ler, outras produções que dialogava com campo do meu interesse. Optei primeiro pelo livro de produção de narradores Baniwa no livro “ *W a f e r i n a i p - e A s a d e d o r i a d o s a n t e p a s s a d o s*”. Escrita por pessoas externas, esse olhar é de outros, não de próprios indígenas.

E outro método foi a observação participante, mas vou além de disso, sou parte dessa narrativa, portanto, seria autoetnografia também, por ser produtora de conhecimento a partir de conhecimentos delas, “das mulheres” que sou neta e filha. Aqui é sobre protagonizar narrativa, mas ser parte integrante também, indígenas a escrita é necessária e urgente. Portanto ser parte, me possibilitou atuar de forma mais livre e orgânica no processo que me desafiei e me envolvi em todo desenvolvimento e finalização dessa escrita.

Meses de estudos e leituras, sobre escritas de não indígenas sobre mitologia, cultura e educação Baniwa, me permitindo identificar, e olhar questões a serem feitas durante a minha escrita sobre o tema de gênero, quantas vezes aparecemos como protagonistas de narrativas. As informações que vinha, era sempre como parte complemento de homens, esposa do cacique, como se não tivéssemos identidade própria eu passarei chamar de “silenciamento culposos, sem intenção de silenciar”.

No contexto de construção do debate sobre voz e fala, observei que a história de luta, tornou-se parte importante do movimento indígena no rio Negro, instrumento de visibilizar trabalho das mulheres, desde a artesão à professora, que esse espaço, também, requer reflexão de como esse espaço, coloca em cena a violência de gênero, a esse respeito, procurei ouvir as mulheres que passaram por esse espaço.

No curso do acontecimento, vi com muita dor a ausência de dados sobre conhecimento das mulheres, deixada fora nos registros oficiais de primeiros pesquisadores. Diante disso podemos considerar que foi violência silenciosa para com mulheres de não serem protagonista nesse processo de contato, considerando que a

violações de corpos, foram elas as mulheres que mais sofreram com a chegada das igrejas e padrões nas comunidades Baniwa.

Partilhar, comunicar e demarcar espaço na escrita por intermédio de vozes e falas, me desafia a colocar essa narrativa, sobre os conhecimentos e ciências indígenas, sob o olhar das indígenas mulheres para que não permaneçam silenciadas, que pode vir como afronta ao mundo masculino, mas lembrar que as mulheres têm papel fundamental em todos os processos.

Finalmente, não tenho pretensão de mudar a visão de pesquisadores ou antropologia sobre essa temática, mas colocar em debate essas diferentes construções e entendimentos, que vai ao encontro de colocar vozes de mulheres como protagonistas. A intenção é refletir, registrar, sobre a memória e vivência, como sujeitas de direitos, mas que ainda precisa de respeito por sua diferença, considerando que o corpo território, passa por etapas de transformação, mas que consegue se rearticular e colocar os conhecimentos em transmissão em diferentes espaços e gerações.

Portanto aqui, tento responder questões, refletir sobre a importância de conhecimentos, mas seus desafios com relação à violência de gênero, minha pesquisa, que deu sentido à importância da escuta e ser participante, dando sentido a fazer antropologia como indígena mulher Baniwa.

Penso que não é pesquisa para desconstruir conceitos, como colonialidade do poder – saber, mas sobre o desafio de indigenizar a academia para avançar, no contra narrativas, no caso é nós por nós, pois esse espaço de escrita acadêmica é muito violento, podemos repetir o erro de reproduzir e utilizar teorias que não nos representam, como sujeitos de identidade cultural singulares, romper esses padrões é um desafio, mas precisamos nos colocar na cena e acreditamos nessa produção dialogada. “Não é simplesmente de um conhecimento novo que precisamos; o que precisamos é de novo modo de produção de conhecimento” (SOUSA SANTOS, 2007, p.20).

Aproximar as escritas indígenas na linguagem própria, pode melhorar a comunicação entre o passado e presente, permitindo novo formato de fazer antropologia, mas é algo que vai demorar, a universidade impõe limite a serem seguidos.

Ainda sobre a participação histórica nas escritas, os não indígenas nos vêm como algo de outras reflexões, não basta escrever sobre nossos povos, outros sempre



vão falar sobre a nossa escrita, isso também não, pois é outra forma de querer silenciar nossos trabalhos.

Porém o efeito de presença marcante nas universidades, das organizações indígenas tomando para si o debate da importância de profissionais que escrevem sobre si que influenciam a seguir no caminho da escrita pois precisamos estar nesse espaço de escrita que por vários anos foi lugar muito distante para nós, o processo de familiarização da escritora, gera o efeito inspiradora para a questão de outras mulheres querer estudar, criando novos debates no círculo das mulheres sobre essa participação.

É por isso propôs que essa narrativa, não é apenas falar de ciência das mulheres, mas trazer o debate que me acompanha sobre o silenciamento histórico.

# Capitulo - I

## Onde vivem os Medzeniako

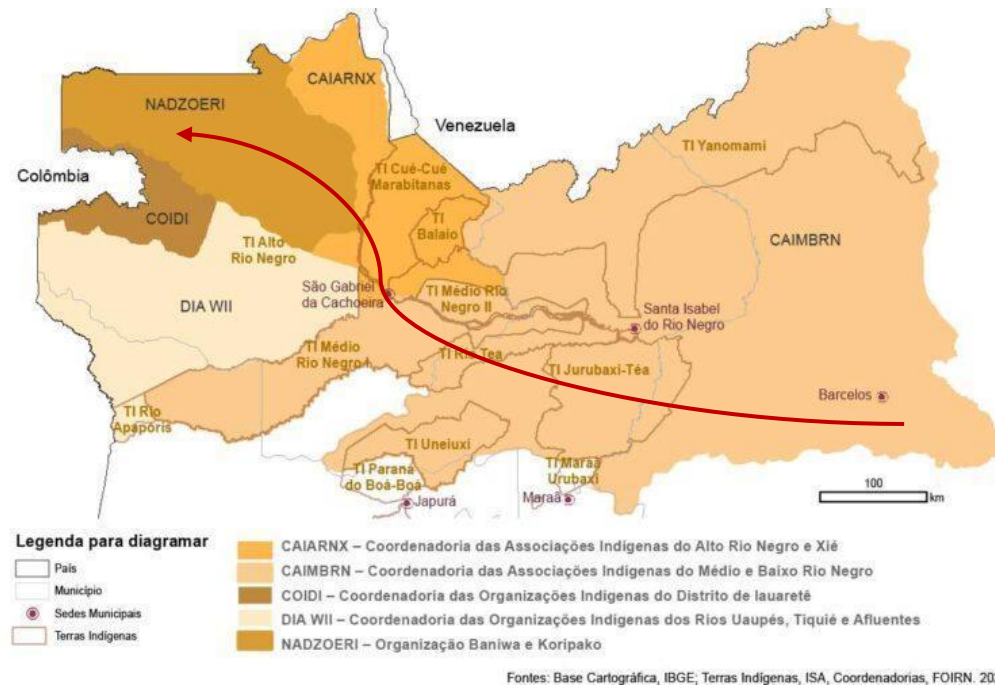


Imagem: Site FOIRN

Os Medzeniako fazem parte de um complexo cultural de 23 povos indígenas diferentes, que vivem na Terra Indígena demarcada Alto Rio Negro, e somos da família linguística Aruak.

Os Medzeniako vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, em comunidades localizadas nas margens do Rio Iça e seus afluentes, Cuyari, Ayari e Cubate, além de estarem no Alto Rio Negro/Guiana e nos centros urbanos ao longo do rio Negro, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Barcelos, e na capital do Amazona, em Manaus.

As minhas ancestrais indígenas mulheres viram seus maridos e filhos, no caso, os nossos avós e tios, enfrentar as maiores violações de direitos humanos por lutar por nossos territórios. Esses estavam carregados de colonização, como corpos marcados, com a chegada de religião na região do Rio Negro. A chegada das igrejas foi de tamanha violência e violações de direitos humanos, na época. Impuseram a dita escola civilizatória, que podemos compreender na atualidade como a morte de conhecimentos ancestrais. Ao mesmo tempo lutamos por subverter essa imposição e fizemos retomadas desse espaço escolar.

Os Medzeniako entraram em contato com os não indígenas “colonizadores”, na verdade, seriam os desconhecedores do mundo medzeniako, no início do século 18. Violentados, perseguidos e escravizados por espanhóis e portugueses, boa parte dos indígenas morreram por epidemias conhecidas, o que dizimou muitos indígenas no Brasil. Essas eram o sarampo e a varíola, trazidas por não indígenas. Durante o processo de contato, os Medzeniako passaram por exploração de não indígenas, na ilusão sobre a melhoria de vida através na troca por mercadoria pelo seu serviço braçal. Inseridos na exploração de nossa força de trabalho, muitos jovens homens perderam o contato com suas famílias ou morreram trabalhando para os patrões, que eram militares aliados de portugueses.

Os Medzeniako passaram por várias transformações de organização social ao longo desse contato com os não indígenas, debatendo e discutindo conceitos de e levou a produzir, plano de manejo indígena no formato apresentar nosso entendimento sobre nosso território que entrelaça os conceitos de *wadzakale* e *hekoapi*. *Wadzakale* se refere ao “ambiente” em que vivemos, produzimos e colhemos nosso sustento, onde fazemos nossa humanidade e nos relacionamos com diversos seres, moldamos o mundo e nos nutrimos das marcas deixados pelos nossos antepassados como petróglifos. Por sua vez, *hekoapi* se refere às diversas camadas, cada qual habitada por seres, deuses e espíritos específicos. A terra que vivemos é a porção central, o meio dos mundos. É de onde nós indígenas adquirimos nossos conhecimentos e nos relacionamos com as outras camadas. Para nós, a terra é a mãe, que cuida dos filhos ao longo da concepção ao no nascimento, crescimento, vida adulta, velhice até quando se chega ao final da vida. Cuida até voltar novamente para dentro da terra.

### ***Nosso Autodenominação e autodemarcação***

*A d e t e r m i n a ç ã o d o p o v o B a n i w a e K o r i p a k a q u e h a b i t a o m u n d o a t u a l ) o u “ W a k o e n a i ” ( o s n ã o - i n d í g e n a s . P a r a d z r e á n s i , a k s o m r a ó s ” , o s o “ q M e s i g n i f i c a d e l í n g u a o r i g i n a l . Q u a n d o n ó s n o s r e f e r i m o s a o s M e d z e n i a k o n a i , n ó s n o s r e f e r i m o s a o s 16 c l ã s q u e c o m p ã e a n a ç ã o d e l í n g u a B a n i w a .*

Portanto é desse lugar que vou iniciar o debate sobre corpo território indígena mulher, do lugar do meu pertencimento, a pesquisa sofreu mudança frente no sentido de aproveitar parte da minha monografia para falar de cuidados e implicações, seguida

de gestação e constituição do corpo medzeniako e esse corpo em movimento como corpo político que sobre violações e violência nos espaços, que configura o protagonismo.

### Gestação no Mundo Medzeniako



Esta memória narrativa tem como objetivo refletir sobre o processo de cuidado e conhecimentos indígenas manuseadas pelas mulheres, centrando minha análise a partir de contatos com os não indígenas do descaso e silêncio das ciências indígenas. E ao mesmo tempo colocar na arena o debate sobre a gestação de corpo no mundo *medzeniako*.

“Iemakhetti matsia<sup>4</sup>” é saberes para o povo medzeniako, a prática do Bem Viver. Esse inicia-se no processo de cuidado da mãe. Tratarei sobre o desafio de como o corpo é uma ciência que precisa de cuidado e ao mesmo tempo carrega saberes, por isso falaremos da construção da pessoa para o corpo coletivo em movimento. Por isso, a minha escolha de construir os capítulos em sintonia com o processo de gestação.

Para o povo Medzeniako, gerar uma vida que nesse caso chamarei de “corpo medzeniako” é partilhar e compartilhar muitos cuidados - desde os primeiros meses e dias, na gestação e durante a gestação. E esse cuidado também se refere ao cuidado com o território, local onde habita e esse corpo se movimenta. Para mundo medzeniako, gerar requer cuidados delicados e de qualidade para que a criança possa nascer com saúde.

---

<sup>4</sup> Conhecimento para o bem

Esse cuidado é de forma coletiva, as anciãs, mestras em partos e cuidados com o corpo entram em ação para cuidar dessas jovens, em processo de mudança no seu corpo, onde esse corpo, dialoga com as regras e restrições alimentares que dão uma condição de vida saudável na gestação de uma criança e parto sem sofrimento.

O processo de cuidado, e purificação do corpo, com suas repercussões sobre o espírito, passa pelas regras de higiene corporal que se imbricam com tensões conflitivas entre seres humanos e animais espíritos como os **yopinais**<sup>5</sup>. Cuidar de corpo, vai além de saber horários certos, momentos certos de banho, durante atividades do dia a dia, respeitar os espaços de banhos e antes de refeições diárias. Um corpo-território, que não segue esses cuidados pode vir sofrer consequências graves no hora do parto, por isso passaremos conhecer alguns desses cuidados, básicos na vida de uma mulher medzeniako.

Porém antes de todo precisamos falar que no Brasil somos mais de 305 povos diferentes e 274 linguas indígenas faladas, e pautamos nossas formas de organização e entendimento sobre cuidados e relação com os nossos territórios também de diversas formas e vozes diversas e escritas de mulheres.

Aqui para começar a falar sobre cuidados, preciso mencionar que a mulher que segue as regras sociais do seu clã, povo dentro do território, primeiro deve estar de acordo com o calendário ecológico cultural do seu povo.

Esse corpo medzeniako, que tentarei trazer no processo de cuidado na gestação, é dialogada com como lidamos com nossa forma de plantar, memorizar e brincar durante a nossa formação e que nossas atividades do dia a dia antes de tudo é também manejar vida no mundo medzeniako.

O sentido de obedecer às regras sociais é saber transitar no perigo e convivência e cuidado com seres não visíveis aos olhos de humanos, mas que esses seres são parte importante na formação de um corpo território antes de se movimento entre os espaços.

Pois esse cuidado não implica apenas no corpo físico, mas também no corpo espiritual se, no caso aqui é sobre preparação de corpo feminino durante a gestação. E uso adequado de conhecimento para sua sobrevivência e da sua família, está nesse

---

<sup>5</sup> Seres invisíveis que prejudicam a saúde da mulher

respeito a seu corpo e lugares sagrados no seu território. A ausência disso, implica na consequência e destruição de saberes. Portanto falar de cuidado desse corpo também uma forma de dizer que esses saberes sofreram violações.

Esses processos envolvem saberes coletivos, cuidados coletivos, medicinas indígenas e suas práticas, na vida cotidiana, dando a vida a singularidade do que é ser mulheres medzeniako e ao mesmo cuidar do sagrado, no conhecer e vivenciar.

No rio negro existem diversas narrativas indígenas sobre seus conhecimentos, pois seu sagrado é também singular para cada povo e famílias, que a maioria das vezes não é mais seguida nos dias de hoje por conta de religiões, mas outros conhecimentos ainda sobrevivem e são importante para cuidado do corpo da mulher. Como por exemplo para povo Piratapuia como traz a nossa parenta Rosi.

*“ **Obharceyé** é considerado uma ação de proteção extremamente importante que acompanha os Waikhana desde a criação, o nascimento; também acompanha: o processo de formação de **nirrinonrriré** para adultos; alianças matrimoniais, deslocamento na mata, nos novos rios, igarapés e para outros lugares distantes de nossos contextos; abertura de novos sítios; construção de moradia e meios de transporte; confecção de utensílios domésticos; armadilha de captura de peixe e de caças; cerimônias de trocas de conhecimento nos **dabucuris**; solicitação de permissão antes de fazer as roças para ter uma boa plantação, e n t r  
(Nome, ano, pg)*

O processo de cuidado se origina desde os primórdios de cada povo, esses cuidados são conjuntos de saberes e rituais sagrados para viver e ter uma vida em harmonia em dois mundos de humanos e não humanos.

Por isso aqui falarei do mundo Medzeniako que toda mulher, assim como também as mulheres de outros povos, recebem ou passam por rituais de regras sociais

de cuidados com seus corpos, dentro do seio família, hierárquica e de clãs no meio indígena nos territórios.

O cuidado cotidiano do banho nos portos de comunidades/aldeias e portos de roças se dá o início desde a menina criança, experienciar isso não vivencia, é acompanhar as avós durante ou banho, durante a caminhos de roças e outras atividades coletiva realizada pelas famílias, o vivenciar no fazer é aprender como por exemplo, que toda menina criança “deve tomar banho ante das mais anciãs” e “dos homens idosos”, pois se tomar banho depois, a velhice dos mais velhos pode passar para você e envelhecer rápido demais, ter cabelos brancos e rugas antes da idade adulta..

Mas também se vivencia os processos de vários rituais de banho, necessário e importante. Podemos dizer que é o momento magico de contato com a água durante o banho; não é somente sobre ficar limpa antes de todos, mas se reservar para cuidar do seu corpo. Se trata de uma preparação para uma vida adulta de uma mulher, esse corpo será acessado por homem quando se casar e acontece no tempo certo de formação de uma família, por isso o corpo é preparado antes do seu par, o primeiro contato sexual com o marido. O banho representa saúde, pois o frio da água não deixa a pele ficar velha.

Processos esses que perpassa no caminho para o banho se escutam cantos de pássaros, é momento de reflexão e contato espiritual para o seu cuidado com o corpo e na volta é que elas cuidam das suas famílias e preparam suas comidas. A saúde, e ter saúde, é o equilíbrio sobre seguir regras sociais de sobrevivência, e para uma vida saudável para gerar uma vida.

E quando não toma banho, antes de comer, traz outros fatores e consequências graves para vida dessa mulher, os banhos são parte de cuidados para ela não sofrer e assim, a pessoa não saberá o que é uma dor de barriga, não sofrerá na mão das sogras e saberá repassar esses saberes e conhecimentos aos seus filhos e filhas. No caso de desobediências sobre os banhos, ela começa a aparecer, que para mundo medzeniako surge nas crianças o durante a vida adulta, a “**wiokali**”, doença adquirida por desobediência às regras de vivência familiar, dores que podem levar a óbito, pois dependendo de como e aonde a doença começou, não tem cura.

Mas são vários tipos de “**w i o k**, ~~ant~~ é derivada por não tomar banho antes de comer, ou comer comida malcozida, ou comer sem lavar as mãos. “**wiokali**”, **pode** fazer com que a mulher seja estéril, doença difícil de curar e que deixa a mulher magra



e feia. Na concepção dos mais velhos e anciãs medzeniako, uma mulher magra e sem filhos não é uma mulher realizada, então o conhecimento ou desobediência dela morre com ela.

Os processos de banhos e a prevenção de saúde é focada no cuidado no corpo físico e espiritual acompanhada e dialogada sob vigilância da mãe e das avós paternas e maternas, das anciãs, desde os primeiros anos de vida de uma menina medzeniako, e passa por diversas estratégias de cuidado. A menina criança, inicialmente, tem a companhia apenas de sua mãe, avós e tias.

Em alguns momentos, a menina criança não deve presenciar rituais ou conversas de adultos, deve se ausentar e não partilhar de certas atividades, pois deve começar a lidar com as restrições alimentares e jejuns, desde cedo. Todo esse cuidado com o corpo se relaciona com uma preocupação com a vida social do seu clã. Essa menina irá se inserir na formação a partir do formato medzeniako.

Ela está em processo formativo, irá conhecer sua capacidade de guardar informações, codificações e formas de transmissão. Fazendo assim acontecer, nesse preparo, o corpo feminino medzeniako, ao mesmo tempo que se cuida, também preveni sua saúde de outras doenças, tudo isso é articulado, no sentido de ser uma medzeniako, de ouvir, aprender e obedecer às regras sociais do seu clã. Isso tudo se dá muito antes de estar em espaços, divididos coletivamente, com outras pessoas.

Por que cuidar do corpo feminino medzeniako?

O cuidado se dá na construção coletiva do corpo indígena mulher Medzeniako perpassa inúmeras formações como já vimos nos parágrafos anteriores, dentre eles, trago nessa discussão “ *Hi e p<sup>6</sup>a Parã uma medzēniako*, esse é o que mantém a “obediência”, no sentido de “ouvir” conselhos e segui-los, o que criar uma estrutura familiar capaz de gerar vida, posteriormente, e expandir o ciclo de criação de novas famílias, dentro dos territórios Medzeniako. Papel importante na vida de uma mulher a prática-saber *Hiepakhetti*, se faz e é escolhida, por famílias que vão querer esse corpo medzeniako, como nora e mãe de seus netos. Buscando uma tradução para esse mundo da escrita, essa mulher seria com alto padrão de exigência para casamentos. As escolhas

---

<sup>6</sup> ù ^ ! | ã æÁ [ Á { æã • Á ] ! 5 ç ã { [ Á à æÁ ] æ | æç ! æ+ Á [ à ^ à ã - } & ã æ+ Á } æÁ c ! a  
viver, se traduziu como acatar conselhos e faz errar menos e ter fé faz concretizar.

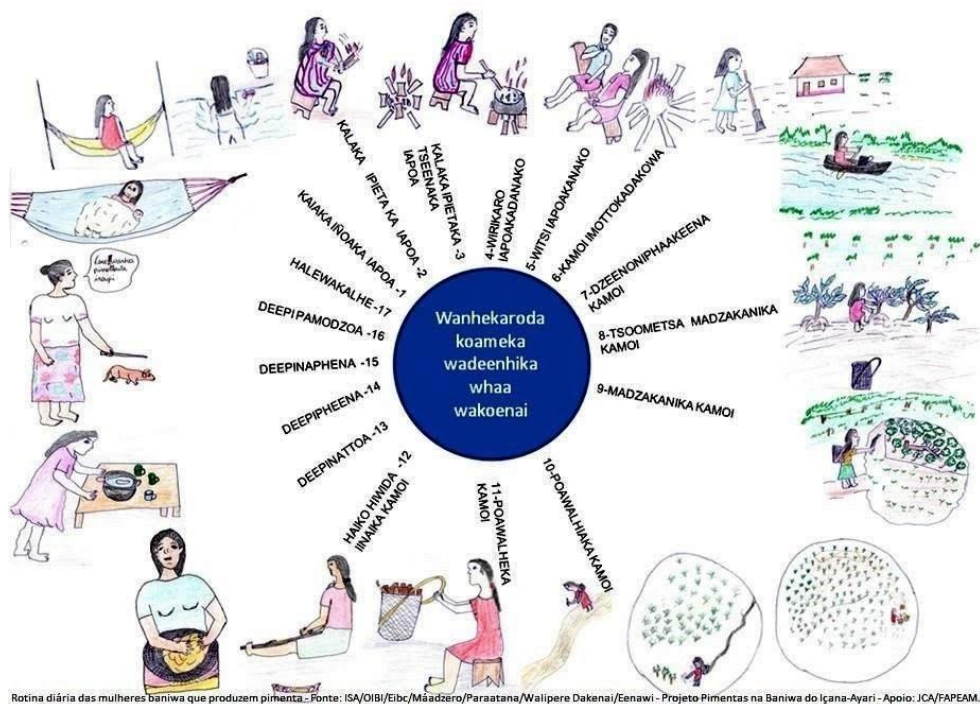
partem no sentido da formação recebida por sua família e informação guardada, que pode variar de clã para clã no povo medzeniako.

*Hiepakhetti* é para além de o saber o significado do contato com a natureza, é singular e faz parte do processo de educação indígena ancestral de cada família para lidar com os cuidados que percorrem o contato com a chuva, os rios e o trovão no caminho da roça no dia a dia, que escolas comuns não ensinam na vida de uma menina criança.

Desde muito cedo nós, *a s “ m e d z a p r e n d e m o s q u e n ã o p o d e m o s e n t r a r* no rio sem a presença de uma mulher adulta, pois se deve respeitar os donos do espaço, onde esse corpo território se encontra. E para não provocar o dono da chuva, que são vários, depende muito do calendário de chuvas. Essas provocações estão em atos que desrespeitam os ensinamentos como comer algo da roça sem antes tomar banho.

Os sinais dessas interações com esses elementos da floresta estão, por exemplo, se chover com trovejada no caminho, isso significa que alguém não tomou banho. Essas coisas podem ser catastróficas, já que tivemos casos de mortes nas florestas por não seguir as regras de banho por famílias.

Para tomar como referência nessa parte do trabalho e discussão, me desafiei a trazer, como referência as indígenas mulheres que já são mestres e que falam da temática, de educação, saúde e cuidados com as indígenas mulheres. Sobre esses cuidados a Rosi Waikon, nos mostra que nós enquanto crianças indígenas, *“ao nascer somos considerados indefesos e desconhecedores dos lugares, dos alimentos, dos sonhos e de tudo que existe na terra e essa interligação só é feita através dos bharceyés, que s ã o c o m p a r t i l h a d o s e n t r e p* *Emiseca - 2013). ô s e n e t o s*



## Conselhos

Memorizar regras de cuidados na oralidade, é um ato de cuidado com o corpo medzeniako da indígena mulher, pois a mesma tem memória ótima para receber essas informações e guardar, o que irá fazer dela boa uma pessoa apta a repassar essas informações. As memórias são organizadas a partir de muito jovem, de ser uma menina medzeniako. Isso repercute no que André Baniwa (ano?) discuti sobre o que vem a ser “bem viver Baniwa”. Esses conhecimentos são de muito tempo, desconhecemos a temporalidade, mas são nossas, consideradas por nós medzeniako como “ *midzaka*”<sup>7</sup> ou seja são essência do ser mulher medzeniako desde a origem que consideramos mundo como pessoas.

Acontece que tais cuidados no corpo medzeniako, antes mesmo de começar uma vida na escola formal de não indígena, as meninas crianças são preparadas a ouvir e obedecer. Nesse processo as mais comportadas, merecem conhecer vários tipos de remédios para se cuidar e conhecer lugares onde podem ser coletados. O cuidado com o corpo não é somente com as rezas e fechamento de corpos contra os maus espíritos das florestas, águas e chuvas, mas através de banhos de plantas silvestres, que somente algumas têm acesso.

<sup>7</sup> Nossa essência de ser medzeniako, nossos próprios conhecimentos

O ciclo de vida de uma pessoa é coletivo nos cuidados, desde a gestação, pois o mal-estar e sonhos ruins, passam pelos cuidados das mãos das parteiras e curandeiros, o cuidar nesse processo, não é só famílias, mas de toda a comunidade. Esse saber se mantém e se detém por famílias em clãs diferentes, mesmo sendo do mesmo povo, as vezes não sabem o manejo de certos remédios e rezas, as especificidades de conhecimento, é geracional, mas também circula entre apenas os clãs.

A construção do corpo indígena no rio Negro e de corpo indígena mulher, perpassam pelo sentido de cuidado com o corpo que integra a sucessão de gerações de muitos povos. Diante disso, a mulher, por sua vez, é a mais cobrada, nas regras sociais de sobrevivência, na continuação de uma família, isso tudo depende dela. A infância está entre aprender a raspar mandioca, tirar lenha, carregar água, ir para a roça e comer junto com a sua mãe, quando for entre a família, as crianças tendem a ficar longe dos mais velhos, precisam ser respeitados entre os espaços.

*“ A p r e s e n ç a d a s c r i a n ç a s n a a g r i m a t u r a ç ã o a t é s u a p a s s a g e m p a r a a v i d a a d u l t a , q u a n d o v ã o c u i d a r d e s u a p r ó p r i a r o ç a . O s d o m í n i o s d e c o n h e c i m e n t o s s o b r e a s p l a n t a s n a r o ç a s ã o d a s m u l h e r e s , m a s h á a q u e l a s q u e s ã o p l a n t a d a s e c u i d a d a s s o m e n t e p e l o s h o m e n s . (Pereira, Rosilene Fonseca - 2013).*

A ciência indígena das mulheres, percorre, desde modo de se cuidar e ato de memorizar, além de receber o conhecimento, para cuidar do corpo e saber manejar remédios, o corpo feminino recebe orientações sobre o preparo de culinárias familiar e de clã. Por isso com mais ou menos 10 a 12 anos, as indígenas medzeniako (meninas Baniwa), no processo de olhar e aprender na prática, sabem tratar peixe, caça e preparar chibé, e diversidade de vinhos silvestres, açai, patuá e bacaba, entre outras, e ao mesmo tempo que aprendem sobre o processo de misturas de massa para fazer beiju e farinha, coisas básicas e prioritárias na formação.

Portanto, esse modo de viver no saber e cuidar de si é construído a partir de *“I m a t s i a t a (dokuichese),<sup>8</sup> t. Considerando que esse corpo vai transitar por diversos lugares e intraterritório como roça, outras comunidades de outros clãs, rios,*

---

<sup>8</sup> Cuidar-se

matos pelo qual o corpo nunca passou, o corpo bem cuidado permite o movimento e manuseio entre a sabedoria e memória sobre os modos de viver.

A educação medzeniako tem muito significado nesse momento, pois as mulheres, além de receber todas as informações da etiqueta de preparação para ser uma boa esposa e mãe, devem seguir as regras sociais que passarão por provas. As mulheres recebem a formação dentro de casas e aprendem a fazer diferentes objetos que vão desde utensílios domésticos.

O compartilhar entre as gerações mulheres, entre primas irmãs, cunhadas e avós era mais frequente antigamente, segundo as minhas interlocutoras. Cada casa devia ter pelo menos dois ou mais panelas para fazer bebida fermentada, originária de frutas ou de mandioca, que devia ser oferecida aos homens.

O cuidado com o corpo da mulher também dialoga com essa produção de conhecimento e ciência singular. Para os que não seguem as regras, suas produções quebram na hora de queimar, ou a pintura se espalha, ou o tom da cor não fica bem definida e outras consequências que passaremos saber a seguir.

### **Desobediências e consequências**

Esse saber que molda o corpo feminino medzeniako, perpassa também, nas dietas alimentares específicas e na forma como que elas comem e se protegem, esses saberes são singulares, pois mantêm um contato com a natureza. Esse saber e o ser indígena mulher medzeniako fazem parte da educação ancestral de cada família.

Sem esses saberes as consequências na saúde física e saúde espiritual enfrentam perdas e dor.

É um momento de **dor** e de perda de conhecimento ancestral. A dor de não seguir as regras traz várias consequências para a saúde da mulher e da sua família. Além da dor da ausência, desse conhecimento a ser transmitido, disse uma das minhas avós que nesse processo de narrativa de cuidado é muito triste ver uma mulher nova sofrer.

Como o corpo nunca estará preparado a lidar com elementos externos, a facilidade do adoecer resulta de que internamente o corpo não foi bem preparado e cuidado de forma adequada para continuar com as histórias de um povo. Um dos mais dolorosos é o caso de não seguir as regras e habitus que afetam diretamente as crianças no parto, pois

*“ o b o m p a r t o e s t á l i g a d o à e x e  
deveres ancestrais, tanto da mulher como do homem, por  
isso ambos devem seguir os conselhos dos velhos. As  
práticas referem-se, por exemplo, a acordar cedo, tomar  
banho antes do início das atividades domésticas, obedecer  
aos mais velhos, fazer atividades ligeiras, não ingerir  
comidas proibidas em um determinado tempo. É proibido  
às mulheres ficarem sentadas na porta de casa. Esses  
deveres são recomendados desde o primeiro ciclo. A  
ruptura dos conselhos ocasiona problemas no parto, pois o  
bebê, ao saber que sua mãe ou seu pai não cumpriram as  
regras, não poupa sua mãe na hora da passagem a este  
mundo. Num tom de chamada de atenção e sorriso irônico,  
o b e b ê d i z : “ V o c ê ( m a m ã e ) n ã o  
agora eu vou sai bem devagar; você não obedecia a seus  
p a i s , a g o r a e u v o u f (Hereira, r m a i s  
2013).*

Isso me trouxe outra memória que a conversa que tive com meu tio e minha avó. *Meu tio Chico e minha avó Melania (in memorian)* me deram apoio na graduação e continuaram afirmando que se corpo medzeniako, não tiver acesso ou tiver a ausência de conhecer e seguir as regras de clãs, os corpos das indígenas mulheres sofrerão séria consequências de dor. Isso significava que a falta de conhecimento sobre esses sabres pode vir a prejudicar a saúde da mulher e da sua família, além da dor da ausência desse conhecimento a ser transmitido, disse uma da minha avó. É também nesse processo que outras narrativas de cuidado acontecem no corpo de uma medzeniako mais idosa, a dor de ver uma mulher nova sofrer, no caso as netas ou bisnetas. Segundo a minha avó, esse corpo nunca estará preparado a lidar com as coisas externa, e, internamente, o corpo não foi bem preparado e cuidado de forma a continuar com as histórias de um povo.

Estas são apenas umas das poucas regras e habitus aqui apresentados para mostrar um pouco do cuidado com o corpo da mulher até a vida adulta. No próximo capítulo vou relatar sobre o território e a alimentação, que também é uma das coisas mais importantes na vida de uma mulher e sua família. Trata-se da melhor preparação ou de

receber a melhor educação pela mãe e outras que fazem parte desse processo de conhecimento típico da educação indígena, ainda pouco conhecida. Pois é como se o conhecimento das mulheres não tivesse importância ou não existisse nesse caso, se faz dentro do seio familiar de clã e da comunidade, da casa própria, dando espaço as relações de construções e partilhas, entre as gerações, que só é possível quando se tem um território protegido e que na visão indígenas mulheres são elas que detém esse saber e forma de cuidado e manejo indígena, possibilitando e dando as condições de acessar remédios silvestres e de quintais dessas mulheres, repassando a formação, no que diz respeito a forma de conhecer e saber os tipos de remédios nesse ciclo de vida das mães, das avós para as netas e assim sucessivamente.

Durante a gestação, por desobediência a mulher apresenta na pele que na língua medzeniako chamamos de *Dzanalhe* (Melasma) aparecem no rosto durante e depois da gravidez, é vergonhoso pra uma mulher. A sogra morre de dó, pois se ela tiver uma nora que tiver este mal. Uma mulher nova que tenha isto sempre recebe apelido de **abomi** (mulher velha ou idosa). Por ter uma doença destas, a comunidade inteira sabe que ela não se cuidou, e poderíamos dizer que não seguiu as regras, ou simplesmente a família não sabe de nenhum remédio.

A discussão da Rosi me ajudou a fazer uma reflexão de que cada povo tem duas próprias regras para construir o corpo de indígena mulher. Esses conhecimentos são as nossas ciências indígenas, sem escola física, “entre paredes”, mas sim transmitida na oralidade, a partir do conhecer, ver e escutar, muito baseada nas regras sociais e etiquetas das famílias, dentro de clãs que fazem parte do coletivo e parte de um processo de formação para ser um corpo território Medzeniako.

São muitas, mas aqui, lhes trouxe no contexto de gestar e partilhar de conhecimentos, dialogando com o território e cuidado com o corpo da mulher até a vida adulta, a perspectiva da mulher. É como se o conhecimento das mulheres, tem uma importância, singular na partilha coletiva e único de um povo para o povo.

Sobre esses cuidados a Rosi Waikon, nos mostra que nós enquanto crianças indígenas, “*ao nascer somos considerados indefesos e desconhecedores dos lugares, dos alimentos, dos sonhos e de tudo que existe na terra e essa interligação só é feita através dos bharceyés, que são compartilhados entre pais, avôs e netos*” . (P e r e i r a , F o n s e c a - 2013).

Me inspiro aqui no trabalho de Prum Krahô, ela tratou dos “resguardos” que no dizer dela é

*“ Ent e n d i d o a q u i c o m o p r á t i c a  
s e u c o r p o , a m a n e i r a c o r r e t a d e v i v e r , d e s e  
a l i m e n t a r , m a n t e r r e l a ç õ e s s e x u a i s , p l a n e j a r f i l h o s ,  
r e a l i z a r s u a s a t i v i d a d e s d i á r i a s q u e d e v e m s e g u i r  
r e g r a s p a r a q u e a p e s s o a s e f o r t a l e ç a , o u s e j a ,  
f o r t a l e ç a s e u c o r p o e n ã o f i q u e d o e n t e . S e a p e s s o a  
n ã o f a z o r e s g u a r d o , e l a n ã o s a b e r á m a i s q u e m e l a  
é , n ã o t e r á m e m ó r i a , p o i s p a r a g u a r d a r o s  
e n s i n a m e n t o s e o j e i t o c e r t o d e s e r K r a h ô , a p e s s o a  
t e m q u e v i v e r , o u v i r , p r a t i c a r , f a l a r , c o m p a r t i l h a r .  
E s s e c o n h e c i m e n t o n ã o e s t á n*

### **Corpo Saudável**

O processo de formação e significado de um corpo saudável medzeniako é aquele copo que é cuidado de forma coletiva, numa relação milenar de cuidado com corpo, que segundo a narrativa dos meus intelectoras, deve necessariamente passar por três processos de formação, a mãe receber toda orientação de forma assistida no vivenciar e experienciar cada processo de formação de um corpo, a) a menina criança convivendo com os avós e famílias, sendo orientada sobre as primeiras regras de vida; b) Que essa regras implicam na sua saúde, portanto é melhor todos os tipos de prevenção; c) esse corpo será de geração de outras vidas e continuação de clã, corpo saudável gera uma liderança homem forte e fortalecer participação política dentro do território.

O corpo território bem cuidado, gera conhecimentos milenares e está apta a defender sua família contra o mundo externo.

“ É daqui que nós estamos pensando sobre nós mesmos, é daqui que temos que pensar em nós (mulheres), nos possuímos origens diferentes, somos herdeiras de filosofias próprias aos nossos povos. Quando se fala das mulheres indígenas dentro do contexto indígena, necessariamente temos que entender a mulher dentro de uma



dinâmica que crie espaços políticos e ideológicos, de um espaço de fortalecimento das identidades e das diferenças, de um espaço de negociação de interesses e de prioridades para atingir metas estabelecidas por muitos povos. Hoje, temos que pensar a especificidade do nossos povos (etnias) e pensar todos os povos (todas as etnias)” ( Fran, 2019. P, 32)

### **Corpo violado**

Quando pensei na construção desse corpo medzeniako me veio à memória do primeiro evento que participei como acadêmica que tinha como tema “ Comendo como gente”, como aluna de ciências sociais, e onde estava a antropóloga Aparecida Vilaça. Tempos depois, procurei para ler sobre o que ela escrevia e encontro o seu artigo sobre canibalismo. que fala:

“O que é importante ressaltar aqui é que a concepção de corpo wari, assim como a de espírito, não se adequa facilmente à visão ocidental. O corpo, enquanto sede da perspectiva, não é somente um conjunto de órgãos e funções, mas contém afeto, memória, não facilmente traduzíveis no que concebemos como composição química e processos fisiológicos, mesmo que esses processos determinem as emoções e sejam determinados por elas, como constatou Conklin” (1995: 86)

Esses saberes e essa criação do corpo, hoje, são mais necessários do que nunca, porque embora o nosso corpo indígena medzeniako tenha sido estudado e colocado de no universo da escrita antropológica de não indígenas, estamos cada vez mais orgulhosas de nós, no sentido de colocar e falar da nossas diferenças, pois o corpo que se encontra escrevendo essas linhas, narrando sobre o corpo medzeniako é continuação e resistência à violência de contato. Esse saber e ser de quem sou nesse corpo, produzindo uma escrita não é uma narrativa individual, mas se refere a um corpo coletivo de medzeniako.

E ao mesmo tempo, se fomos pensar no sentido de corpo de direito, os corpos indígenas foram reconhecidos na legislação brasileira em 1988 na Constituição Federal, e posterior a essas conquistas, corpos indígenas, continuaram a enfrentar diversidade de violações de seus direitos, principalmente, no que se refere a corpos femininos indígenas

Essa parte me orienta a refletir de que o corpo medzeniako, de forma inesperada, perdeu a sua autonomia como indígena mulher, deu espaço para a masculinidade colonial, esse ser homem com prática de fora. Isso foi uma construção que chegou com pessoas de fora, a igreja colocou a saber masculino como central, isso foi realidade de muitos povos no Brasil. Nessa parte, me faz trazer uma das narrativas de uma das minhas avós, casada duas vezes, segundo ela: “Assim, sentimos as falas mudarem, por exemplo, os homens com quem casamos passaram a ter que permitir o que devemos usar, a determinar casamentos dentro dos territórios.”. Esses deixaram de ser contrato político territorial, o tecido da vida social vai se ruindo. Lembro-me da experiência contada pelas minhas avós explicando que a continuação de produção de conhecimento feminino se dava a partir do momento que se constrói uma nova família, no território onde está começando a vida a dois.

Seguindo essa lógica de que corpo medzeniako passou por transformações, desde o contato com os não indígenas, isso trouxe configurações internas dentro das famílias e comunidades. Ganham outro modelo de significado. A visibilidade de ciência indígena, especificamente das mulheres, deixou de existir e os conhecimentos da bíblia e igrejas passaram a ocupar o espaço. Esses saberes ou ciência das mulheres sofreram uma violação e violência irreparáveis e fez surgir outras histórias e novas acumulações, mulheres sem ter frequentado escola, sabem cantar e ler versículos bíblicos. O saber de uma medzeniako é articulada na medida do seu crescimento até se tornar uma mulher indígena, mas pós-igrejas, isso ganha outros modelos, ela deixa de conhecer seu corpo como parte importante para o bem viver do seu povo. Seu corpo passa a ser desvalorizado, colocado em uma relação de hierarquia de que somente homem é produtor de conhecimento, silenciando sua voz.

Durante anos luz das aulas obrigatória no mestrado, tive acesso a um texto de Leenhardt (1947) sobre “a noção do corpo” no que se refere aos melanésios, me ajudou entender, que somos povos diferentes dos ocidentais, e temos entendimento singular sobre o corpo, que mantém relações, que é a partir dessas interações que está em diversos espaços/tempos, que relaciona a história dos antepassados com sua história corporal no presente. Esse conhecimento específico é questionado em um processo de colonização. Nossa concepção e experiência corporal são violadas, assim, o acesso ao

território e relação corporal como esse sofreram ataques e isso repercute na saúde, no bem viver de todos os povos (Baniwa, 2018).

O processo de formação, relação de cuidado com corpo, passou por três processos de violação, no meu entendimento: a) a parte de formação indígena, com chegada de não indígenas, foi silenciada; b) a maioria que conseguiu falar com os não indígenas foram os homens, silenciando saberes das mulheres; c) transformações de saberes, dialogadas com crença diferentes de espiritualidade indígena. Vale ressaltar que questões colocadas aqui sobre a maneira como o corpo medzeniako viveu essa manipulação sobre o saber que passou por transformações, desde o contato com os não indígenas, se referem ao debate sobre a colonização dos corpos de indígenas mulheres. Tais conhecimentos mencionados acima foram marginalizados por igrejas, as práticas ficaram em silêncio, mas que ainda se pratica no contexto familiar, e não mais em coletivo, em algumas comunidades.

A formação e acesso a cuidado de corpo território que acontecia de forma coletiva não acontece mais.

O desafio, no mundo da escrita sendo uma indígena mulher é que, no universo indígena, falar de mulheres, nos coloca uma série de desafios analíticos e reflexão desde o contato interétnico, o qual deixou heranças, boas e ruins. E existe necessidade de considerar que as narrativas de cuidado também passaram por diversidades de transformações, principalmente, sobre esse corpo feminino, contada por não indígenas no sentido de que contaram tanto com a nossa agência de complementaridade, quanto com o silenciamento do nosso saber, de olhar externo.

Esse contato com os não indígenas, nos trouxe questões que, hoje, para as netas das mulheres que passaram por esse agenciamento do silêncio de não serem ouvidas, nos leva a refletir que buscar colocar em pauta a temática de gênero para tratar da violência requer produzir configurações de entendimento sobre as nossas vidas (nossos corpos) e práticas do viver bem (nossos saberes) e sobre nossas narrativas, nós por nós. Por isso tento sempre me colocar no campo sobre a narrativa da indígena mulher baniwa.

Esses saberes, no instante que a igreja não indígena passou adentrar em territórios medzeniako, ficaram silenciados com a herança da retórica de salvação de almas sobre os corpos das indígenas mulheres. Assim, foram produzidas transformações

nos cuidados, pois os rituais de formação do corpo e cuidado e uso de remédios e cosméticos nativos deram espaços para orações religiosas, batismos e práticas das religiões ocidentais. Cabe perguntar como passamos a manejar nossas vidas e nosso corpo.

*“ O s i s t e m a B a n i w a d e v i d a , a  
milenaes de vida e de conhecimentos tradicionais  
indígenas, desde a origem da humanidade, sempre foram  
s u s t e n t á v e i s a t é o s d i a s d e h o j*

Podemos dizer que o método medzeniako existe e tem suas próprias formas de fazer formação e meios de cuidados, no ser e fazer acontecer.

A construção do corpo indígena mulher Medzeniako perpassa por inúmeras formações singulares como já vimos nos parágrafos anteriores, dentre eles, trago nessa discussão “ *H i e p<sup>o</sup>ap<sup>o</sup>arhu<sup>o</sup>na medzéniako* é o que mantem a “o saber no modo obediência”, uma estrutura familiar intacta, para gerar vida saudável. Antes mesmo gestar outro ser, esse corpo conhece e recebe cuidados.

No “modo obediência” as mulheres têm diversidades de cuidados e privilégios, desde ter melhores cabelos, remédios para não menstruar muitos dias, sem cólica, acesso a cosméticos de cuidado com a pele, passada por mãe e tias, o cuidado coletivo de gerações. A medicina indígena vai além de pintura corporal como vemos nas literaturas, está no saber ouvir e aprender no fazer no dia a dia.

A ciência da escuta e memória, viva é viver a ancestralidade na sua totalidade.

---

<sup>9</sup> Û ^ ! ã æÁ [ Á { æã • Á ] ! 5 ç ã { [ Á à æÁ ] æ | æç ! æ+ Á [ à ^ à ã - } & ã æ+ Á } æÁ c ! a  
viver, se traduziu como acatar conselhos e faz errar menos e ter fé faz concretizar.

## **Capitulo – II**

## Capítulo – II

### 2.1 Corpo território mulher Baniwa

A nossa formação indígena se dá nos espaços coletivo e individual conforme os clãs. O corpo indígena mulher se forma no processo das diversidades de conselhos na oralidade, no preparo de ouvir e saber ouvir outras, assim como mencionada no capítulo anterior, existem implicações, caso a menina indígena, nesse caso aqui uma menina Baniwa, não segue as regras sociais de povo e de seu clã.

*“Esse corpo indígena é um corpo que está território, para a luta por uma saúde e uma educação específica. A luta por uma medicina tradicional. Estamos numa luta contra o patriarcado e contra a mazela. Esse corpo é um corpo” Eliza Pankaratu (2019).. ”*

No mundo das indígenas mulheres Medzeniako, o gênero é diferente da construção social de gênero, das não indígenas, que é pela biologia, o que trago nessa discussão é a partir da compreensão e reflexão, na interface de seguir regras culturais, na formação desse corpo.

E promovendo debate sobre a valorização de saberes e ciências indígenas na sua diversidade, no saber e construção de ser “*Inaro Ma d z e n i s s a*” ~~ante de~~ *va* a pensar como as nossas histórias foram silenciadas, armadilhas da colonização que tentaram acabar com os nossos saberes e práticas, escrita no mundo da “tradicionalidade”.

Portanto, o caminho sobre ser indígena mulher Baniwa, é muito antes da minha existência como ser humana, e ser neta da minha avó e filha da minha mãe as **Mulheres na mitologia Baniwa,**

Hekoapi Ilirio Ilimalhi, “o universo onde estamos tem seu dono”. Nós estamos aqui para cuidar e usufruir o que ele tem de melhor para nos oferecer. O lugar onde estamos, nos foi dado por um ser que está acima de nós. No começo não existiam famílias consolidadas, havia homens e mulheres na terra que são consideradas pessoas que nas nossas origens como humanos.

No mundo dos medzeniakos existiam apenas o Ñapirikoli, nosso avô, conhecedor de saberes milenares (rezas, cantos e construções/produções de roças) e que deixou esses saberes para nós, e AMARO, a nossa avó mítica, guerreira que gerou o primeiro filho, o qual depois de nascer, foi perseguido pelos homens pois não queriam que o segredo de incesto fosse conhecido pelos outros povos.

As mulheres eram sábias e ótimas dançarinas, produtoras de uma das melhores bebidas. As medzeniako sempre se destacaram pelas suas expertises de boas produtoras de conhecimentos e por muito tempo elas comandavam a nossa sociedade como um todo, acessavam todo o saber indígena masculino, curar, proteção e cuidar, e todos os conhecimentos que se pode imaginar porque elas eram donas do conhecimento no mundo onde não existia, diferença de acesso ao saber por gênero.

Esse legado das mulheres, ficou por pouco tempo. AMARO (é nome indígena da primeira mulher no mundo medzeniako) e suas duas irmãs mais novas não souberam cuidar direito desse saber, que até hoje podia ser de vocês, elas sofreram perseguições políticas e sociais por ter em mãos esses saberes”.

Essas mulheres já existiam com esse conhecimento milenar, mantinha uma relação amistosa com donos de outros conhecimentos, que eram homens, mas isso gerava ira de outros homens de outros clãs. E a ira fez esses saberes desaparecer por conta de uma relação entre AMARO e Ñapirikoli lhes fez perder o acesso a esses tipos de saber. Dessa relação nasceu o filho, que aos olhos da sociedade daquele clã e povo daquela época era como a morte, uma doença incurável, pois eles não podiam ter tido esse tipo de relação incestuosa. Existem várias versões dessa história, não sabemos como outros parentes descreveram para os não indígenas, disse meu sábio in memoria , anota aí e fazer seu papel falar no mundo a minha voz.

Em tempo dessas irmãs de conhecimento milenar e singular, eram épocas de muita fartura, de peixes, de caça, de frutas e muitas festas. Não existia território dividido por clãs, eram apenas aquelas que habitavam, homens e mulheres de diferentes idades: de um lado irmãos e de outro as irmãs. As frutas dessa época do mundo eram tidas como uma relação humana, pois havia conversas entre eles, havia consentimento de uso de coisas ou objetos para fins de uso familiar. As coisas eram ensinadas de forma, nada era proibido na convivência entre homens e mulheres, nada era vergonhoso. Apenas desfrutavam das coisas do seu território, da forma a viver na plenitude de serem apenas seres daquele lugar. Não havia ciúmes sobre os conhecimentos porque não existia quem sabia mais ou quem sabia menos. Apenas sabiam de todo o que era dado a eles, fosse homem ou mulher.

O desastre veio com a falta de consideração e respeito ao próximo, mas essa tentação veio em forma de animal cobra, cobra que quando acessa a terra firme se tornava homem e que começou a cortejar a irmã mais velha, que é nossa avó, AMARO. Desse cortejo nasceu o filho, e esse filho foi queimado num lugar muito sagrado e de respeito para nosso povo: “HIPANA”. Na atualidade há uma comunidade no território de Hohodeni que fica localizada no rio Ayari, afluente do rio Içana”.

O processo mítico estabelece uma conexão de ser e no fazer entre as mulheres e o desenvolvimento de uma consciência histórica da alteridade social, “ah vocês mulheres, acham que podem esconder alguma coisa, mas nos homens somos mais espertos. Temos um pouco de animal em nós, porque um dia já fomos animais, é por isso que cada clã tem seu avô animal”. Muito tempo atrás os homens faziam o que as mulheres fazem hoje, como se fossem papéis trocados: as mulheres eram como homens



nos dias de hoje, mantinham as melhores rezas, as melhores danças e cheiravam paricá. Elas eram muito fortes, fortes mesmo, independentes. Não havia homem que as rebaixassem, era tempo de igualdade, mas essa igualdade se tornou um perigo, e ao mesmo tempo incomodou muito o nosso avô Ñapirikoli. As mulheres era donas das flautas; elas as tocavam e eram elas as que produziam as melhores +músicas com flautas para cada estação do ano, por isso tinham muita saúde e disposição; nesse tempo não havia doenças.

A perda veio com a sedução e a proibição. As mulheres foram enganadas na festa do povo, não se via maldade então passaram dias se preparando para esse evento de partilha de saber e comemoração de plantação, e como qualquer atividade dessa natureza, se propõe a cuidar do corpo, antes de ir para casas de festas e levar sua bebida e comida para compartilhar com os demais parentes, todas as irmãs da AMARO, precisavam se proteger de qualquer maldade. Mas uma delas se descuidou da reza de proteção do saber foi esquecida e saiu para um dabucuri com corpo aberto e acessível para maldade, e quando começaram a dançar no centro da casa, deixaram as flautas de lado, num banco.

Passadas décadas de contato, corpos vivenciam e vivenciaram, diversas narrativas de construção de seus corpos, nesse caso as mulheres são as protagonistas, como guardiãs vivas de muitos conhecimentos indígenas, mesmo enfrentando, a diversidade de violência e genocídios com suas ciências, dentro e fora de seus territórios.

No mundo Medzeniako, segundo a pesquisadora indígena e mulher Medzeniako, Francy (2019), em outras narrativas, nós Baniwa afirmamos que além do mundo vistos por pessoas comuns, ainda existem outros mundos, os quais não conseguimos enxergar. Os “Mestres sábios”, ela chama de “pajés” tem acesso através do seu poder de ver esses outros mundos, através do seu paricá e através dos sonhos, que os faz viajar nesses outros mundos. Cada uma das camadas debaixo da terra é habitada por “seres” com as características distintas, esses curavam doenças e previam futuros, essas são práticas dos homens.

O corpo da indígena mulher Medzeniako, se protagoniza desde os primórdios do mundo Medzeniako, pela a nossa avó AMARO, somos a continuação do corpo território

dela, ela foi parte importante na mitologia Baniwa, sendo única mulher entre 4 homens, chamados “Hekoapinai”.

Foi a partir desse acontecimento começaram a diferença de gênero, pois elas mantinham tais conhecimentos que fez os homens pensasse tirar delas, para o bem da sociedade daquela época. O esquecimento foi resultado de trapanças da reza dos homens para que elas deixassem ou esquecessem a reza de proteção foi forte nelas. A perda foi por um momento de distração de danças comunitária e coletiva. Quando uma das três irmãs se deu conta de que elas iam perder as flautas, correram para ver e já era muito tarde, pois os homens já haviam sumido com as flautas, no mundo afora e estavam sendo tocadas. As mulheres caíram no chão e apenas ouviam o barulho. Posteriormente foram proibidas ter acesso a elas.

A diferença de gênero, começa a aparecer com as proibições do uso das flautas que antes eram de uso das mulheres, passaram a ser proibidas para elas, se nos sonhos elas ousassem tocar, era perda de uma vida. A divisão de tarefas por gênero começou desde essa época e as mulheres passaram a exercer outro papel, o papel que conhecemos nos dias atuais. Junto com essa proibição vieram as doenças, as dores, veio muito sofrimento que hoje passamos a conhecer e valorizar. A exclusividade do conhecimento e o acesso ao conhecimento deixou de ser igual, passou a ser repassada por gênero, mulheres passaram a menstruar, mulheres passaram a gerar filhos no ventre e a sentir dores de parto.

A dor nasceu aí, mas as mulheres não perderam todo. Algumas mulheres passaram a ter outros dons, a criar e produzir memórias diferentes das dos homens e memorizar coisas direcionadas a seu corpo e cuidado. A formação delas passou a ser a tratada como de reprodutoras de seres humanos e mantedoras de conhecimento milenares em culinária e produção artes.

Desde então as flautas passaram a ser de uso exclusivo dos homens para sua formação no ritual de “*KALIDZAMAI*”, passando a ser proibidas para as mulheres; se uma mulher sonhasse que via a flauta era sinônimo de morte. A retirada de frutas silvestres também passou a ser difícil para as mulheres, ficando para os homens a responsabilidade de tirá-las para elas. As mulheres que tentaram acessar as flautas, morreram envenenadas. O veneno de morte veio junto com essa proibição. Existem pessoas que ainda possuem esse veneno até os dias atuais. Mas tem cura, junto a dor

de se ter doenças e mortes, as plantas de cura também apareceram, e, sejam eles silvestres ou dos quintais de cassas, as mulheres sabem as bebidas certas de cura, ”.

A formação e educação das mulheres após a perda dos poderes sobre as rezas e suas. “as meninas passaram a dedicar a vida aos saberes voltados aos utensílios doméstico e à perfeição da produção de alimentos, o qual leva em torno de 10 anos de formação e educação, diretamente com as mães e avós e no cuidado coletivo e repasse comunitária geracional.

As medzeniako, já tiveram seus momentos como mulheres Malirinai (pajés/sabias) e eram chamadas de *kattimininai*, usavam roupa de homens, mas houve uma guerra entre homens e mulheres como já mencionei anteriormente. Dessa guerra nos dividimos em gêneros e saímos para estar neste mundo que conhecemos. O início de todo, gira em torno do nosso avô Ñapirikoli: rituais, danças, benzimentos e comidas. Na época dele, o mundo falava. Onde nasce o sol e onde se põe é de onde vem os saberes, isso era natural, sem nenhuma escola para ter essa formação, apenas estar ali, ouvir, participar e observar. Os melhores ouvintes eram os melhores alunos e profissionais.

A composição física e forma de “corpo-território” das mulheres de hoje se estabeleceu depois da proibição das flautas sagradas, por isso é que o formato do olho de vocês mulheres é virado para o centro, a direção oposta, para não enxergar o conhecimento. Não é todo mundo que sabe dessa história, somente aqueles que nasceram para acessar esses saberes”.

As mulheres e dos ritos de iniciação de vocês. Falaremos agora de *kalidzamai* (festa de passagem de menina para mulher, primeira menstruação) e sua preparação, da mulher mais sabia para uma menina que está se tornando uma mulher para aquela família e que ficará pronta para o casamento, e como ela cuida do corpo durante e depois dessa passagem, mas que envolve homens, benzimentos e soberania alimentar para o cuidado da saúde da mulher.

Nessa construção procura-se apresentar, como corpo medzeniako se construir e sobre os cuidados de corpo, portanto a purificação do espírito e cuidado de corpo no controle e baseado nas restrições alimentares que envolve diretamente a relação de reciprocidade com o território, que passo descrever para conhecemos no parágrafo a seguir na narração do meu tio “in memória” entrevista realizada para esse trabalho.

*Itakiri* é o nome dado à menina que está reclusa em formação. A reclusão/formação deve ser conforme a solicitação dos pais, e isso varia entre 15 a 30 dias, sobre as restrições alimentares, nesse período de formação ela não pode comer: peixe, animais de caça, frutas, além de não comer coletivamente com suas famílias, a convivência é restrita para cuidado da mãe, avós e tias. Isso foi antes da religião chegar era assim, agora acredito que não passa de 10 dias, momento de risos.

A construção de formação para menina medzeniako tem nome próprio que é *Ttolema* é o nome do lugar onde ela fica durante o resguardo nos dias que ela está sangrando. Todo dia ela recebe conselho e é testada no equilíbrio e comportamento a toda hora, em especial a paciência e a vontade de aprender, e a facilidade de memorizar, regras da vida social do seu clã e família, o que ela recebe nesse momento passará para suas filhas e filhos. Imagina, receber uma folha de remédio silvestre e ter que acertar no caminho da floresta, pois elas são capazes de memorizar esse detalhe por folhas. São esses saberes que não temos mais (ele diz meio triste na sua fala).

O evento formação chamamos de *Kalidzamai* é entrada e saída de homens e mulheres na passagem da infância para a adolescência. No dia de sua saída, a mulher fica no KOYAMA (tapete produzida por folhas novas de coquinho nativa do nosso território), que é feito de folhas novas para ela se sentar. Nesse momento, ela é uma mulher bonita, no nosso povo não existe mulher feia. A saída dela é momento de celebração para as famílias/comunidade, a confecção de roupas, pinturas faciais, segue na apresentação apenas trajando apenas uma parte da roupa, e isso é o início da preparação para sair. Esse sair é quando ela deixa de usar o espaço de formação *ttolema*, o lugar reservado somente para ela durante a reclusão”.

O processo de saída da menina moça medzeniako, leva muito adornos de apresentação e também carregada para ser centro de atenções, a moça fica no centro de WALAYA, um adorno grande de cestaria indígena, onde ela recebe a marca no seu corpo. Ela é batida com um cipó chamado *kapetti*. Esse *kapetti* não pode ser qualquer um, tem que ser *tiidzepi*. Ela recebe chibatadas das pessoas que foram contatadas pela mãe; o primeiro de quem ela recebe as chibatadas, também deve puxar seu MOLITO dela (estalos de espinhão/coluna), que nesse momento deve fazer barulho.

Somente depois disso é que os homens são convidados a tocar japurutu, uma dança típica nossa puxada somente por dois homens e a mulher entre no meio para

acompanhar as danças. Nesse momento é que toda família e a comunidade acessam, e olham o tipo de pintura e adornos que foram usados na menina que está em formação. A nossa espiritualidade era única, não necessitávamos de um Deus, pois o nosso estava em todas as coisas as que se davam e tinham valor. É muita história, mas vamos parar”.

O cuidado com o corpo da mulher, ganhou um outro aliado, o Deus protetor de todo. O Deus dela veio para complementar aquilo que já era nosso; ao invés de realizar benzimentos como de costume, as orações os substituíram, mas não como um todo. Os benzimentos sempre existiram, e as orações eram para se comunicar com o Deus. Como os benzimentos são para se comunicar com a espiritualidade de cada clã, naquele momento de proteção e preparação da moça para vida, os conselhos continuaram e continuam vivos até hoje, sendo praticados apenas por algumas famílias. Outros acham que isso não tem mais importância, mas, olha aí, agora vimos muitas pessoas com filhos deficientes, com problemas de saúde. Isso é falta de conselho na formação dessas pessoas, pois a criança não tem culpa; culpado são os avós que não prestaram atenção”.

As medzeniako tem um conjunto de saberes milenares coletivos, o conselho, cuidar de corpo, cuidar de território, cuidar de família e filhos, mas não se pode falar de cuidado com o corpo da mulher e falar de território sem falar de soberania alimentar indígena. Esta é uma das coisas mais importantes para a sobrevivência das novas gerações de cada povo e clã.

Nesta parte, falaremos especificamente da pimenta baniwa, que é um dos trabalhos e comidas típicas das mulheres baniwa, e que tem chegado às mesas de não indígenas e que, inclusive, podem ter salvado a vida deles sem eles saber. Para nós, o povo baniwa, a pimenta não é somente nosso tempero da comida, mas nossa proteção do dia a dia, seja na cidade ou na floresta.

A sua origem e uso tradicional, segundo os conhecimentos milenares do nosso povo e da nossa mitologia, vem do nosso avô ancestral, Ñapirikoli. Ele deu origem a todas as coisas acessíveis, comestíveis e não comestíveis para nós. Ele conquistou coisas boas para nós os *Medzeniakonai* ou *Walimanai* “aqueles que vão nascer”. A pimenta ou *atti* é nossa, é do nosso uso, hoje reconhecemos essa conquista de acessar a comida como patrimônio cultural do nosso povo, pois a sua importância não diminuiu, pelo contrário aumentou e nunca morrerá.

Ñapirikoli carregava no *Liwapere* ou *Likaderoa* como um escudo-espada na guerra, a *atti*, também conhecida como *liwaapere ikoakawhia*, como se fosse adorno-poder. Este *liwaapere* ficava junto do seu peito e braço. A *atti* estava para ser usada em qualquer momento de necessidade para sua proteção e para vencer seus inimigos. Um dia, o nosso avô casou-se com uma mulher do clã *Omaittadoa* (mulher piranha). Ela pertencia ao grupo inimigo do Ñapirikoli. Ñapirikoli sabia que aquilo podia ser apenas uma estratégia de se aproximar dele e buscar a sua morte. Nas suas cerimônias buscava antecipar a visão do que poderia acontecer consigo, a fim de se proteger e fugir dos seus inimigos. Outro dia foi convidado para comer na casa de seu sogro. Ñapirikoli sabendo que aquilo era para criar uma oportunidade de matá-lo, preparou-se para o banho junto com seus convidados. Transformou-se em *Ttiiripi* (andorinha) e *kawawiri* (passarão tesoura) que desciam e passavam raspando em cima da água. Assim tomou banho sem problema, porque se mergulhasse na água seria devorado pelos peixes-piranha. Na hora de se alimentar, seu sogro lhe ofereceu como comida um prato cheio de peixe de esporão cru.

Um dos convidados apressou-se em comer antes que a *attí* fosse colocada e se engasgou. E Ñapirikoli teve que cuidar dele para salvá-lo. Nesse momento, Ñapirikoli tirou a *attí* do *liwaapere* e colocou-a na comida-peixe crú, que rapidamente ficou cozido e todos puderam comer sem problema. Os inimigos não conseguiram matá-lo. Outro homem em que Ñapirikoli usou *attí* foi quando foi engolido pela cobra inimiga. Com *liwaapere* se protegeu no estômago. Com *attí*, matou a cobra, com *liwaapere* lhe abriu a barriga para sair e se salvar. Esse evento mítico, segundo os saberes indígenas, é lembrado durante o bezimento e oração para se proteger ou matar a doença, dor de barriga causada pelo pitiú do peixe, e que é comum nas crianças, inclusive nos adultos. Para o povo baniwa, no dia a dia, a *attí* é um remédio que protege (previne), cura (mata doença) e recupera (fortalece o físico depois de matar a doença). Esta é a função social da *attí*, um produto de suma importância para a cultura alimentar do povo baniwa. É um alimento que faz parte da nossa soberania alimentar e para manter a nossa saúde.

A utilização de plantas medicinais também é indicada para a mulher que está com restrições alimentares. Poucas mulheres conhecem esse processo de recuperação, e ao perguntar às velhas sobre o que aconteceria quando uma doente não estiver na

comunidade, elas indicam que é importante consumir pimenta e falar com um sábio para realizar benzimento, uma vez que o tratamento pode ser através de rezas.

Segundo a Creuza no seu texto, ela discutiu esse assunto com:

*“ A p r i m e i r a c a b a ç a e r a m u l h e r e d e S o l , e l a v i v e u e t e m a s a b e d o r i a d o p r i m e i r o r e s g u a r d o , o d a m e n s t r u a ç ã o , d o s a n g u e q u e f l u i . E l a r e p a s s o u e s t e c o n h e c i m e n t o p a r a a s m u l h e r e s m e h i . M e n s t r u a ç ã o e g e s t a ç ã o c a m i n h a m j u n t a s , o s a n g u e f l u i n e s s a s d u a s s i t u a ç õ e s e e s t e d e v e s e r c u i d a d o . A p ó s o e v e n t o d a m e n s t r u a ç ã o v i v i d o p e l a m u l h e r d e S o l , a s m u l h e r e s p a s s a r a m a t e r f i l h o s . N a g e s t a ç ã o , a m u l h e r v i v e u m a s é r i e d e r e s g u a r d o s . Q u a n d o e s t á m e n s t r u a d a , a j o v e m d e v e f i c a r s e n t a d a n a p a l h a , t o m a r b a n h o d e c u i a e c a b a ç a e s e a l i m e n t a r s o m e n t e d e m i l h o , m a c a u b á e b e b e r á g u a . A p r i m e i r a m e n s t r u a ç ã o d e v e t e r c u i d a d o s e s p e c i a i s , a m e n i n a n ã o p o d e t o m a r b a n h o f o r a d a c a s a . N a s m e n s t r u a ç õ e s s e g u i n t e s , e l a c o n t i n u a t o m a n d o b a n h o d e c u i a , m a s p o d e r e a l i z á - l o e m o u t r o s l o c a i s . C a s o e s s e s r e s g u a r d o s s e j a m q u e b r a d o s , a m e n i n a a d o e c e . ( C r e u z a 2 0 1 8 )*

Segundo as mulheres mais experientes, a saúde e bem-estar passam pela forma como nos alimentamos, como cuidamos do nosso corpo, e pela forma como cultivamos os conhecimentos e saberes indígenas recebidos na nossa formação. Esses saberes geram gentilezas e alegrias, e devem ser transmitidas dentro das comunidades ou aonde se estiver. De acordo com elas, as mulheres são as que mais necessitamos de controle, pois somos as viabilizamos a continuação do povo. A acumulação de regras sociais de ordem deve ser seguida, do contrário há consequências e a exposição pública de que determinada mulher é desobediente. Isso é o fim de uma família. Por isso se deve buscar a purificação e o cuidado com o corpo, se alimentando bem e respeitando a espiritualidade de seu consumo, contendo a impulsividade, controlando seu pensamento, sem deixar que os sonhos estraguem sua vida e seu cuidado.

*Quando a mulher fica menstruada primeira vez, se não tiver benzimento e não seguir o resguardo, às vezes não acontece nada na hora, mas tarde vem complicação, fica doente, emagrece, chamamos de **kariamã**, porque para nossos avôs antigos é se isolar durante quase uma semana sem comer nada, só água e **caribé**, enquanto não for benzer não pode comer nada e nem sair para fora. Depois que a mulher tem marido, tem filho, começa a complicar, então começa a falar ' dói **najuba**, ituúdo, isso a p a r e c e vem lá da primeira menstruação, então por isso a importância do benzimento. Na primeira menstruação não pode comer peixe grande como o tucunaré e piraíba por ser reimoso, dá muita complicação para mulher ou que ganhou criança, podendo se alimentar somente do peixe cará e jacundá. Porque o benzimento, como diz os ' b r a n c o ' , é só para nós índi nascemos devemos ser benzidos, inclusive os alimentos para podermos comer como o peixe, para não dar diarreia. A mulher, depois do parto, também deve ser benzida com o benzimento específico.*

*Tudo se pode evitar antes da doença ou o mal chegar com o benzimento, os pássaros também avisam o que está para acontecer, como a rolinha, que se ele ficar chorando em cima da casa de certa pessoa, esse é o sinal certo que haverá morte na família como conta Eugenio " A r o l i n h a procurar de mandar rezar ou espantar ele, que esse daí é certo uma morte " ( L i z a r d o , 2 0 1 9 )*

O corpo feminino tem sua origem desde a separação de acesso a saberes e suas proibições com roubo de flautas sagradas no povo medzeniako, esse processo mítico de conhecer como mulher baseado no perca de poder, toma lugar para formação com regras alimentares e forma de se dirigir aos homens da família. O momento que se dá conta que é diferente do homem é durante a primeira menstruação, e é assim no rio negro e dentro de outros povos indígenas no Brasil. Existem idades que podemos



conviver de forma harmoniosa com nossos irmãos meninos e pai, mas desceu menstruação, passa conviver com vida de mulher com regras e proibições.

### **Casamentos Medzeniako antes da religião**

Somos mulheres sementes e corpo territórios coletivos das nossas avós e também de nossos avós míticos, desde nossa existência como seres humanos nesse mundo.

Após todos esses conhecimentos, conselhos, cantos, expertises recebidas e vivenciado coletivamente no seio familiar, o corpo medzeniako, passa por outro momento de disputa masculina, familiar e extraterritorial que é realizar casamento perfeito.

No clã da qual sou pertencente, waliperedakenai, temos uma mulher referência que é kallidoaro, filha mais nova do Kalli<sup>10</sup> a mulher que mantinha dentro do corpo diversidades de saberes, sendo herdeira do dono das roças, as meninas medzeniako pós primeira menstruação, passava vivenciar o julgamento pelas tias, primas e irmãs do pretendente. Não bastava ter beleza físico e mente saudável, precisava ser mulher “kanekadaro<sup>11</sup>”.

Os casamentos eram dialogados e escolhidos no seio familiar, os pais, mães ou avós, estudavam a menina e o rapaz, observando os dois na “nanewikikanako”, as indígenas Baniwa, precisam andar com seu corpo território de forma intocável, o corpo precisava desse resguardo.

Sempre fomos proibidas de olhar nos olhos dos mais velhos, e encarar homens, precisamos proteger nossos rostos e nossos olhos de qualquer olhar, nossa forma de andar, passava por esse julgamento e nós meninas somos “haminãdaro” no nosso clã e povo.

Os casamentos nessa época, era tão familiar construída no respeito e no diálogo que os casamentos eram ditos como processo de continuação de clã ou morte de clã, pois as escolhas eram acompanhadas coletivamente, na formação até união de dois jovens no processo, escolhas familiares.

A definição era no maior respeito, qualquer deslize de ambas as partes no casamento era processo de rivalidades entre as famílias, os casamentos eram inseridos

---

<sup>10</sup>

<sup>11</sup>

no mundo social dos adultos, sendo acompanhados pelos pais, até que filhos se tornem sogros por sua vez.

Processos que mudou com a chegada as igrejas, escolas e assim os cuidados com o corpo território das indígenas mulheres sofreram mudanças no acompanhamento que passarei descrever.

### **Casamentos medzeniakos pós contato**

Na década de 50 e 60, houve os primeiros conflitos religiosos na região dos medzeniakos, um lado pessoas católicas e outro lado evangélicos, contato que podemos considerar morte de muitos conhecimentos.

O acesso a outras religiões, sobretudo no meu clã e clã do meu pai, perdemos nossos sábios que outros pesquisadores não indígenas chamam de “pajés”, mais os sábios rezadores mantiveram suas rezas no silêncio.

Houve muitas mortes, segundo meus pais contam, e outras escolhas se configuraram nos casamentos, pós esse contato, o casamento que era algo sagrado e produzido coletivamente no seio familiar, passou a ser escolha individual dos filhos, o que levou declínio de péssimas escolhas, e surgiu os divórcios radicais de filho negar a mulher escolhida pelos pais.

Com presença das igrejas, as práticas e formações, passaram ser proibidas pelos missionários. Por décadas no território medzeniako, a gerações, nunca acessaram tais escolhas familiares, os rituais tinham se perdidos ou ficaram no silêncio. Tais praticas eram condenadas pelas igrejas.

A proibição trouxe, conflitos territoriais, filhas crentes não podiam casar com filhos dos católicos, duas religiões que dividiu famílias ao longo do rio içana na terra sagrada dos medzeniakos.

As mulheres, ao invés de passar por ritual de formação no formato medzeniako, começaram ser alfabetizadas nos cânticos e versículos bíblicos, parte da minha infância e da minha mãe foi assim também, aprendemos desde cedo orar.

Igrejas trouxe outros rituais de realizar casamentos, até década de 90, as indígenas mulheres Baniwa do médio içana, eram proibidas de casar com os católicos, por isso a proximidades com povo Koripako, os casamentos acontecia apenas entre eles, condenando os católicos como pessoas proibidas. A consolidação de casamentos

aconteciam nos eventos chamados de “santa ceia” e “conferências” encontro muito típicos na região onde me criei que é território do meu pai, somos de komalhipani.

### **Corpo território letrado**

Entre manter práticas de formação indígena, evangélica, a escola passou ser inserida na formação das meninas indígenas medzeniako.

As primeiras medzeniakas a ir para escola de formação foram indígenas mulheres católicas Baniwa, para demais mulheres da minha região isso era inacessível.

Após muitas insistências e também com forte presença do movimento social indígenas, os nossos irmãos mais velhos e tios mais novos, estavam retornando de internatos<sup>12</sup>, logo passaram ser nossos professores, passamos ser alfabetizados na sala de aula, ainda lembro de minhas tias proibir das minhas primas irem para escola, porque isso era coisa homens, somente homens podiam ser professores.

Escolas, casamentos e escolhas de corpos medzeniakos, estavam no início de processo transformador na narrativa histórica do nosso povo, nossas famílias que mantinha hierarquias de clãs, entre os territórios, passaram protagonizar as escolhas de líderes e indicar nomes que podiam ser seus representantes.

As formações começaram chegar nas comunidades-aldeias medzeniakos, as mulheres com todas suas expertises de formação, passaram protagonizar casamentos com homens de formações diferentes de seus pais e pessoas de outros povos, principalmente entre os tukanos, muitos tukanos casaram com mulheres medzeniakos, pois, iam solteiros para serem professores, e voltavam das comunidades casados e homens baniwa também começaram casar com as mulheres desse povo. O corpo território começa está em movimento, não é algo que podia permanecer no mesmo lugar sim, podia estar em vários espaços, falando e levando nome do seu clã para outros territórios, escolhidas por essas pessoas.

E as escolas também, possibilitou novos caminhos para indígenas mulheres medzeniako. Passarei relatar sobre essas escolhas e novos caminhos no próximo capítulo, onde falaremos de corpo território em movimento.

---

12

Essa reflexão não visa dizer ao certo ou errado, mas mostrar as causalidade no tempo de vivencia das mulheres medzeniako, na narrativa de transformações enfrentada por mulheres ao logo dos contatos com os não indígenas nos territórios, mas encontraram o equilíbrio na manutenção de seus conhecimentos apesar das violência e violações, até os dias atuais.

## Capitulo III

## Corpo território em movimento

O terceiro capítulo, segue no entendimento do entrelugar do corpo “ indígena mulher” em movimento e corpo-território em movimento, na mesma linha que discutiria isso com as mulheres Medzeniako, mas agora com mulheres de outros povos e no campo do espaço de representatividade no espaço de voz e fala, e como parte dessa construção no Brasil, no debate sobre a representação de indígenas mulheres e elas se definem, **Somos Mulheres Biomas**, porque somos terra, sementes, raiz, tronco, galhos, folhas e frutos, mulheres conectadas com o corpo da Terra. Somos diversas, somos avós, mães, filhas e netas.

Esses corpos territórios são cofundadoras da maior referência nacional e internacional de Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras das Ancestralidades - ANMIGA, que é um movimento ancestral, tradicional e social, criado e constituído por indígenas mulheres dos seis biomas brasileiros, desde o chão da aldeia ao chão do mundo.

*Nós não somos guardiãs da natureza, somos a própria natureza. Antes do brasil de colônia, existia o brasil de cocar. Não somos só mulheres, somos mil-heres (célia-2021)*

O corpo-território indígena mulher, no processo de compreensão sobre a colonização de corpos é que ela é não fato histórico do passado, mas de um processo histórico que tem se colocado no diálogo, fazendo seu papel fundamental a partir de sua voz e fala nos espaços.

O corpo território, se movimenta numa ação política das indígenas mulheres, que não alcança apenas sonhos de mulheres, mas no modo de ver as transformações na sua forma de organização para acesso aos seus direitos, não apenas palavra para chave analítica para quem escreve sobre nós enquanto mulheres, mas trata-se de um conceito criado para ecoar nossas vozes e contribuir no debate das produções de conhecimentos nas ciências não indígenas (escrita) carregada de ancestralidades.

Por isso não tem como pensar no corpo território, sem citar o que foi produzido pelas mulheres na primeira marcha “cito aqui uma parte do que as mulheres escreverem na carta da primeira marcha no dia 14 de agosto de 2019, como ponto de partida dessa poesia e geografia de ser protagonistas no demarcar espaços como corpo-território”.

*Nós, 2.500 mulheres de mais de 130 diferentes povos indígenas, representando todas as regiões do Brasil, reunidas em Brasília (DF), no período de 10 a 14 de agosto de 2019, concebemos coletivamente esse grande encontro marcado pela realização do nosso 1º Fórum e 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, queremos dizer ao mundo que e s t a m o s e m p e r m a n e n t e p r o c e s s o d e l u t a e m a e s p í r i t o ” . E p a r a q u e n o s s a s v o z e s e c o e m manifestações.*

*Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência.*

*A Marcha das Mulheres Indígenas foi pensada como um processo, iniciado em 2015, de formação e empoderamento das mulheres indígenas. Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher.*

*O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios.*

*Somos totalmente contrárias às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital. Essa forma de governar é como arrancar uma árvore da terra, deixando suas raízes expostas até que tudo seque. Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito.*

*Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura.*

*Quando cuidamos de nossos territórios, o que naturalmente já é parte de nossa cultura, estamos garantindo o bem de todo o planeta, pois cuidamos das florestas, do ar, das águas, dos solos. A maior parte da biodiversidade do mundo está sob os cuidados dos povos indígenas e, assim, contribuimos para sustentar a vida na Terra.*

*A liberdade de expressão em nossas línguas próprias, é também fundamental para nós. Muitas de nossas línguas seguem vivas. Resistiram às violências coloniais que nos obrigaram ao uso da língua estrangeira, e ao apagamento de nossas formas próprias de expressar nossas vivências. Nós mulheres temos um papel significativo na transmissão da força dos nossos saberes ancestrais por meio da transmissão da língua.*

*Queremos respeitado o nosso modo diferenciado de ver, de sentir, de ser e de viver o território. Saibam que, para nós, a perda do território é falta de afeto, trazendo tristeza profunda, atingindo nosso espírito. O sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. É perda do respeito e da cultura, é uma desonra aos nossos ancestrais, que foram responsáveis pela criação de tudo. É desrespeito aos que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida.*

*Assim, tudo o que tem sido defendido e realizado pelo atual governo contraria frontalmente essa forma de proteção e cuidado com a Mãe Terra, aniquilando os direitos que, com muita luta, nós conquistamos. A não demarcação de terras indígenas, o incentivo à liberação da mineração e do arrendamento, a tentativa de flexibilização do*



*licenciamento ambiental, o financiamento do armamento no campo, os desmontes das políticas indigenista e ambiental, demonstram isso.*

*Nosso dever como mulheres indígenas e como lideranças, é fortalecer e valorizar nosso conhecimento tradicional, garantir os nossos saberes, ancestralidades e cultura, conhecendo e defendendo nosso direito, honrando a memória das que vieram antes de nós. É saber lutar da nossa forma para potencializar a prática de nossa espiritualidade, e afastar tudo o que atenta contra as nossas existências.*

No Brasil, a participação das mulheres nos espaços públicos de discussão política em interlocução com as instituições não indígenas aumentou muito nas últimas décadas, bem como aumentou a institucionalização das organizações políticas de mulheres indígenas e o debate sobre os direitos dessas mulheres (Matos, 2012; Sacchi, 2003).

Nossas palavras são vivas, antes de mim, teve as que vieram antes de mim e sou muito grata por terem sido, os corpos – territórios do Rio Negro, refazer e reler sobre essas construções coletivas de protagonizar espaços com voz e falas, me emociona e sigo no afeto de corpo indígena mulher acreditando no mundo melhor para nós. Temos esses dados, escrito pelos não indígenas, que as “duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. As pioneiras foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracará, Rio Uaupés e Tiguié (AMITRUT). As demais organizações de mulheres indígenas ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas foram se constituindo a partir da década de 1990, criando-se em 2002, na ocasião de um primeiro encontro de mulheres indígenas amazônicas, um Departamento de Mulheres Indígenas dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira Coiab.”

O olhar colonial, somos complementos de caciques e pajés, por longos anos, nossos corpos estiveram silenciados, pois não falávamos língua dos colonos, nossos avôs, tios, primos e pais, pais aprenderam falar, no campo de escravidão, o processo de genocídio no Brasil, também matou muitos de nós e muitas de nós enquanto indígenas mulheres.

Na sociedade de classes, gênero e raça, a nossa presença como indígenas mulheres ficou dessa forma, mas nós estávamos lá, nas escritas dos não indígenas, mas

o nosso corpo território estava se formando, se preparando para ocupar espaços. Por isso para nós não se sustenta de que a academia produz ciência e nós produzimos saberes tradicionais.

Essa nomeação continua silenciando nossa ciência enquanto povos indígenas e principalmente como indígenas mulheres de corpos coletivos de ciência milenares, nascemos com essa ciência.

É importante lembrar de como geração das nossas avós eram mencionadas pelos pesquisadores não indígenas, além disso possibilita compreender um pouco sobre olhar do outro e operacionalização da escrita nos processos históricos.

### **Desafios voz e escrita memória.**

Historicamente o tema de gênero sobre indígenas mulheres no Brasil não tem sido alvo de maior interesse de estudo por parte de intelectuais brasileiros. O que fez diferença com o acesso a formação no ensino superior dos corpos indígenas mulheres, entraram para operar demarcação de território na escrita. O campo de antropologia indígena também ganhou força com nossas escritas e dando espaço a política de representatividades, não só nos debates como também sendo protagonistas de produção de conhecimento. Do silêncio as páginas de livros, dissertações e artigos, sendo ouvidas e narrando nossas trajetórias em todos os espaços.

*No processo de demarcar o território da escrita, na luta pela visibilidade e igualdade em um mundo de muitas discriminações, os capítulos desta coletânea são vozes de indígenas mulheres trazendo suas vivências. Renunciamos ao silêncio e invisibilização: sonhamos esse livro. Em tempos sombrios de perdas de direitos, abraçamos este desafio na confiança de sentir a vitória de cada indígena mulher que está nas suas mesas, escrevendo, dentro e fora do território, fazendo acontecer novas histórias e defendendo a visibilidade de ser indígena mulher e que transita o corpoterritório nos espaços e entre espaços. Organizamos este livro na força da diversidade. Optamos por chamar de vivências diversas, o que trazemos vem desde os territórios ancestrais e os territórios urbanos – tudo é terra indígena. (BANIWA; KAINANG; TREMEMBÉ, 2020, p.7-8)*

Em meio diversidade de conceitos antropológicos, e de como nos categorizavam e invisibilização de nossos conhecimentos, reativamos o modo, pessoas de vozes e falas em todos os espaços, e quem somos nós, para ecoar esse grito de socorro, para que sejamos ouvidas e respeitadas, como enfrentar vozes masculinas de caciques que sempre estiveram na frente de todas as lutas, trazendo a geografia de corpo-território indígena mulher como sujeitas de hoje na defesa de direitos coletivos, não só pela demarcação de terras, mas também pelas vozes e falas das que virão depois de nós.

Acredito que, embora fossemos essas pessoas de voz, ainda enfrentamos discriminação por sermos mulheres, dentro e fora dos nossos territórios, mas também carregamos nosso pertencimento coletivo enquanto indígena do nosso povo. Todas nós acompanhamos os debates, muitas de nós se dividiu para defender nossa voz, nos espaços que fomos dados a oportunidade, tratando de nossas lutas.

Após um ano, passei a colaborar nos espaços com minha escrita, com minha voz. Por isso, vou começar com o texto que fiz para dia internacional das mulheres (2021) na UnB. “Filhas e netas daquelas que foram conhecidas como complemento de liderança, cacique e pajé nas comunidades indígenas, hoje são universitárias, pesquisadoras, as indígenas mulheres nos últimos 10 anos têm alcançado, espaços de voz e fala nas comunidades, instituições e a entrada nas universidades, na UnB, somos mais 100 mulheres de vários povos, na graduação, mestradas e doutorandas, e tornando-se profissionais de destaques na luta do movimento indígena e de seus povos. O corpo território está em trânsito fazendo diferença, no caso falando por si, não como apenas objeto silenciado por pesquisadores não indígenas, mas como pesquisadoras.

Trago nessa fala, a importância do corpo-território presente na universidade é carregada de ciência indígena, esse corpo vem com a sua própria formação, que muitas vezes é questionada de uma forma que consideramos violenta, recusando o entendimento do que é ser indígena mulher. Para além de estar presente, a presença física, rompe a história de ser sujeita da oralidade, agora está no campo da escrita, passa-se a dominar ferramentas, demarcando na memória escrita de que indígenas mulheres têm suas próprias ciências e conhecimentos, antes escritas na língua colonial, por homens não indígenas.

No entanto, ainda há várias dificuldades enfrentadas pelas indígenas estudantes mulheres no contexto da universidade. A vida acadêmica nos mostra lugares de

formação e de conquista profissional, mas também tem fatores que também são lugares de sofrimento e violência. Essa face é silenciada, e marcada pelo medo e a incerteza, que caminham juntos.

O corpo coletivo identitário é a força que indígenas têm para sobreviver em quaisquer espaços, por isso, conhecer e praticar o cuidado com o corpo dentro do território caminha junto com o viver bem dos povos indígenas.

Não se trata de uma história sendo escrita em linhas, e as indígenas mulheres desconstruindo a posição desse silêncio nas academias, mas trazendo histórias, conhecimentos milenares e ciências próprias.

*Nós enquanto indígenas mulheres, seja mãe, vó, filha, neta, liderança comunitária, professora, agente comunitário de saúde, antropólogas, médicas, enfermeiras e outras tantas profissionais, estamos na luta diária pela sobrevivência da nossa ciência enquanto indígenas, é no vivenciar que nós formamos no nosso próprio conhecimento, que é singular, pois somos a diversidades e estamos espalhadas nos 26 estados do país.*

*Sim, nós estamos nas universidades, mas não deixamos de ser indígenas.*

*Sim, estamos no passado e presente, com certeza as nossas filhas e netas continuarão ocupando esses espaços no futuro também.*

*É por nós e por elas que estamos na luta pelos direitos*

### **Incidência de corpo território nos espaços**

No caso do Brasil, quando as mulheres e os homens, passaram por muitas mãos de pessoas não indígenas, falaram e escreverem sobre eles, ou instituições que os consideravam como incapazes, isso por muitos anos gerou o apagamento e genocídios de muitos conhecimentos indígenas, na atualidade consideramos como violência e racismos do estado com os povos indígenas.

No entanto, o problema de silenciamento de voz e escrita ou alguém falar por indígenas, aqui é sobre as indígenas mulheres, cabe destacar que a pauta de gênero vem ganhando espaço e outro rumo de contar suas histórias e narrativas, mas aqui trazemos

a voz e atividades das indígenas mulheres que compõem o país ou território indígena, através de suas organizações regionais e mulheres que falam exclusivamente por elas.

É importante salientar que nos últimos 10 anos, as indígenas mulheres vem se destacando no espaço de voz e fala, e junto está chegando mais mulheres e meninas, passando a compor parte dos trabalhos, na mão de obra, no manuseio de ferramentas não indígenas, mesmo que ainda em número tímido perto dos homens, mas as mulheres começam atravessar espaços através de suas formações e utilização de técnicas que a possibilita a ser parte de todo o processo da luta, não apenas como companheiras dos homens, mas sendo protagonistas dos espaços de fala e voz, através de organização e debates, das questões sobre as mulheres.

Assim, com o aumento de mulheres no espaço de voz e fala no movimento indígena no Brasil, as levou a coordenar vários eventos e atividades, onde as mesmas estão apresentando suas reflexões positivo sobre a luta pelos os direitos. As mulheres estão coordenando sim e se inserindo na mão de obra de vários projetos e execução dos mesmos, na condição de liderar equipe e outras mulheres.

Como mencionado acima nesse capítulo vamos trazer a colaboração direta das mulheres em transformar, as formas de contar a narrativas e história dos povos indígenas no Brasil, considerada por todas elas *mulheres terras* <sup>13</sup>ser urgente e necessária que as nossas vozes ecoem pelo mundo, pelo nosso direito de viver. Em suma, o estilo do fazer coletivo na voz das mulheres, iniciamos a coordenação e falas para o público em geral a importância da representatividade no espaço político, não só para mulheres, como para os povos indígenas.

A nova doença nas comunidades indígenas, desafiou as indígenas mulheres e foi necessário trazer uma nova abordagem, de realizar atividades e no processo de ser ouvidas e falar com as nossas parentas e parentes, o desafio em tempos de pandemia, trouxe uma realidade complexa de enfrentamento, mas o cenário, era a necessidade de fazer os povos indígenas ser visíveis nos espaços.

A articulação, junto a coordenação feminina que hoje conta com as duas mulheres, pautaram em curto prazo o investimento necessário em equipe, aliados de

---

<sup>13</sup> Mulheres co-fundadoras da anmiga. [www.anmiga.org](http://www.anmiga.org)

apresentar, debate sobre demarcar as urnas. Por isso o “Chamado foi lançado no site da APIB, com ***E M 2 0 2 0 V A M O S D E M A R C A R A S U R N A S***” .

As chamadas foram, articuladas com as bases regionais que compõem a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (@apiboficial) e foram apresentadas as candidaturas para as eleições 2020 com a Campanha Indígena (@campanhaindigena).

Para a coordenação da campanha e um marco histórico ampliar a participação das nossas parentas e parentes nos poderes legislativo e executivo em todo o país, incentivando, as vendo suas fotos e entrando nos dados, de um site indígena.

A campanha chegou a mais de 100 candidaturas apresentadas pela campanha, dos mais diversos perfis e com uma pauta em comum: a defesa dos direitos dos povos indígenas. Na plataforma [campanhaindigena.org](http://campanhaindigena.org) você pode conhecer as candidatas e candidatos apoiados e visualizar um panorama geral das 2.177 candidaturas indígenas que disputam as eleições em todo o Brasil.

A presença de indígenas nos espaços de poder faz parte de uma luta histórica por uma sociedade mais plural e menos desigual. O apagamento da participação dos povos indígenas faz parte do racismo estrutural, mas as lutas de nossos ancestrais construíram as bases de enfrentamento desta opressão.

Para o movimento indígena nacional, o ano foi histórico no marcar presença nas eleições municipais com aumento de 27% das candidaturas indígenas, em comparação com a disputa de 2016. O fortalecimento destas candidaturas é fundamental para nossa democracia e a Campanha Indígena nasce com esse espírito.

O início da mobilização, passou por uma nova agenda de visibilidade dos povos indígenas nas campanhas municipais, ao mesmo tempo dando oportunidade e criando mecanismo de experiência rica, de indígenas serem protagonistas, mesmo estando pelos partidos não indígenas.

A urgência e mobilização de #parentevotaemparente, foi construída em conjunto a mídias de destaques, indígenas e não indígenas, como consta no site da APIB.

Considerando o trabalho na mobilização e visibilidade de povos indígenas nas urnas, mostra como a campanha é importante, a campanha se encerra com 236 indígenas eleitos, sendo 44 presenças de indígenas mulheres na política, como eleitas, as 44 mulheres eleitas, podem trazer outra participação nos próximos anos.

As mulheres eleitas serão acompanhadas pelas mulheres das comunidades e organizações indígenas que são parte de conselho e pelas mulheres lideranças bases da APIB.

Aqui apontamos e destacamos a importância de articulação e mobilização das mulheres indígenas nas suas bases, trazemos aqui os povos das 44 mulheres que foram eleitas para cargo de vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas. As mulheres, estão cada vez mais presentes nos debates e discursos de falar, “ e l a s p e j a l í n g u a i n d í g e n a ” ou na sua segunda língua que é português, isso para nós é ponto positivo da campanha. Mais informação sobre: <https://apiboficial.org/2020/11/17/eleicoes-2020-em-contagem-parcial-apib-mapeia-159-candidatos-indigenas-eleitos/>

### **Mobilização e articulação das mulheres**

*Há um ano, mulheres indígenas de todo o Brasil realizaram uma mobilização histórica! Com o tema “ Território: nosso cuidado ”, representantes de 113 povos ocuparam as ruas de Brasília para a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Em 2020, com o agravamento das violências aos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19 nós decidimos demarcar as telas e realizar a maior mobilização das mulheres indígenas nas redes. Nos dias 7 e 8 de agosto 2020, acontece a nossa grande assembleia online com o tema “ O s a g r a d o d a*

*Para nós, mulheres Indígenas, nós também somos a terra, pois a terra se faz em nós. Pela força do canto nos conectamos por todos os cantos, se faz presente os encantos, que são nossas ancestrais. A terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento é a cura do mundo.*

*Como se calar diante de um ataque? Diante de uma Genocídio que a terra grita mesmo quando estamos em silêncio? Porque a terra tem muitos filhos e uma mãe chora quando vê, quando sente que a própria mãe que gerou a vida, hoje é ameaçada. Mas ainda existe a chance de mudar isso, porque nós somos a cura da Terra!*

*A c o m p a n h e a p r o g r a m a ç ã o , -E q u e e r g a e m t c e i c a e d l e n d á g a e n t e r e d e s d a A P I B – A r t i c u l a ç ã o d o s P o v o s I n d í g e n a s d o B r a s i l – (@apiboficial).*

Desde o início do projeto Voz das mulheres indígenas, e muitas outras narrativas de organização das mulheres, possibilitou as mulheres chegar onde, outras não levaram as vozes, em setembro, no dia internacional das mulheres, coordenadora da APIB e outras mulheres participaram do **“Encontro Global de Mulheres Indígenas”** o objetivo foi de levar vozes que curam, através de cuidados com o território e relação com a terra, levando as vozes do Brasil, da complexidade de enfrentamento de ser indígena mulher do território, desde o manejo e violência sofridas por muitas nas comunidades/aldeia.

**A discussão desse encontro contou com as seguintes temáticas – Abertura, trouxe o debate sobre** as mulheres indígenas: da dor ao desejo de curar e salvar vidas! – Concita Sompré, Território, nosso corpo, nosso espírito, narrando sempre a linha do tempo do movimento das Mulheres Indígenas – na voz da Tsitsina Xavante, destacando a ***Primeira Marcha das Mulheres Indígenas***, seguida da fala sobre a construção coletiva ao pós-marcha.

O enfrentamento a nova doença dentro das comunidades indígenas, as mulheres protagonizaram campanhas para suas regiões. A doença levou muitas anciãs e conhecimentos indígenas.

Ao mesmo tempo que enfrentaram, mortes, perdas e luto dentro das comunidades/aldeia, as mulheres enfrentaram aumento de violência dentro de suas comunidades, intensificada pelo governo e seus aliados, os meses de novembro a janeiro, por reorganização e apresentação de ideia de projeto pelas mulheres que estava na frente atividades e mobilizando participação de outras no espaço como live que chegou nas comunidades e nas casas de indígenas mulheres.

Em todas as atividades, para falar de agravamento de doenças nas comunidades e povos indígenas, mulheres se uniram e essa união trouxe força, desde a marcha que reuniu mais 3000 mulheres de todo território nacional, elas como guardiãs de conhecimento necessitavam continuar a luta pela vida.

A denúncia no STF, desde o plano de emergência indígena a campanha luta parente, passou por mãos delas, das mulheres, que colaboram diretamente na construção de manifestos e debates sobre vida indígenas, encabeçando campanhas de grandes mobilizações frentes ações voltada para povos.

As avaliações de atividades em dezembro reforçaram a importância de continuar com as campanhas de vida que envolve, não só vida física de indígenas, mas de todo seu



território, e passando a enxergar a necessidade de envolver juventude nas atividades, elas trouxeram mulheres para formações específicas.

O planejamento para ano de 2021, é mobilizar maior número de mulheres e meninas a acompanhar as discussões do movimento indígena e das atividades específicas das mulheres. E contou com o **Processo de Organização da campanha #VacinaParente**  
Link: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/vacinaparente/>

O mês de janeiro, foi marcado por encontros internos para planejamento de atividades e construção de manifestos, composição de equipes colaboradoras, a nível nacional, nas reuniões para tomadas de decisão, as mulheres sempre estão presentes pela região, norte, sudeste, centro oeste, Sul e Nordeste. E também foi criado grupo de comunicação a nível do Brasil no grupo chamado “mãe do Brasil é indígena” que trecho do poema da indígena médica Mirian Veloso, que traz debate de a sociedade brasileira se orgulha mais do pai europeu do que a mãe indígena.

E no dia 22 de janeiro, a APIB lançou uma ação coletiva para garantir a vacinação de todos os povos indígenas que vivem no Brasil. A campanha Vacina Parente integra as ações do plano Emergência Indígena ([emergenciaindigena.apiboficial.org](https://emergenciaindigena.apiboficial.org)) e vai desenvolver ações de articulação política, jurídicas e de comunicação para garantir a vacinação de todos os indígenas do Brasil. E tendo a campanha #VacinaParente, sendo maior parte foi coordenada por mulheres de todo o país, trazendo que corpo em movimento era voz da vez e criou-se uma agenda fechada para mês de fevereiro que traria a fala das mulheres todas as segundas-feiras, para falar de dores e lutas, dentro das comunidades e no corpo em movimento.

Cabe lembrar e afirmar que povos indígenas, estão em espaços de movimento, da comunidade, na universidade, da comunidade na cidade, as mulheres, pautaram a discriminação e racismo, no cenário de genocídio com seus povos, isso elas contando nos debates ao vivo. Mas ao mesmo tempo, o fortalecimento espiritual das mulheres, compartilhamento de receitas e lutas, acompanhadas de cantos e poesias, no fazer campanha pela vida dos povos indígenas.

O lançamento da campanha, contou com a presença e participação de mulheres de vários povos, Sônia Guajajara – T.I Arariboia – Amarante – Maranhão, Célia Xakriabá

– T. I Xakriabá – Minas Gerais, Puyr Tembé – Povo Tembé – Pará, Shirley Krenak – Povo Krenak – Minas Gerais Elisângela Baré – Povo Baré – Amazonas ,Giandria Kaba Munduruku – Povo Munduruku – Amazonas América Tembé – Povo Tembé – Pará,Taty Macuxi – Roraima Marcilene Guajajara – Maranhão,Raquel Tremembé – Ceará ,Francisca Arara – Pará, Edina Pataxó – Bahia, Braulina Baniwa – Amazonas, Marciane Tapeba – Ceará, Dilma Kayabi – Mato Grosso.

As atividades de lives da campanha e processo de organização, as mulheres ofereceram formação a nova geração de líderes mulheres que atuam nas suas bases, pensando no fortalecimento de presença feminina nos lugares e acesso a técnica e ferramentas que faz, ecoar vozes das mulheres nas telas. As atividade envolveu jovens mulheres de regiões diferentes que após essa participação passaram a protagonizar a responsabilidade de colaborar diretamente na produção de atividades da APIB e consolidação de atividades das mulheres no que se refere a preparação, organização de repassar tais conhecimentos obtidos nas oficinas, partilhada entre as mulheres de várias organizações, frente de luta, coletivo de indígenas, mulheres, elas por sua vez receberam a formação colaborativa de novas vozes jovens indígenas, mulheres. E começou #nada sobre nós sem nós, das ancestralidades.

O sonho de ecoar vozes na diversidades, passou por várias vozes e povos no processo de consolidação da ANMIGA, o alcance das atividade online, alcançou além da previsão das mulheres maior que os encontros presenciais, a formação e articulação, passou por outra transformação inovadora que dialoga com a construção das parentes mulheres, no modo de fazer coletivo, nossa metodologias das lives, escolhas dos temas, o processo de desenvolvimento, contribuições e distribuições de tarefas, sem hierarquia, somos todas parte dessa atividades, debatemos, coordenamos e escolhemos o que levamos para espaços de debates, isso é visto e resultado de ouvir e escutar entre as mulheres, colocando elas com suas totalidades de potencialidades de serem elas fazer acontecer.

E a inclusão de nova geração, no caminho da roça das mulheres, e colocar elas na mão de obra após sua formação, trouxe uma perspectiva de que fazer juntas é geracional, contar com mãos rápidas dessa juventude, resultou em participação direta

de 200 mulheres que compõe o lançamento no site da ANMIGA, com foto e mini biografias, no lançamento da ANMIGA, e passaram coordenar desde a organização de receber, fotos, trabalhar na imagem (edição), produzir e administrar as postagem, contar com essa geração de meninas de 20 a 24 anos, elas também, são a continuação da narrativa de luta carregada de trajetórias incríveis, resultado desse trabalho pode ser acessada no Instagram: <https://www.instagram.com/anmigaorg>

### **Demarcar o Processo de organização e lançamento da ANMIGA**

*O silenciamento imposto sobre às mulheres e mantido por um longo período na história, nos impele a evidenciar nele, o silêncio de nossas mulheres indígenas, encoberto nas mais diversas faces da violência, seja na sua inexistência nas palavras escritas – seja na história, nos poemas, nas poesias ou nos relatos –, ou quando narradas, retratadas como minoria ou de várias formas e mentes o “menor eurocêntricas. O silenciar das vozes das mulheres indígenas foi ainda mais apagado pelos estupros corriqueiros à que eram submetidas, quando buscavam refúgio nas fugas e geralmente eram capturadas à laço índio pois aí a culpa minha avó foi pega à laço!”, que se tornou (2020).*

A mobilização das mulheres é permanente e acontece reunião todas as segundas feiras, para construir pautas e organização, decisões acontece em reuniões de deliberação com a fala de todas as mulheres participantes, de todas regiões.

Destacando aqui, que as reuniões aconteciam sempre nos dias de segundas feiras são de encaminhamento e consulta entre as indígenas mulheres, no caso a do 25 de fevereiro, por exemplo, trouxe muitas vozes e estiveram presente as seguintes mulheres: Sonia Guajajara, Jozi Kaingang, Ana Patté, Puyr Tembé, Watatalu, Celia Xacriabá, Flavia Xacriabá, Braulina Baniwa, O-É Kayapó, Eliene Xunakalo. A construção, discussão do nome, para frente nacional das Mulheres Indígenas, passou por vários Biomas e conhecimentos milenares, dentre os mais falados nesses processos foram, ANMIART - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas da Ancestralidade, reflorestando território. **ANMIGA:** Articulação Nacional das mulheres indígenas,

guerreiras da ancestralidade. **Manas:** Mulheres da ancestralidade, e nesse mesmo encontro, discutiu a representatividade política das mulheres indígenas no Brasil, para se ter referência nos espaços políticos e levar formação para as mulheres dentro das comunidades indígenas, debatendo desde a violência baseada em gênero e acesso a seus direitos.

E nasce, a nomeação <sup>14</sup> da potência de articulação a nível nacional, **O corpo território que ocupa, espaços de voz e falas de corpos territórios de biomas brasileiras,** A ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade é um movimento ancestral, tradicional e social, criado e constituído por indígenas mulheres dos seis biomas brasileiros, desde o chão da aldeia ao chão do mundo.

O corpo território das ancestralidades está em rede de voz e falas potências de ser as Biomas, porque somos terra, sementes, raiz, tronco, galhos, folhas e frutos, mulheres conectadas com o corpo da Terra. Somos diversas, somos avós, mães, filhas e netas. Nós pelas que vieram antes de nós, nós por nós e nós pelas que virão.

Os corpos territórios, no formato organização da ANMIGA, as terras, busca romper com a lógica do racismo trazendo nossa voz e nosso olhar nos mais diversos espaços. Evidenciando quem somos nós, as indígenas mulheres, e como é nossa atuação queremos trazer também nossa ancestralidade, tão potente e diversa. Nós, que somos promotoras de saúde e vida, ocupamos o espaço deste material como estratégia de luta no enfrentamento ao racismo e valorização das nossas próprias vidas.

E o sonho de ter uma referência se torna realidade durante as atividades de março, contou agenda de março: 4 lives com Lema: ***A mãe do Brasil é Indígena***, sendo as 4 lives organizadas com as temáticas por regiões, sob responsabilidade das mulheres indígenas para assumir o papel de organizar e debater. Primeira Live lançamento da ANMIGA -A Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) é uma grande articulação de Mulheres Indígenas de todos biomas do Brasil, com saberes, com tradições, com lutas que se somam, convergem, que juntou mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos nossos Povos

---

14

A ANMIGA conta uma rede de articulação é continuação das lutas das mulheres que participam de frentes de voz desde suas comunidades, presidentes de associações, professoras, anciãs, benzedeadas e lideranças destaques a nível nacional, regional e locais

A atividade de lançamento da ANMIGA, protagonizou falas históricas e marcante de mulheres de todas regiões, trazendo debates específicos, por blocos, iniciando com a temática sobre as Guerreiras da Ancestralidade - **segundo contou o** Bloco da Retomada, terceiro bloco contou com o tema de Violência e Violações dos direitos das mulheres indígenas, seguida de quarto bloco que trouxe debate sobre entre o chão da aldeia o chão do mundo, e depois elas falaram sobre a Mudanças Climáticas, Mulheres Conexão entre as terras e as telas , sendo finalizada com falas de mulheres no espaço política com tema Mulheres na política: mulheres no poder e o poder das Mulheres

A primeira fala e apresentação da ANMIGA, trouxe a força das mulheres, em nome daquelas que nos antecederam e para aquelas vão continuar nossas lutas enquanto mulheres, o **Manifesto das mulheres, documento produzido pelas mãos das mulheres.**

As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena

*Nós, Mulheres Indígenas, estamos em muitas lutas em âmbito nacional e internacional. Somos sementes plantadas através de nossos cantos por justiça social, por demarcação de território, pela floresta em pé, pela saúde, pela educação, para conter a s m u d a n ç a s c l i m á t i c a s e o z e p j é n o r a p e r d m S i l ê n c i o s d a T e r r a imputados a nós desde a invasão do nosso território.*

*A população indígena do Brasil é formada por 305 Povos, falantes de 274 línguas. Somos aproximadamente 900 mil pessoas, sendo 448 mil mulheres. Nós, Mulheres Indígenas, lutamos pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental.*

*Nossas lideranças estão em permanente processo de luta em defesa de direitos para a garantia da nossa existência, que são nossos corpos, espíritos e territórios.*

*Reunidas no XV Acampamento Terra Livre, em abril de 2019, construímos um espaço orgânico de atuação. Levamos pautas importantes para o centro do debate da mobilização que resultou na primeira Marcha das Mulheres Indígenas com a união de*

2500 mulheres de 130 povos, em Brasília, no dia Internacional dos Povos Indígenas, em 9 de agosto daquele ano.

A *Marcha*, cujo lema seria “*Território* : desde 2015 como um processo de formação e de fortalecimento com sustentada ação de articulação com diversos movimentos.

Agosto de 2020. Após um ano da 1ª *Marcha das Mulheres Indígenas*, nós, *Mulheres Indígenas de todo o Brasil*, realizamos uma mobilização histórica! Diante do agravamento das violências aos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19, nós decidimos demarcar as telas e realizar a maior mobilização de mulheres indígenas nas redes virtuais. Assim, nos dias 7 e 8 de agosto, acontecia a nossa grande assembleia online com o tema “*O sagrado da existência*”

Nós, *Mulheres Indígenas*, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo.

Como calar diante de um ataque? Diante de um Genocídio que faz a Terra gritar mesmo quando estamos em silêncio? Porque a Terra tem muitos filhos e uma mãe chora quando vê, quando sente que a vida que gerou, hoje é ameaçada. Mas ainda existe a chance de mudar isso, porque nós somos a cura da Terra!

Diante da Pandemia, criamos espaços de conexão para fortalecer a potência da articulação de *Mulheres Indígenas*, retomando valores e memórias matriarcais para avançar em pleitos sociais relacionados aos nossos territórios, enfrentando as tentativas de extermínio dos Povos Indígenas, as tentativas de invasão e de exploração genocida dos territórios – ações que têm se aprofundado no contexto da pandemia. Dessa forma, conseguimos também fortalecer o movimento indígena, agregando conhecimentos de gênero e geracionais.

As *Mulheres Indígenas* assumiram um papel fundamental na articulação das redes de apoiadores nesse momento. Além de atuarem permanentemente nas barreiras sanitárias, as mulheres estiveram frente às construções estratégicas dos planos Territorial, Regional e Nacional no enfrentamento à Covid-19. Há muitas *Mulheres Indígenas* com atuações significativas na contribuição pela defesa dos direitos dos Povos Indígenas – muitas vezes enfrentando diversas formas de violências.

*Em virtude das constantes violações de direitos, aprofundadas no contexto da pandemia, é urgente fortalecer a contribuição dessas defensoras, qualificando e ampliando suas ações nos espaços de participação política e decisória e apoiando a participação qualificada das Mulheres Indígenas como protagonistas e multiplicadoras.*

*Estamos atuando não somente no enfrentamento à Covid-19, mas na linha de defesa do “Covid sistêmico do Governo Federal” e na defesa dos direitos indígenas.*

*Como desdobramento, notou-se a necessidade de avançar ainda mais, fortalecer nossas capacidades organizacionais, com vias de oficializar essa articulação da ANMIGA, incluindo o planejamento estratégico e o funcionamento de nossas redes.*

*Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo.*

***Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres guerreiras da ancestralidade.***

As atividades se potencializaram em outras construções e formatos, como já mencionada acima, desde o processo de organização, chamar as mulheres a metodologias de fazer coletivo, prevaleceu, portanto a que usamos influenciou a sustentabilidade de caminhar juntas das mulheres, visibilizando o protagonismo delas, mas que ainda precisa muito de apoio e fontes de luta, para saímos do imaginário, esse fazer junto, possibilita a construção e materialização da discussão, em escolha e defesa de frente que atendessem a luta das mulheres. Considerada pelas coordenadoras, o alcance de mulheres envolvida além do que se pensava no projeto original.

Elas se configuram desde as anciãs, professoras, mestres, doutoras, mas a fala, voz e escuta não tem hierarquização na forma de produzir e conduzir os trabalhos, o envolvimento é desde os bastidores a lugares de fala, com o canto, no lugar de defesa de direito, pois também somos advogadas juristas e constitucionalistas. Produzir, não só temas de lives, mas estamos na produção de boletim informativo sobre covid19, trazendo em contexto de debate e construção de que estamos no processo de humanizar forma de trabalhar em coletividade.

Inspirando mulheres biomas, que atravessam lugares através de sua voz nas telas, dando espaço nos lugares de fala, trazendo cada uma delas com suas especificidades e especialidade de conhecimento e ciência indígena, pensando assim no preparo de caminho de lutar que outras gerações irão continuar, nós só começamos, estamos já articulando encontros presenciais, mas alcançando cada vez as mulheres com nossas lutas de fazer junto e fazer acontecer, o projeto nos possibilitou isso.

Á voz é transformadora e fortalecedora, em todos os espaços, o projeto de mobilização conseguiu atingir diretamente mais 400 mulheres para o espaço de fala, desde as lives e para falas de março, envolvendo as anciãs, meninas, jovens e mulheres líderes, universitárias, vereadoras e deputadas.

Esse resultado é comovente e energizadora, na inclusão de todas mulheres ser parte dessa voz e construção de frente de luta e cuidado umas com as outras, indiretamente, ANMIGA e campanha envolveu mais 6 mil indígenas mulheres, assistiram e ouviram falar da anmiga, isso só evidencia a importância das políticas sendo discutidas por mulheres em coletivo e fazer junto, precisa ser considerada de forma transformadora, não como reparação, mas sim elas protagonizar, a discussão e desenvolver autonomia de renda que dialoga com suas especificidades regionais e geográficas.

Portanto quantificamos as mulheres por seus povos e biomas, e totalidade de alcance de voz delas no mundo, entre 305 povos, tivemos quase 250 povos participando das nossas atividades diretamente e indiretamente, ecoando vozes para mais de 50 mil pessoas.

### **Corpo em movimento**

Nós da ANMIGA estamos organizadas a partir da compreensão do corpo-território de **Mulheres Terra**, as co-fundadoras da rede, de **Mulheres Raízes**, que estão no chão do território articulando a rede para dentro das bases a partir de seus saberes e fazeres, **Mulheres Sementes** que articulam e organizam nossas mobilizações nos estados e as **Mulheres Água** que atuam nas articulações e construções para além do território brasileiro.



Somos **terra, raízes, sementes e água**, conectadas com nossa ancestralidade e atuando no tempo presente para a garantia da vida, não somente por nós, mas por todas e todos ( cardeno: Baniwa e Kaingang - 2023)

A nossa caminhada é longa, desde que nascemos aprendemos o que é ser pessoas solidárias, nós fazemos corpos territórios fortes, somos biomas, defendemos vidas e fim de todos os tipos de violência, sonhamos com todas terras demarcadas no território brasileiro, sonhamos com corpos saudáveis.

Estamos sempre em movimento com o nosso corpo território, estamos dentro e fora do território, somos os corpos políticos de continuação de nossas avós e mães, e queremos que nossas filhas e netas continuem fazendo essa incidência de proteção e cura de corpos.

Nós as terras como as revolucionárias indígenas no processo de fazer incidência e ecoar nossas vozes em diversos espaços, seríamos a feministas indígenas? Não, não somos, somos caminhos para acesso a democracia indígena de ter voz, falas nos espaços, nunca ocupadas antes, antes por não falamos português, outra por não sermos mulheres com profissões, mas chegamos, estamos na luta diária para que o nosso corpo seja respeitado com sua diferença em todos os espaços.

Esse corpo em movimento, ainda é estranho no nosso mundo masculino indígena, mas nos desafiamos a ocupar e fazer diferença, nos organizamos e realizamos 2 marchas que movimentou mais de 205 povos diferentes, nomeamos nossa representação, que está em processo de reconhecimento em alguns territórios, pois nem todas as mulheres acompanharam essa nomeação.

Quando pensamos no nosso corpo território indígena, é necessária uma reflexão para além do que entendemos comumente sobre um corpo. Nós, indígenas mulheres, nascemos em um lugar que se constrói a partir de um ambiente, de um bioma. Então quando a gente fala de corpo-território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais, que carregamos heranças espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos, das indígenas mulheres.

Quando falamos de corpo-território, dizemos que, embora possamos estar em um outro lugar, que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade. Quando nascemos já fazemos parte de um coletivo, nascemos numa comunidade e é a partir dali que vamos nos formando. Com a sabedoria e o ensinamento dos mais velhos e das mais velhas e fortalecendo a aprendizagem com as crianças, que também ensinam.

Para nós, povos indígenas, todo esse contexto é de ensinar e aprender, de se construir a partir das nossas ervas medicinais, para sermos fortes, inteligentes, com habilidades para fazer artesanato, tudo em construção.

Nós construímos nesse corpo-território desde que somos criança, desde o nosso nascimento. Então quando pensamos o corpo-território da indígena mulher, é com tudo que a compõe e, principalmente, a partir dessa coletividade, nossas experiências conjuntas que vão dando suporte uma para outra.

A resposta mais plausível desse corpo em movimento, foi agora esse resultado positivo da eleição de 2022. Ter duas Biomas eleitas, pensamos de forma coletiva de como ocupar esses espaços e iniciamos esse debate desde 2018, 2020 e agora em 2022 com a presença significativa de mulheres no processo eleitoral, acreditamos na força coletiva de fazer corpo território ser corpo política de nossa luta.

Nossos corpos indígenas mulheres, merecem respeito e reconhecimento em diversos espaços e vamos continuar a luta pela voz, falas e escritas das indígenas mulheres até última doutora indígenas, no conhecimento que ela quiser seguir e escolher.

As mulheres, hoje com corpo político em formação e acessando espaço de formação, estão em diferentes espaços, dando visibilidade ao nosso debate de voz e falas, não nascemos apenas para contar e educar nossas meninas para ter profissão, as possibilitar que elas também podem sonhar ser ocupar os espaços de representação com seu corpo território.

## **OS próximos passos: “Corpo território, como corpo político em movimento”**

A presença de indígenas mulheres no cenário social, no movimento nacional tem sido um fato plausível e incontestável nos últimos anos, buscando revolucionar espaços e pautando suas lutas a partir de suas vozes e falas.

Tornaram suas narrativas como nunca mais espaços sem a nossas presenças e vozes, é um ato político mais ancestral de trabalho coletivo das indígenas mulheres Biomás no Brasil, estamos para falar da nossas vivências, mas também para reivindicar nosso direito de respeito pelas nossas vidas.

Falar e ter voz nos espaços é um ato político, mas isso só possível quando se desafia estar e dialogar para chegar nesses espaços, expor a nossa dor imposto pela colonização e silenciamento de nossas vozes é um processo de aprendizagem e continuará sendo nosso ponto de partida.

*A diversidade que existe no Brasil precisa ser refletida na política. Precisamos nos conectar com o Brasil profundo, dos quilombolas, dos indígenas, das mulheres. Nós, indígenas, sabemos o que é ser ignorado dentro do próprio país. Sabemos o que não é ser enxergado dentro das cidades, ser visto como exótico, como alguém que deveria estar no mato. E sabemos que nós não somos os únicos invisíveis na cidade (Sonia Guajajara, 2018).*

Nesses processos de evidenciar o corpo-território como corpo político, é se desafiar a trazer os debates de que nossa geografia de corpo em luta e em movimento, é diferente da luta das nossas mãos feministas não indígenas, como oriundas de territórios, com corpos territórios na sua diversidade de culturas e línguas diferentes, a nossa luta é para defender nossos corpos territórios em todos os espaços, não podemos ser inseridas na mesma configuração de feministas não indígenas. A nossa luta ainda é pela inserção da palavra indígena no lugar da palavra “índia”, e, é pelo respeito a nossa voz e falas nos espaços.

A nomeação da rede de articulação Nacional em 2021, é resultado de grande parte das organizações indígenas existentes no Brasil, possuem espaço para as

demandas das mulheres indígenas, representados por um departamento específico para tratar apenas dos casos das mulheres indígenas, demonstrando o avanço que possuem quando relacionados às demandas das mulheres.

Esse protagonismo da mulher indígena pode ser visto não apenas com a criação dos seus departamentos específicos dentro da organização indígena mista, mas também quando assumem os cargos de liderança dentro dessas organizações ocupada somente por homens. É o caso de Sônia Guajajara que é a principal coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); também é o caso de Nara Baré, eleita coordenadora geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, a Coiab.

Não podemos deixar de relatar também que, no Acampamento Terra Livre<sup>15</sup> de 2016, aconteceu o primeiro momento que foi dedicado apenas para as mulheres, uma grande participação em nível nacional que entrou para a história, tendo em vista que historicamente os lugares de discussão política eram em sua maioria reservados apenas para os homens indígenas. Em agosto de 2019 ocorreu, também em Brasília, a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, organizada pela APIB, que reuniu aproximadamente 2,5 mil mulheres de 130 povos indígenas distintos, sob o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito”<sup>16</sup>.

E vamos continuar na luta pelo o nosso direito de existir que se soma na rede ANMIGA, desde 2021. Nos somamos às nossas ancestrais, com as nossas vozes e corpos coletivos para denunciar os contínuos ataques que estamos sofrendo, diante de muitas violências, silenciamentos e discriminação de gênero, desde os primeiros contatos. Nossos corpos territórios resistem a um processo sistemático de ataques, desde a invasão.

Podemos considerar que nossos encontros, articulações e mobilizações nos espaços de incidência, e participação, como corpo em movimento, é para além de

---

<sup>15</sup> Acampamento Terra Livre (ATL) é a mobilização nacional que é realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das demandas e reivindicações dos povos indígenas. O acampamento é instância superior da APIB e é a maior mobilização indígena em âmbito nacional, reunindo na esplanada dos ministérios, em Brasília-DF, a capital do Brasil, mais de 3000 lideranças e familiares de todas as regiões do país, sob coordenação dos dirigentes das organizações indígenas regionais que compõem APIB.

<sup>16</sup> O documento final do encontro pode ser encontrado em: <http://apib.info/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito/>.

denunciar, nós indígenas mulheres também anunciamos essa nossa resistência que se dá no fazer a proteção coletiva, no cuidar do corpo território das indígenas mulheres, dialogando com a nossa educação indígena feita dentro das casas, até mesmo na hora do fazer dormir dos filhos, no preparo do alimento das famílias. Falamos da importância de **reflorestarmos**, desde nossos corações e mentes, se cuidando e cuidando do nosso corpo território para continuarmos existindo, como corpo território de mulheres dos seis biomas.

Consideramos que a luta pelo território é pensar no corpo território indígena na sua totalidade como um espaço livre e saudável tem a ver não somente com as dimensões físicas, mas também envolve a espiritualidade. Do mesmo modo, para os povos indígenas, a questão espiritual está ligada ao nosso corpo território presente. Nós entendemos a espiritualidade como um todo, por isso somos corpo político como pertencimento, não viramos indígenas, nascemos indígenas mulheres. Entendemos a espiritualidade como as nossas águas que correm nos nossos territórios, entendemos a espiritualidade no território que a gente vive, entendemos como parte que nos compõem enquanto seres humanos e feito também dos seres não humanos.

Pois para nós, indígenas mulheres, entendemos que nós só podemos ser quem somos a partir da compreensão do todo, a partir da compreensão da espiritualidade que está presente no nosso canto, no nosso rezo, na batida do nosso maracá. Nós entendemos a espiritualidade como esse lugar dos nossos espíritos também, que vêm para esse mundo e que estão nesse mundo representados de diversas formas, seja nos animais, seja nas plantas, seja nos nossos alimentos, seja no nosso canto e na nossa dança. Então a espiritualidade que está em tudo, está para além de um discurso, ela está além de acreditar em um único ser superior que pode ter o direito de dizer qual é o momento da vida e qual é o momento da morte, a espiritualidade é feita da nossa ancestralidade.

A espiritualidade dos povos indígenas perpassa todo o entendimento sobre a vida, a comunidade e o território. Para muitos povos, se existe um mundo em que nós vivemos que é esse mundo desse plano, existem outros mundos que também compõem

a visão indígena. Acreditamos que nós não estamos só aqui, e também estamos presentes em outros lugares que fazem parte do todo.

O primeiro ataque violento à nossa existência foi a chegada dos não indígenas e das não indígenas dentro dos nossos territórios, não respeitando esse espaço enquanto corpo de conhecimento, de múltiplas práticas e vivências. O contato e invasão dos nossos territórios é considerado por nós como um dos maiores ataques violentos sofridos pelos nossos corpos territórios. Portanto, desde 1500 sofremos ataques aos nossos corpos.

O contato com essa violência aconteceu sob diferentes formatos e pretextos, seja com a mentira de “salvação da alma” que nos discriminou de forma silenciosa, até deixar de falar as línguas indígenas nesse processo. Embora sempre existiu resistência a essas violências, o enfrentamento mais direto acontece quando começamos a nos reunir na primeira e segunda Marcha das Mulheres Indígenas, denunciando que o nosso corpo-território tem sofrido muitas violências. Desde a não demarcação do nosso território, num processo que violenta nosso corpo e nossa existência, até o não acesso ao alimento nos nossos territórios.

Corpo medzeniako, segue em diálogo e na construção coletiva com as mulheres terras, na construção de espaço pela defesa de vida, que se movimenta a partir da ocupação de outros espaços pelos nossos corpos. Esse ocupar espaços é urgente e necessário, nossa presença resistência fez e faz a diferença, tanto que hoje podemos ver alguns resultados, os corpos se reinventaram a partir do diálogo com as mulheres nos espaços e nas mobilizações e articulações permanentes.

Portanto enquanto “**corpos políticos em movimentos**”, seguirá na construção coletiva de escuta ancestral para avançar, nos desafiando a escrever e demarcar escrita nas universidades e nas instituições de representação. Independente onde estivermos, seremos as indígenas de luta para existir, pelo respeito ao nosso corpo território, ecoando vozes pelo fim da violência contra o nosso corpo. Será sempre os próximos passos, não existe ponto final para quem nasceu na luta e luta todo dia para viver enquanto mulheres.

# Dissertação de Mestrado - PPGAS/UnB

## Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento

Hipamaalhe

Brasília – DF, 24 de outubro de 2022



Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

# Resumo

Trata-se de uma reflexão da diáspora indígena, que envolvendo a geografia de indígena mulher no corpo território, no sentido de ser, do sentir, e fazer indígena de ter voz e fala, e o corpo-território em movimento.

A dissertação dialoga com o gestar das práticas de cuidado com o corpo coletivo e corpo em movimento.

Para construir esse debate de gênero “corpo território”, indígenas mulheres na luta, foi através da antropologia, no viés da defesa dos direitos coletivos e formas de acessar conhecimentos e manejo territorial.

Desenhar a construção conceito a partir de ser uma *Medzeniako*, “corpo-território” do lugar cultural da significação e ressignificação do saber e da formação.





# Gestando a escrita

Para nós, povos indígenas, todo o contexto ciência é dialogada no ensinar e aprender, de se construir a partir das nossas ciências indígenas, que para além de nos proteger, também são direcionadas, para sermos fortes, inteligentes, com habilidades para fazer artesanato e outras produções, tudo em construção do nosso ser e das nossas expertises.

Nós construímos nesse corpo-território desde que somos criança, desde o nosso nascimento. Então quando pensamos o corpo-território da indígena mulher, é com tudo que a compõe e, principalmente, a partir dessa coletividade, nossas experiências/ vivências conjuntas que vão dando suporte uma para outra.



# Ciência Indígena Mulher

A produção das narrativas sobre indígenas mulheres e corpo território em movimento, parti dos seguintes objetivos:

- a)* compreender a força feminina do meu povo, seus cuidados;
- b)* entender a importância do diálogo com corpo território das mulheres na narrativa de reconhecimento e conquistas;
- c)* Corpo território, como corpo político em movimento
- d)* refletir sobre minhas considerações na condição de indígena antropóloga, fazer a magia de enfatizar a ciência coletiva das indígenas mulheres que se faz carregada no seu corpo, seguindo pontuações a partir da minha trajetória como pesquisadora.



# Gestação compartilhada

Nº	Nome	Povo	Formação
1	Creuza Krahó	Krahó	Mestra ( UnB)
2	Célia Xacriabá	Xacriabá	Mestra ( UnB)
3	Eliza Urbano	Pankararu	Mestra ( UFPE)
4	Jozileia Daniza	Kaingag	Mestra ( UFSC)
5	Francineia Fontes	Baniwa	Mestra ( UFRJ)
6	Maria Judite Baleiro	Guajajara	Mestra ( UnB)
7	Rosilene Fonseca	Piratapuia	Mestra ( UFAM)
8	Valdelice Veron	Guarani Kaiowá	Mestra ( UnB)
9	Melina Macuxi	Macuxi	Mestra ( UFRR)
10	Liliane Lizardo	Baré	Mestra (UFAM)



# Corpo Medzeniako



“Iemakhetti matsia” é conhecimento para o povo medzeniako, a prática do Bem Viver. Esse inicia-se no processo de cuidado da mãe.

Tratarei sobre o desafio de como o corpo é uma ciência que precisa de cuidado e ao mesmo tempo carrega saberes, por isso falaremos da construção da pessoa para o corpo coletivo em movimento.

Para o povo Medzeniako, gerar uma vida que nesse caso chamarei de “corpo medzeniako” é partilhar e compartilhar muitos cuidados - desde os primeiros meses e dias, na gestação e durante a gestação.



# Cuidados de um corpo



O cuidado se dá na construção coletiva do corpo indígena mulher Medzeniako perpassa inúmeras formações como já vimos nos parágrafos anteriores, dentre eles, trago nessa discussão “ *Hiepakhetti*”. Para uma medzeniako, esse é o que mantém a “obediência”, no sentido de “ouvir” conselhos e segui-los, o que criar uma estrutura familiar capaz de gerar vida, posteriormente, e expandir o ciclo de criação de novas famílias, dentro dos territórios Medzeniako.



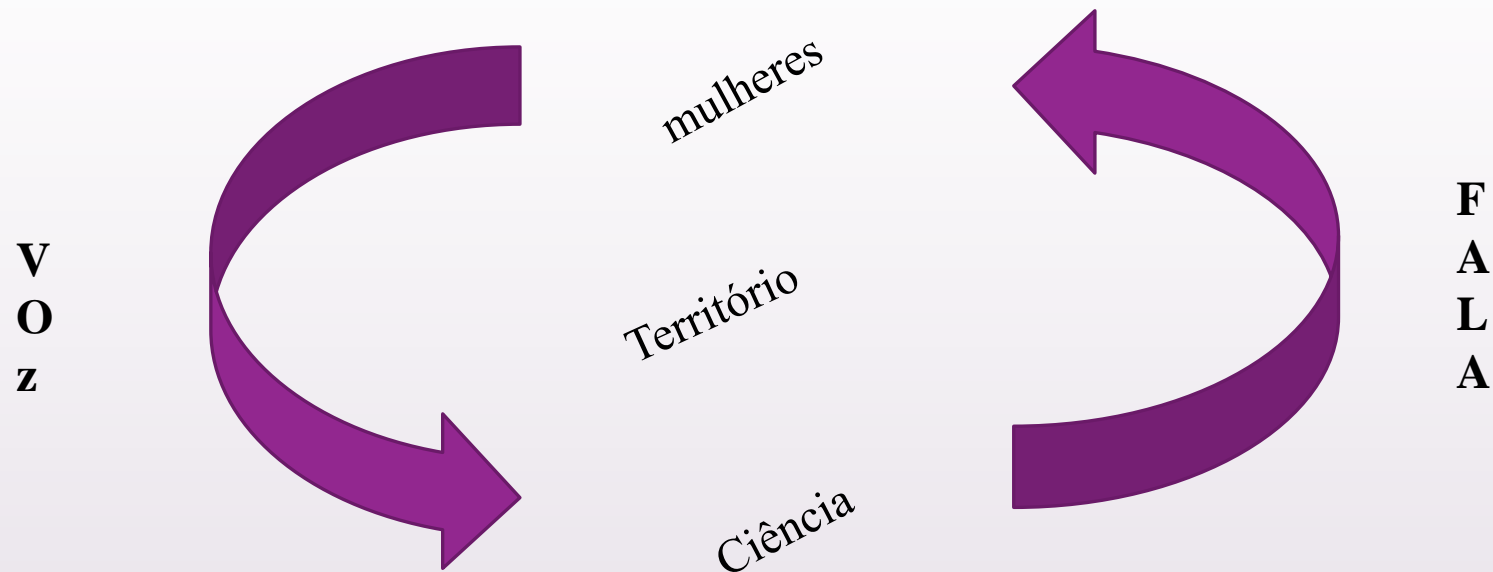
# Inaro Medzeniako

A nossa formação indígena se dá nos espaços coletivo e individual conforme os clãs. O corpo indígena mulher se forma no processo das diversidades de conselhos na oralidade, no preparo de ouvir e saber ouvir outras, assim como mencionada no capítulo anterior, existem implicações, caso a menina indígena, nesse caso aqui uma menina Baniwa, não segue as regras sociais de povo e de seu clã.

*“Esse corpo indígena é um corpo que está para a luta coletiva. Para a luta do seu território, para a luta por uma saúde e uma educação específica. A luta por uma medicina tradicional. Estamos numa luta contra o patriarcado e contra a mazela. Esse corpo é um corpo coletivo.” – Eliza Pankararu (2019).*



# Corpo território em movimento



# Corpo em movimento



- ✓ Mulheres terra
- ✓ Mulheres Raízes
- ✓ Mulheres Águas
- ✓ Mulheres Sementes



# Corpo em movimento



# Próximos passos



Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

# Referências

BANIWA, Gersem. Os indígenas antropólogos. Desafios e perspectivas. Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia, v. 2, n. 1: 233-243, 2015.

FONTES, F. B. . Minha escrivivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro ? Amazonas/Brasil. CADERNOS DE CAMPO (USP) , v. 29, p. 179-186, 2020

Pereira, Rosilene Fonseca “Criando gente no alto Rio Negro: um olhar Waíkhana “/ Rosilene Fonseca Pereira. - Manaus: UFAM, 2013.113 f.; il.

Lizardo, Liliane Salgado, Mutawarisá: Benzimento entre os Baré de São Gabriel da Cachoeira - Alto Rio Negro / Liliane Salgado Lizardo. 2016.169f



## Referencias.

AURORA, B. . A Colonização sobre as mulheres indígenas Reflexões sobre cuidado com o corpo. v. 22 n. 1 (2019): Dossiê Saberes transformativos em prática na academia, <https://doi.org/10.26512>, p. 109 - 115, 03 jul. 2019.

AURORA, B. . Estudantes indígenas: a invisibilidade nas instituições de ensino e nos dados estatísticos. *Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, p. 3 - 7, 30 dez. 2018.

AURORA, B. . MULHERES E TERRITÓRIO: REFLEXÃO SOBRE O QUE AFETA A VIDA DAS MULHERES INDÍGENAS QUANDO OS DIREITOS TERRITORIAIS SÃO AMEAÇADOS. *Vukápanavo: Revista Terena*, Vukápanavo: Revista Terena, p. 165 - 170, 01 nov. 2018.

AURORA, B. . O impacto de uma doença colonial que chega de caravela e de avião: reflexão de quatro estudantes indígenas. *Vukápanavo: Revista Terena*, <https://www.vukapanavo.com>, p. 51 - 66, 20 abr. 2020.

BANIWA, Gersem Luciano . Os indígenas antropólogos. Desafios e perspectivas. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, v. 2, n. 1: 233-243, 2015.

BENITES, Tônico. Os antropólogos indígenas: desafios e perspectivas. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, v. 2, n. 1: 222-251, 2015.

CONCEIÇÃO, K. F. J. . A Falta de Representação de Indígenas no Congresso Nacional. *Publicações da Escola da AGU: Direito, Gestão e Democracia*, v. 11, p. 27, 2019.

CONCEIÇÃO, K. F. J. . A INVISIBILIDADE DO INDÍGENA NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO As Organizações Indígenas e a luta pela representação política, Ano de 2018

Guajajara, Maria Judite da Silva Ballerio ( 2020), *Mulheres Indígenas Gênero, Etnia E Cárcere*, Brasília – Df, 2020.

Krahô, Creuza Prumkwyj ( 2017) *Wato ne hômpu ne kâmpa* Convivo, vejo e ouço a vida *Mehi (Mâkrarè)*, Brasília, DF, maio de 2017.

Lizardo, Liliane Salgado (2016) - *Mutawarisá: Benzimento entre os Baré de São Gabriel da Cachoeira - Alto Rio Negro*.

Nubiã Tupinambá, Núbia Batista da Silva - *Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de Discurso Crítica*, Brasília- DF, 2017.

Overing, J. (2006). O fétido odor da morte e os aromas da vida: poética dos saberes e processo sensorial entre os Piaroa da bacia do Orinoco. *Revista De Antropologia*, 49(1), 19-54. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000100002>

Pereira, Rosilene Fonseca (2013) - *Criando Gente No Alto Rio Negro: Um Olhar Waikhana*.

Ramos, Elisa Urbano (2019) - Mulheres Lideranças Indígenas Em Pernambuco, Espaço De Poder Onde Acontece A Equidade De Gênero. Recife, 2019.

TAVARES, I. N. . A mãe terra gritará por nossos corpos. Amazônia Latitude, 09 ago. 2019.

TAVARES, I. N. . Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundo possíveis. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, 2019.

TUXÁ, Felipe ( 2017) . Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. 11 (2): 93-108, 2017.

Veron, Valdelice ( 2018) *Tekombo 'e Kunhakoty*: Modo De Viver Da Mulher Kaiowa, Brasília – Df, 2018